

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO COREDE CENTRAL 2015-2030



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

COREDE 
CENTRAL

FICHA TÉCNICA

COREDE CENTRAL

Gestão 2017 - 2019

Presidente

Silon Junior Procatth da Silva

Vice-Presidente

Valseria Maria Bulegon Gassen

Secretária

Solange Binotto Fagan

Tesoureiro

Antônio Carlos Saran Jordão

Equipe Técnica

Coordenação

Antônio Carlos Saran Jordão

Consultor Contratado

Jaques Jaeger

Órgão Financiador

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG

Convênio nº 1636/2015

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de planejamento de Siedenberg (2009).....	8
Figura 2 - Mapa do Corede Central (2010)	10
Figura 3 - Hierarquia urbana no Corede Central (2007)	13
Figura 4 - Densidade demográfica da RFP 8 (2000 - 2014)	15
Figura 5 - Variação populacional por domicílio (2000 – 2010).....	16
Figura 6 - Pirâmide etária da população (2000).....	17
Figura 7 - Pirâmide etária da população (2014).....	17
Figura 8 - Mapa da rede hidrográfica (2015).....	18
Figura 9 - Mapa do abastecimento de água urbano do Corede Central (2010).....	20
Figura 10 - Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água (2010).....	21
Figura 11 - Taxa de analfabetismo na RFP 8 (2000 - 2010).....	22
Figura 12 - IDEB anos iniciais dos Coredes da RFP 8 (2011 - 2015).....	25
Figura 13 - IDEB anos finais dos Coredes da RFP 8 (2011 - 2015)	25
Figura 14 - Idese educação dos Coredes da RFP 8 (2008 - 2013)	27
Figura 15 - Idese saúde dos Coredes da RFP 8 (2008 - 2013)	29
Figura 16 - Tipo de habitação dos domicílios particulares (2010).....	32
Figura 17 - Domicílios por classe de rendimento mensal (2010).....	33
Figura 18 - Percentual de trabalhadores por faixa salarial (2014)	35
Figura 19 - Idese renda dos Coredes da RFP 8 (2008 - 2013).....	37
Figura 20 - Mapa da infraestrutura de transportes e suas articulações (2015).....	39
Figura 21 - Mapa do percentual de esgoto tratado à montante (2010).....	41
Figura 22 - PIB <i>per capita</i> dos Coredes da RFP 8 (2013)	43
Figura 23 - PIB <i>per capita</i> dos municípios (2013).....	44
Figura 24 - Saldo entre contratações e demissões (2012 - 2015)	45
Figura 25 - Proporção de pessoas empregadas por ramo de atividade (2014).....	45
Figura 26 - Mapa dos principais produtos do VAB da agropecuária (2012)	46
Figura 27 - Produção em toneladas da lavoura permanente (2014).....	47
Figura 28 - Número de propriedades rurais (2012).....	47
Figura 29 - Número de estabelecimentos industriais com vínculo ativo (2011 – 2014)	48
Figura 30 - Número de estabelecimentos de comércio e serviço (2014).....	49
Figura 31 - Total de exportações em U\$\$ do Corede (2005 – 2015).....	50
Figura 32 - Exportações por município do Corede (2010 – 2015)	50
Figura 33 - Participação das exportações do Corede em relação ao Estado (2010 – 2015)	51
Figura 34 - Arrecadação de tributos no Corede (2015).....	52
Figura 35 - Despesas municipais por função no Corede (2014).....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação populacional absoluta (2000 – 2010 – 2014).....	14
Tabela 2 – Percentual da populacional por domicílio (2010)	15
Tabela 3 - Registros de desastres naturais por tipo de evento (1991 – 2010)	19
Tabela 4 - Taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais (2000 – 2010).....	23
Tabela 5 - Matrículas educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA (2010 – 2015)	24
Tabela 6 - Índice de desenvolvimento da educação básica (2011 – 2015)	26
Tabela 7 - Percentual de pessoas por grupo de estudo (2010)	26
Tabela 8 - Idese educação (2010 – 2013)	28
Tabela 9 - Idese saúde (2010 – 2013)	29
Tabela 10 - Expectativa de vida ao nascer (2000 – 2010).....	30
Tabela 11 - Taxa de mortalidade infantil (2000 – 2010).....	30
Tabela 12 - Indicadores criminais (2010 – 2015)	31
Tabela 13 - Renda domiciliar <i>per capita</i> e índice de gini (2000 – 2010)	34
Tabela 14 - Percentual da população extremamente pobre e pobre (2000 – 2010).	36
Tabela 15 - Percentual da população com acesso ao Bolsa Família (2013 – 2015)	37
Tabela 16 - Idese renda (2010 – 2013).....	38
Tabela 17 - Percentual de domicílios ligados à rede de água, com banheiro ou sanitário ligado a rede geral ou fossa séptica e com coleta de lixo por serviço de caçamba (2010)	42
Tabela 18 - Receita e despesa corrente líquida (R\$ mi) dos municípios (2013 – 2014)	52
Tabela 19 - Instituições de defesa do Corede.....	53
Tabela 20 - Instituições de segurança no Corede.....	54
Tabela 21 - Instituições de ensino superior no Corede	54
Tabela 22 - Instituições da saúde no Corede.....	55
Tabela 23 - Instituições de comércio, serviços, indústria e agropecuária do Corede.....	55
Tabela 24 - Instituições de apoio ao empreendedorismo e inovação do Corede	56

LISTA DE ABREVIATURAS

AMF	Antônio Meneghetti Faculdade
ALL	América Latina Logística
BSC	Balanced Scorecard
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CIRC	Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado
Comude	Conselho Municipal de Desenvolvimento
Condesus	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
Corede	Conselho Regional de Desenvolvimento
Deplan	Departamento de Planejamento Governamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fadisma	Faculdade de Direito de Santa Maria
Fames	Faculdade Metodista de Santa Maria
Fapas	Faculdade Palotina de Santa Maria
FEE	Fundação de Economia e Estatística
Fisma	Faculdade Integrada de Santa Maria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idese	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IFF	Instituto Federal Farroupilha
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEPDR	Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
RFP	Região Funcional de Planejamento
RGE	Rio Grande Energia S.A.
Seplan	Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Ulbra	Universidade Luterana do Brasil
Unifra	Centro Universitário Franciscano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	7
2.1 OBJETIVOS DO PLANO.....	7
2.2 EXPLICAÇÃO DA METODOLOGIA	7
3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO.....	10
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	10
3.1.1 Aspectos históricos	11
3.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA.....	12
3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	17
3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL.....	22
3.4.1 Educação	22
3.4.2 Saúde	28
3.4.3 Segurança	31
3.4.4 Habitação	32
3.4.6 Equidade inclusão social.....	33
3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA.....	38
3.5.1 Logística e transporte.....	38
3.5.2 Energia e comunicações	40
3.5.3 Saneamento básico.....	40
3.6 DIMENSÃO ECONÔMICA	43
3.6.1 Setor agropecuário.....	45
3.6.2 Setor industrial	48
3.6.3 Setor de serviços.....	49
3.6.4 Exportações	49
3.6.5 Finanças públicas.....	51
3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	53
4 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	58
5 DIRETRIZES SETORIAIS DO PLANO ESTRATÉGICO.....	65
5.1 DIRETRIZES DA DIMENSÃO AMBIENTAL.....	65
5.2 DIRETRIZES DA DIMENSÃO SOCIAL.....	65
5.3 DIRETRIZES DA DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA	65
5.4 DIRETRIZES DA DIMENSÃO ECONÔMICA.....	65
5.5 DIRETRIZES DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	66
6 ESTRATÉGIAS	67
7 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS.....	72
7.1 VISÃO DE FUTURO.....	72
7.2 VOCAÇÕES	72
7.3 VALORES	72
8 CARTEIRA DE PROJETOS.....	73
8.1 ESTRATÉGIA: PROMOVER A PRESERVAÇÃO, O MELHOR APROVEITAMENTO E O ADEQUADO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS...	73
8.2 ESTRATÉGIA: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, CRIANDO CONDIÇÕES À FIXAÇÃO NA REGIÃO	80
8.3 ESTRATÉGIA: AMPLIAR E QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA REGIONAL	102

8.4 ESTRATÉGIA: GERAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO EMPREENDEDORISMO, À AGREGAÇÃO DE VALOR E AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO	115
8.5 ESTRATÉGIA: INTEGRAR AS AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	136
9 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	143
10 CONCLUSÃO	144
ANEXOS	145
REFERENCIAL	148

1 INTRODUÇÃO

Encontrar alternativas para o desenvolvimento equilibrado do Estado do Rio Grande do Sul passa, necessariamente, pelo envolvimento de questões relativas ao desenvolvimento regional e pelos mecanismos institucionais de organização das bases territoriais. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul (RS) possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como, instituições voltadas para a promoção dessas iniciativas, de que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) são a maior expressão.

A identificação das bases institucionais regionais permite analisar, com maior precisão, as oportunidades e os potenciais regionais que impulsionam o desenvolvimento harmônico e a execução de políticas de estímulo adequadas às peculiaridades de cada uma das regiões. Essa assimilação contribui para a mobilização dos recursos financeiros, humanos e materiais, aumentando a efetividade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado.

A partir dessa compreensão, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Fórum dos Coredes, uniram esforços para realização de uma leitura técnica e participativa das distintas realidades regionais do Estado do Rio Grande do Sul, que possam qualificar os projetos regionais e o processo de planejamento governamental nas diferentes esferas.

O Planejamento Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional (PEPDR) envolveu a complexa discussão de aspectos que definem uma região, os quais foram estruturados nas dimensões demográfica, ambiental, social, de infraestrutura e gestão pública e econômica. Neste contexto, foi necessário criar o ambiente para viabilizar uma discussão aberta junto a comunidade em diversos momentos da sua realização, estabelecendo um diálogo entre a equipe técnica e os representantes da região, visando apontar as propostas adequadas aos interesses e necessidades existentes.

Esta oportunidade possibilitou organizar um extenso banco de dados para pesquisa que foi aplicado na definição de premissas básicas norteadoras ao desenvolvimento regional. Além disso, também permitiu fixar as grandes orientações que poderão contribuir para a convergência das ações dos diferentes agentes públicos e privados em direção a um mesmo futuro. Trata-se de uma agenda de médio e longo prazo.

2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico territorial envolve aspectos técnicos e metodológicos, sendo um processo contínuo e sistemático, que diz respeito à definição de uma visão de futuro, à formulação de diretrizes estratégicas e à elaboração de projetos que viabilizem e sustentem o caminho traçado, levando em conta as condições internas e externas à região e sua evolução esperada.

Além disso, o planejamento territorial abrange questões físico-naturais, econômicas, sociais, políticas e legais, sendo um instrumento capaz de provocar mudanças, a partir de um espaço privilegiado de participação e envolvimento da sociedade civil junto ao governo.

A elaboração do PEPDR do Corede Central é resultado de um trabalho de pesquisa baseado em metodologia científica, com coleta de dados em órgãos governamentais e, também, em banco de dados oficiais, que proporcionaram os elementos necessários para delimitar as premissas básicas e assim eleger propostas para o desenvolvimento regional.

2.1 OBJETIVOS DO PLANO

O objetivo principal deste processo de planejamento foi atualizar e ampliar o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do Corede Central.

Os objetivos específicos deste trabalho foram assim estabelecidos:

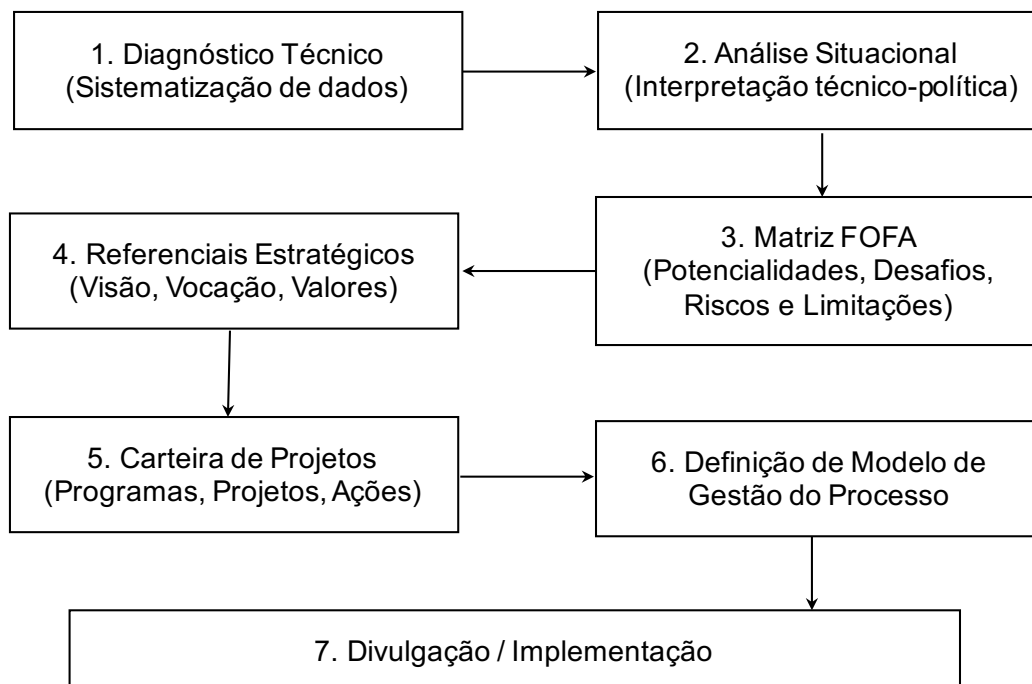
- Atualizar e ampliar a base de dados regionais, anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede, de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos dos 28 Coredes, elaborados pela Seplan em 2015, visando definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional;
- Definir a visão de futuro e as estratégias de desenvolvimento do Corede para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para realização do planejamento estratégico;
- Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional;
- Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos;
- Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do Estado;
- Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental.

2.2 EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA

O método de trabalho e o referencial teórico utilizados pelo Corede Central, para atualização e consolidação do diagnóstico técnico e elaboração de seu Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento, teve como base o conjunto das diretrizes apresentadas no Anexo II do Convênio n° 1636/2015 da Secretaria do

Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do RS (Seplan) com o Fórum dos Coredes. Também, foram aplicadas as orientações contidas na metodologia definida como orientadora do processo de elaboração dos planos estratégicos em 2009/2010 e que se encontra publicada no capítulo “Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial”, de autoria de Sérgio Luís Allebrandt, Pedro Luís Büttgenbender e Dieter Rugard Siedenberg, em livro organizado por este último autor: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional.

Figura 1 - Modelo de planejamento de Siedenberg (2009)



Fonte: adaptado de Siedenberg (2009, p30)

Seguindo as orientações metodológicas, o processo de planejamento estratégico contemplou dados e informações que foram estruturados sob as seguintes dimensões: demográfica, ambiental, social, de infraestrutura e gestão pública, econômica e institucional. Cada dimensão integra um conjunto de subdimensões ou subtemas específicos.

A metodologia de trabalho foi adaptada, primando pela facilitação na participação dos atores regionais, proximidade geográfica, e a garantia de um processo amplamente participativo, sendo desdobrada e organizada nas seguintes etapas de trabalho:

Diagnóstico Técnico: na primeira etapa, foram feitas pesquisas com o uso da internet e junto a órgãos públicos, como: Secretarias do Estado, Prefeituras Municipais, Fundações e órgãos de estatísticas, a fim de se obter o maior número de informações possíveis, sobre todas as variáveis, objeto de estudo e, por conseguinte, do Planejamento Regional. Os dados levantados foram sistematizados em tabelas e gráficos, com o objetivo de compreender a evolução dos indicadores e estabelecer correlações entre os dados nas diversas dimensões abordadas.

Análise Situacional: a partir da formatação do diagnóstico técnico, foram realizadas assembleias microrregionais nos municípios de São João do Polêsine, Toropi, Júlio de Castilhos e Santa Maria para apresentação e validação dos dados e das conclusões técnicas com os participantes locais. Estes encontros contaram com a presença de representantes do poder público, das instituições de ensino superior, dos empresários, dos produtores rurais, de entidades de classe, entre outros.

Matriz FOFA: em uma Assembleia Regional realizada em Santa Maria, foram definidos os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades da Região. Este trabalho foi conduzido em formato de oficina, no qual os participantes reuniram-se em quatro grupos para discutir a situação regional a partir das dimensões propostas. Além desta oficina, também foi elaborado uma pesquisa, a qual foi colocada à disposição da população pela internet para coleta de informações do ambiente interno, externo, potencialidades e desafios.

Referenciais Estratégicos: após a conclusão do levantamento situacional e do estabelecimento da matriz FOFA, foi realizada uma reunião regional para revisar e consolidar a visão de futuro, as vocações e os valores regionais. No mesmo encontro, a partir dos referenciais estratégicos, os participantes puderam sugerir potenciais projetos a serem considerados na etapa seguinte, quando da definição da carteira de projetos da região.

Carteira de Projetos: a carteira de projetos da região foi construída com a participação de especialistas, que participaram de reuniões técnicas para cada dimensão analisada no processo de planejamento. A partir da consolidação da carteira, os projetos foram detalhados pela equipe técnica em formulários específicos com nome, objetivo, resultados, justificativa, produtos, orçamento e cronograma. Após o detalhamento, os projetos foram apresentados em Assembleia Geral, oportunidade em que os mesmos foram priorizados por meio de votação.

Modelo de Gestão: esta etapa foi elaborada entre a equipe técnica de planejamento e a executiva do Corede Central, com o propósito de estabelecer a forma de gestão das propostas estabelecidas no planejamento. Foi definida uma estrutura de comissões setoriais, formadas por representantes de instituições públicas e privadas, que trabalharão agregadas ao Corede Central para andamento na execução dos projetos.

Divulgação/Implementação: em uma assembleia regional foi apresentado um resumo de todas as etapas e definições que envolveram o PEPDR e, na sequência, ocorreu um ato simbólico de assinatura de compromisso das lideranças locais com a implementação das ações previstas.

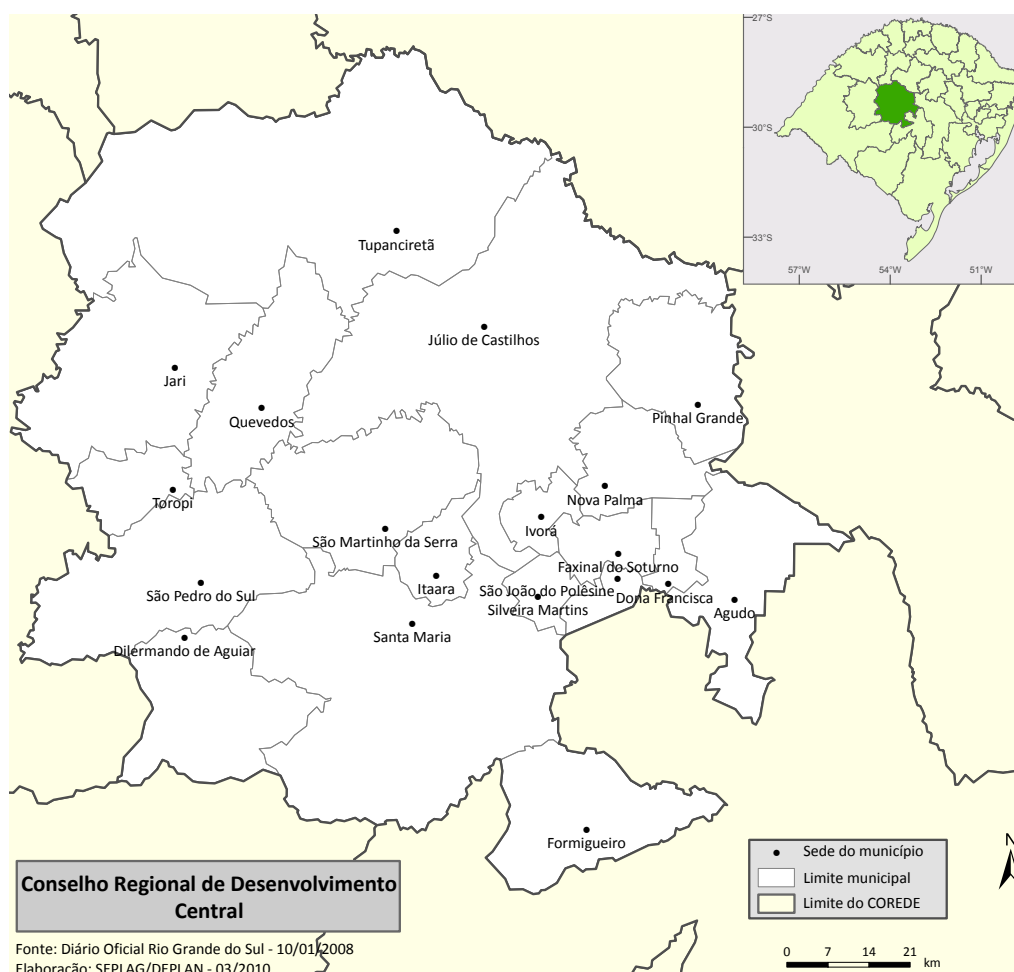
3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Fundado em 16 de junho de 1991, o Corede Central foi o primeiro do Estado, sendo composto, inicialmente, por 35 municípios da região central do Estado. Desde então, houveram dois desmembramentos de municípios, sendo um para formar o Corede Jacuí Centro e outro para formar o Corede Vale do Jaguari.

Atualmente, o Corede Central está localizado na Região Funcional de Planejamento (RFP) 8¹ e é constituído por 19 municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.

Figura 2 - Mapa do Corede Central (2010)



Fonte: Seplan/Deplan

Quase todos os municípios do Corede são polarizados por Santa Maria, que também polariza municípios de outros Coredes, em função, principalmente, da concentração de diversos órgãos públicos estaduais e federais, das unidades militares do Exército Brasileiro e da Aeronáutica, de serviços nas áreas da saúde e educação

¹ As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003, pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de Coredes, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional.

e de uma maior diversidade de empreendimentos dos setores industrial, comercial e de serviços.

Com o objetivo de se obter uma melhor organização e articulação das forças municipais locais, a região foi dividida em três microrregiões:

Águas da Serra: composta pelos municípios de Itaara, São Martinho da Serra, Júlio de Castilhos, Tupanciretã, São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Toropi, Quevedos e Jari;

Quarta Colônia: composta pelos municípios de Formigueiro, Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Dona Francisca e Agudo;

Santa Maria: composta somente pelo município de Santa Maria.

Esta estrutura proporciona a cada microrregião uma inter-relação municipal mais compacta e coordenada, através de ações conjuntas micro regionalizadas. Cada microrregião é representada junto ao Corede por uma coordenadoria, definida pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes).

3.1.1 Aspectos históricos

A diversidade étnica que a região central apresenta é fruto das disputas de terras entre portugueses e espanhóis e dos processos imigratórios que se estenderam ao longo dos anos no RS.

As terras ocupadas atualmente pelo município de Santa Maria, historicamente, foram objeto de disputa entre portugueses e espanhóis, que, em 1778, se instalaram na região com objetivo de demarcar a linha divisória entre os domínios da Espanha e Portugal, fazendo deste local seu acampamento. Esta comissão mista permaneceu muito tempo neste local, que aos poucos recebeu novas tropas expedicionárias e constituiu uma estrutura maior ao acampamento. Por volta de 1801 esta caravana partiu e, desse dia em diante, Santa Maria deixou de ser um acampamento e passou a ser um povoado propriamente dito. Em 1837 esta localidade foi denominada Distrito de Santa Maria da Boca do Monte, em 1857 elevada à categoria de vila com a denominação de Santa Maria da Boca do Monte e em 1876 foi elevada à condição de cidade sob a denominação de Santa Maria da Boca do Monte.

A partir de 1882 diversas leis e atos foram publicados criando diversos distritos, dentre eles o de São Pedro em 1882, de São Martinho em 1884, de Silveira Martins em 1901 (o extinto município foi adquirido por Santa Maria como distrito), Dilermando de Aguiar em 1923 e Itaara em 1952, os quais ao longo dos anos foram sendo desmembrados para criação das cidades com os mesmos nomes.

A região da Quarta Colônia de Imigração Italiana teve sua origem por volta de 1877, quando chegaram os primeiros imigrantes italianos para povoar a Serra de São Martinho, que fazia fronteira com a então intendência de Santa Maria da Boca do Monte. Inicialmente esta localidade foi denominada de Città Nuova, depois Città Bianca e mais tarde de Silveira Martins, em homenagem ao seu intercessor no império, Gaspar da Silveira Martins. Com o contínuo fluxo de imigrantes, a Colônia de Silveira Martins expandiu-se pelas quebradas da serra, dando origem a novos núcleos, que, ao longo dos anos, transformaram-se nas cidades de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Nova Palma, Dona Francisca, Pinhal Grande, Ivorá.

A imigração alemã, que é antecessora à italiana, estabeleceu suas origens na região denominada Colônia Santo Ângelo, nome dado em homenagem ao então Presidente da Província, Ângelo Muniz Ferraz. Esta Colônia, pertencia ao Distrito de Cachoeira do Sul que, mais tarde, a dividiu em 6 grandes blocos que, com o passar dos anos, deu origem a outros municípios, dentre eles o município de Agudo.

A região também apresenta traços jesuítas com a fundação dos Sete Povos das Missões, especialmente nas terras que hoje formam os municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã. O povoamento desta região ocorreu a partir de 1801, quando houve a conquista das missões pelos portugueses e a chegada de João Vieira de Alvarenga, que além de iniciar uma atividade de criação de gado, serviu suas instalações para pouso e sesteada de tropeiros de mulas. Por volta de 1870 procedia-se ao traçado de ruas e praça da incipiente povoação, que acabou tornando-se Distrito de São Martinho em 1876, após a sua emancipação. Em 1885 foi trocado o nome para Vila Rica e em 1891 houve a emancipação do município.

Em 1928 ocorreu a criação do município de Tupanciretã, desmembrando-se dos municípios de Júlio de Castilhos e Cruz Alta. No mesmo ano, o município instituiu cinco distritos, sendo que dois deles (Toropi e Jari) acabaram sendo emancipados posteriormente, com o mesmo nome. As terras pertencentes ao município de Quevedos pertenciam ao Povo de São Miguel das Missões e, ao longo dos anos, pertenceu ao município de Cruz Alta, posteriormente ao município de São Martinho e depois à Vila Rica. O município foi emancipado em 1992.

A região central cumpriu historicamente o papel de um polo articulador de economias da Campanha e da Fronteira Oeste com as demais regiões do Estado e do País, beneficiando-se com o comércio de gado e outros produtos primários oriundos dessa região. Economicamente, os municípios da região estão calcados na atividade agropecuária como principal fonte para geração de riquezas, com a criação de gado de corte e leite, plantio de soja, milho, trigo e arroz como principais produtos explorados. O desempenho na agropecuária alimenta diretamente o comércio e serviços dos municípios, que tem como referência o município de Santa Maria como fornecedor da maior diversidade de negócios.

Além disso, os aspectos culturais da região apresentam etnias diversificadas na formação social. A diversidade está representada pela formação histórica e atual presença de descendentes de índios, espanhóis, portugueses, negros, italianos, alemães, judeus, entre outros. Em vista dessa formação heterogênea os aspectos culturais são muito relevantes e traduzem para a região uma peculiar característica para o desenvolvimento turístico.

A instalação da primeira universidade pública fora de uma capital ocorreu nesta região. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a partir de 1960, iniciou um ciclo de desenvolvimento e transformação regional que vai além dos limites do Corede Central. Atualmente, a UFSM disponibiliza uma centena de cursos em nível de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, além de diversos projetos de extensão que contribuem significativamente para a qualificação de jovens de todo o Estado e para o desenvolvimento econômico, social, cultural, científico, tecnológico da região, do Estado e do País.

A concentração de serviços de saúde no município de Santa Maria é, também, outra característica que impulsionou o desenvolvimento não só deste município, como de toda a região, principalmente pelo atendimento de demandas de alta complexidade e pelas especialidades médicas disponíveis. O Hospital Universitário e o Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo em Santa Maria são as maiores unidades de tratamento médio da região. Além disso, encontra-se em fase de conclusão o Hospital Regional em Santa Maria que ampliará o atendimento das demandas de alta complexidade para toda a região.

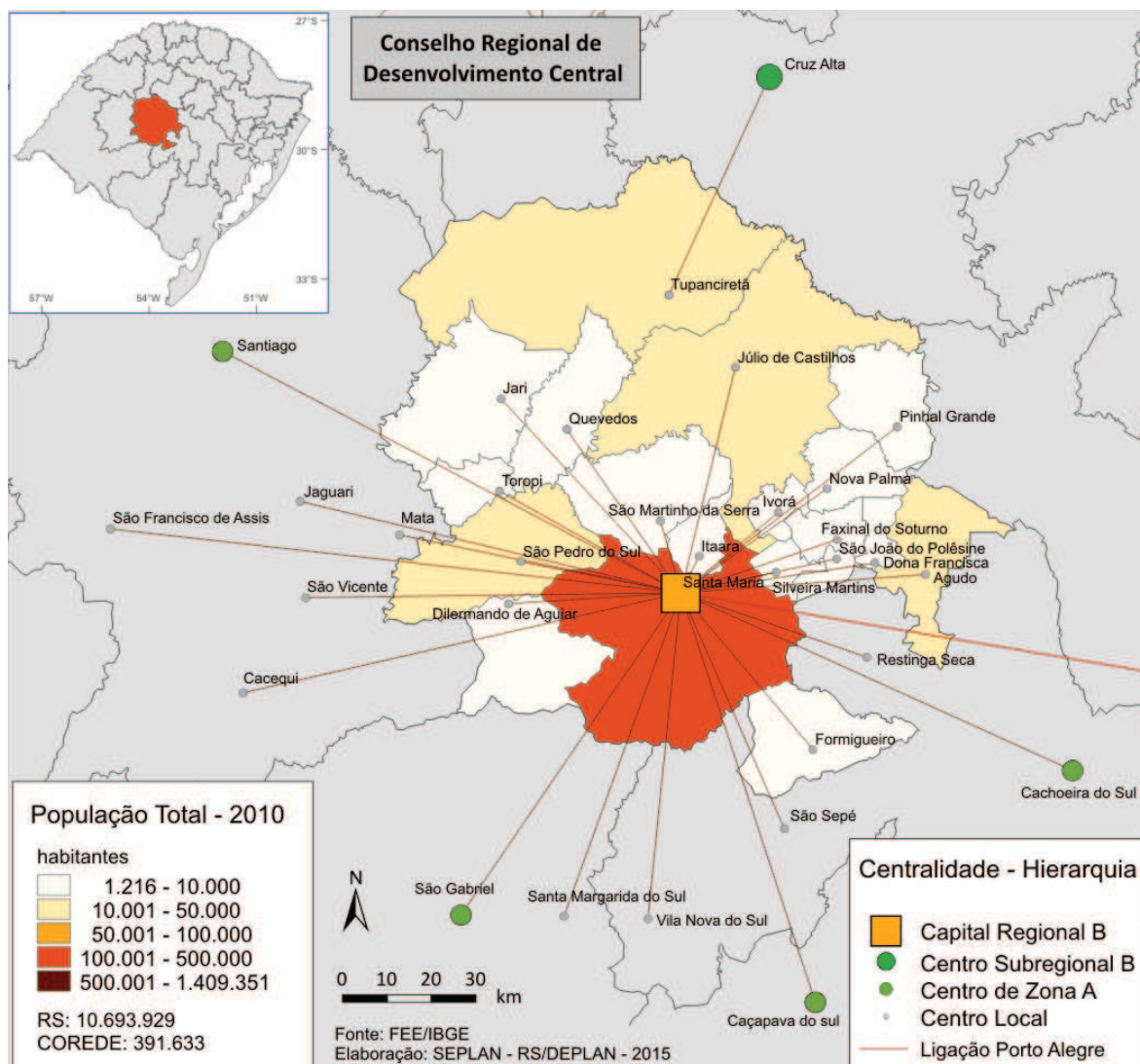
3.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

Em 2010, o Corede possuía 391.633 habitantes. Santa Maria era o maior município, com 261.027 habitantes. Em segundo plano, apareciam Tupanciretã, Júlio

de Castilhos, Agudo e São Pedro do Sul, com populações entre 15 e 25 mil habitantes. O restante dos municípios é de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região possui uma Capital Regional (Santa Maria) e dezoito municípios classificados como Centros Locais. Santa Maria tem ligação com Porto Alegre, exercendo influência sobre quase todos os municípios do Corede, exceto por Tupanciretã, que tem ligação com Cruz Alta, no Corede Alto Jacuí. Além dos situados na Região, vários municípios próximos pertencentes aos Coredes Jacuí Centro, Campanha, Fronteira Oeste e Vale do Jaguari, também se relacionam com Santa Maria.

Figura 3 - Hierarquia urbana no Corede Central (2007)



Fonte: Seplan/Deplan

A maior concentração populacional da região está no município de Santa Maria, que no ano de 2000 representou 64,57%, em 2010 representou 66,65% e na estimativa populacional de 2014 representou 67,91% do total da população regional, respectivamente.

A variação populacional do Corede Central foi de 3,80% entre os anos de 2000 e 2010 e de 3,69% entre 2010 e 2014, ficando abaixo do crescimento médio do Estado, que foi de 5,01% entre 2000 e 2010 e de 4,76% entre 2010 e 2014.

Apesar da região apresentar crescimento populacional, verifica-se que a maioria dos municípios (14) perdeu população entre os anos de 2000 e 2010. Os

municípios de Ivorá e Dona Francisca apresentaram os maiores índices de variação negativa no período, com -13,59% e -12,84% respectivamente.

Em contrapartida, constata-se que, neste mesmo período, os municípios de Itaara e Santa Maria obtiveram os maiores índices de crescimento, com 9,46% e 7,15%, respectivamente. O município de Itaara, pela extrema proximidade com Santa Maria, acaba sendo influenciado pelo crescimento do maior centro urbano da região, principalmente pela relação custo-benefício de moradia.

Já em relação ao período de 2010 a 2014, menos da metade (9) dos municípios perderam população, sendo que os maiores índices são dos municípios de Toropi, com -10,26% e Dilermando de Aguiar, com -4,86%. Neste mesmo período, os municípios de Santa Maria e Itaara novamente apresentaram os maiores índices de crescimento, com variação de 5,65% e 2,67%, respectivamente.

De maneira geral, verifica-se que o município de Santa Maria não só compensou a perda de população dos municípios menores, como também recebeu população de outras regiões, pois cresceu, em números absolutos, 17.416 habitantes entre 2000 e 2010 e 14.462 habitantes entre 2010 e 2014.

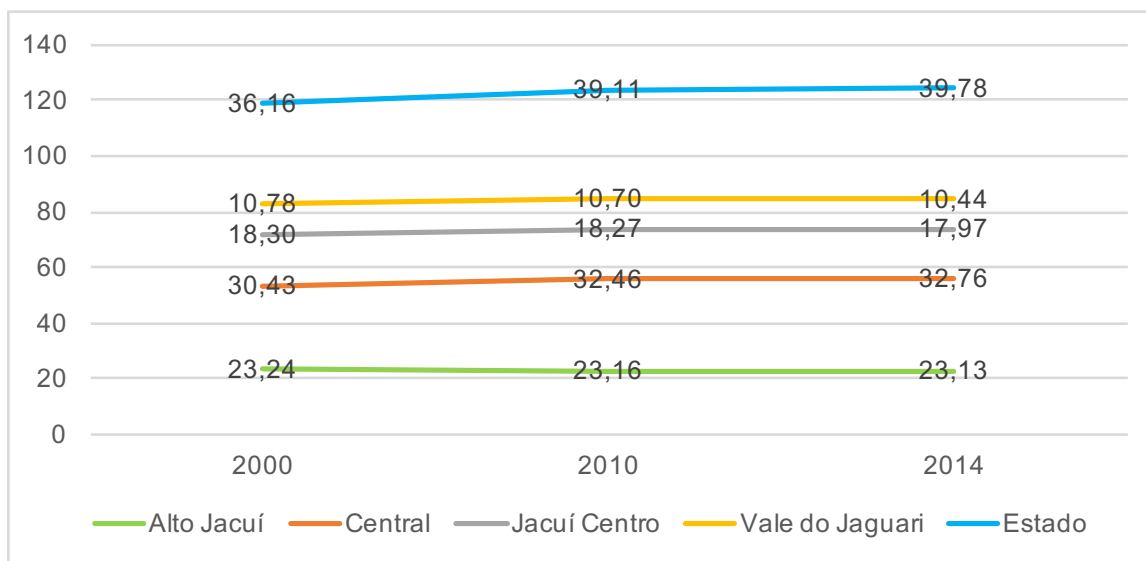
Tabela 1 - Variação populacional absoluta (2000 – 2010 – 2014)

Municípios	Censo 2000	Censo 2010	Var. %	População Estimada 2014	Var. %
Agudo	17.455	16.729	-4,16%	16.982	1,51%
Dilermando de Aguiar	3.200	3.064	-4,25%	2.915	-4,86%
Dona Francisca	3.902	3.401	-12,84%	3.275	-3,70%
Faxinal do Soturno	6.841	6.672	-2,47%	6.683	0,16%
Formigueiro	7.598	7.014	-7,69%	6.734	-3,99%
Itaara	4.578	5.011	9,46%	5.145	2,67%
Ivorá	2.495	2.156	-13,59%	2.065	-4,22%
Jari	3.751	3.575	-4,69%	3.523	-1,45%
Júlio de Castilhos	20.416	19.579	-4,10%	19.630	0,26%
Nova Palma	6.312	6.345	0,52%	6.233	-1,77%
Pinhal Grande	4.725	4.471	-5,38%	4.290	-4,05%
Quevedos	2.691	2.710	0,71%	2.759	1,81%
Santa Maria	243.611	261.027	7,15%	275.777	5,65%
São João do Polêsine	2.745	2.635	-4,01%	2.659	0,91%
São Martinho da Serra	3.246	3.201	-1,39%	3.137	-2,00%
São Pedro do Sul	16.989	16.371	-3,64%	16.741	2,26%
Silveira Martins	2.571	2.452	-4,63%	2.463	0,45%
Toropi	3.196	2.952	-7,63%	2.649	-10,26%
Tupanciretã	20.947	22.286	6,39%	22.453	0,75%
Corede Central	377.269	391.651	3,80%	406.113	3,69%
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.698.332	5,01%	11.207.274	4,76%

Fonte: FEE e IBGE

A densidade demográfica da região também acompanha o crescimento populacional apresentado anteriormente, de modo que em 2000 a região possuía 30,43 hab/km², passando para 32,46 hab/km² em 2010 e 32,760 hab/km² em 2014. Historicamente a densidade demográfica da região sempre se manteve abaixo da média do Estado, que foi de 36,16 hab/km² em 2000, 39,11 hab/km² em 2010 e 39,78 hab/km² em 2014. Entretanto, quando comparado com os demais Coredes da RFP 8, o Corede Central apresenta o melhor índice, conforme demonstrado abaixo.

Figura 4 - Densidade demográfica da RFP 8 (2000 - 2014)



Fonte: FEE

A distribuição populacional por tipo de domicílio em 2010 no Corede Central apresentava 83% de concentração da população na área urbana e somente 17% na área rural, acompanhando a média do Estado que era de 85% e 15%, respectivamente. Os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Tupanciretã apresentavam os maiores percentuais de concentração populacional urbana, enquanto que os municípios de Jari, Toropi e São Martinho da Serra apresentavam os maiores percentuais de concentração populacional na área rural.

Tabela 2 – Percentual da populacional por domicílio (2010)

Municípios	Rural	Urbana
Agudo	59%	41%
Dilermando de Aguiar	68%	32%
Dona Francisca	37%	63%
Faxinal do Soturno	37%	63%
Formigueiro	61%	39%
Itaara	21%	79%
Ivorá	67%	33%
Jari	83%	17%
Júlio de Castilhos	18%	82%
Nova Palma	51%	49%
Pinhal Grande	58%	42%
Quevedos	69%	31%
Santa Maria	5%	95%
São João do Polêsine	49%	51%
São Martinho da Serra	71%	29%
São Pedro do Sul	27%	73%
Silveira Martins	55%	45%
Toropi	79%	21%
Tupanciretã	19%	81%
Corede Central	17%	83%
Rio Grande do Sul	15%	85%

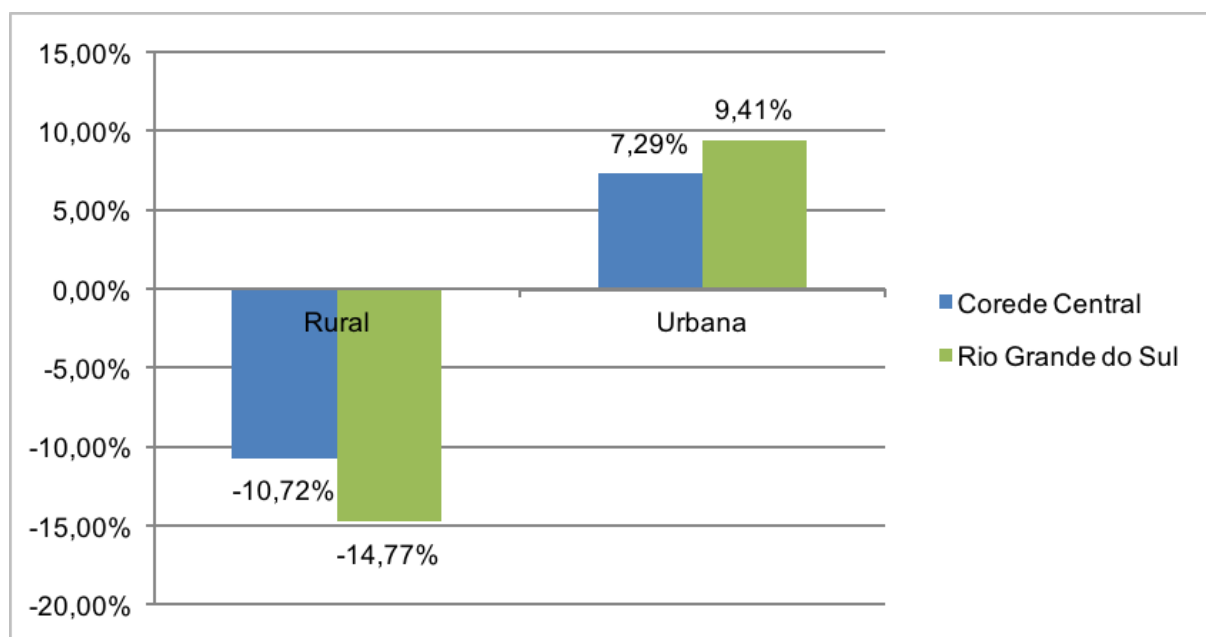
Fonte: FEE

Ao analisar a variação populacional por domicílio entre 2000 e 2010 do Corede Central, constata-se uma redução média de -10,72% na população rural, abaixo da média do Estado, que foi de -14,77%. Quase todos (18) os municípios perderam população nesta área, sendo que os maiores índices estão nos municípios de São João do Polêsine, Dona Francisca e Pinhal Grande, com -23,93%, -20,47% e -19,98%, respectivamente. A exceção foi o município de Tupanciretã, que teve um acréscimo de 6,82%, sendo que uma das hipóteses para este acontecimento são os assentamentos de trabalhadores sem terra em áreas rurais do município.

Em números absolutos, a população rural do Corede Central diminuiu em 7.820 habitantes, enquanto que a urbana aumentou em 22.184 habitantes. Esta variável demonstra claramente a tendência das demais regiões do Estado e do País em relação ao êxodo rural. O município de Santa Maria, isoladamente, representou 79,57% de todo o aumento da população urbana no período, reafirmando o movimento migratório da população para as áreas urbanas/

O crescimento médio da população urbana da região foi de 7,29%, ficando abaixo da média do Estado que foi de 9,41%, no período de 2000 a 2010. Somente os municípios de Dilermando de Aguiar, Dona Francisca e Júlio de Castilhos perderam população na área urbana, representando -9,08%, -7,66% e -1,79% do total da sua população urbana, respectivamente.

Figura 5 - Variação populacional por domicílio (2000 – 2010)



Fonte: FEE

Em relação à distribuição da população por faixas etárias, o Corede Central, à exemplo do comportamento do Estado, vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, conforme demonstrado nos gráficos abaixo. Percebe-se claramente uma menor proporção de crianças e jovens na base da pirâmide e uma maior participação de adultos e idosos no meio e no topo da pirâmide. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno.

Figura 6 - Pirâmide etária da população (2000)

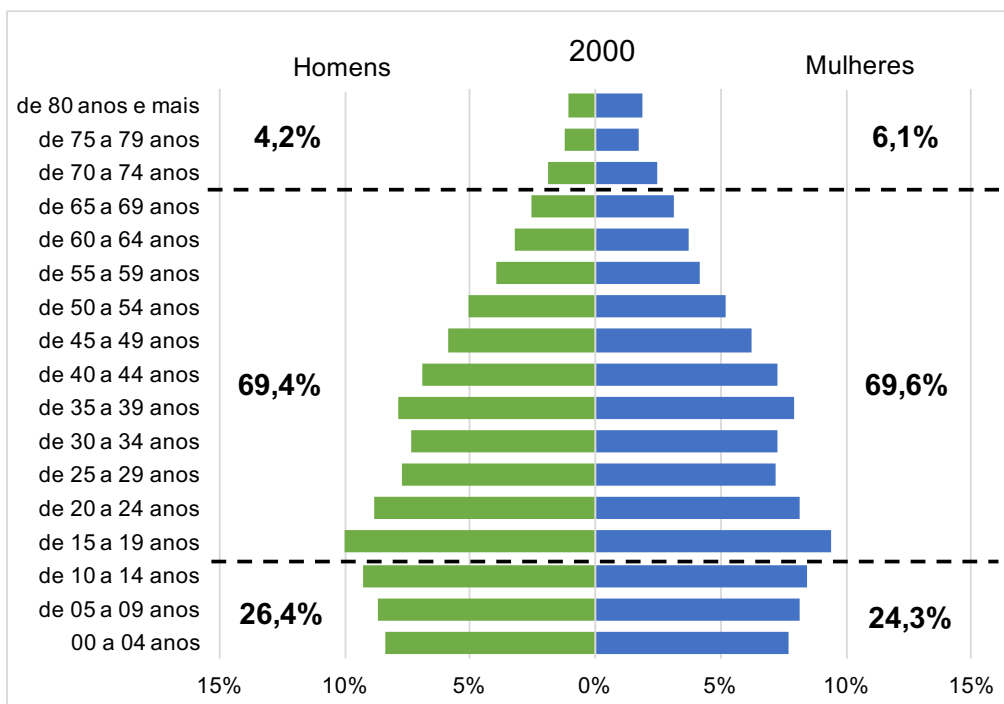
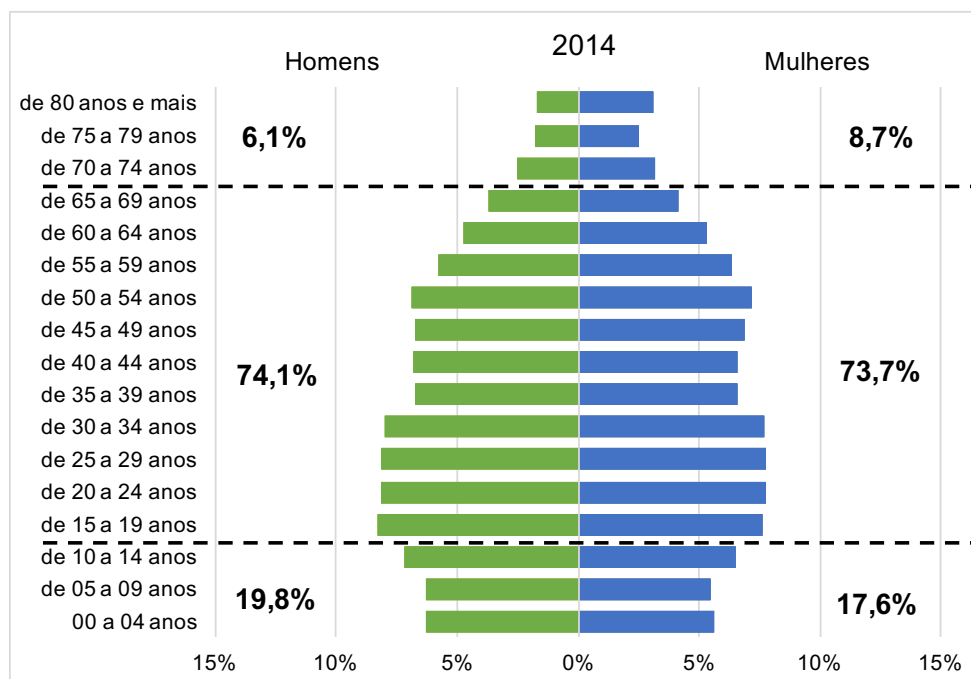


Figura 7 - Pirâmide etária da população (2014)



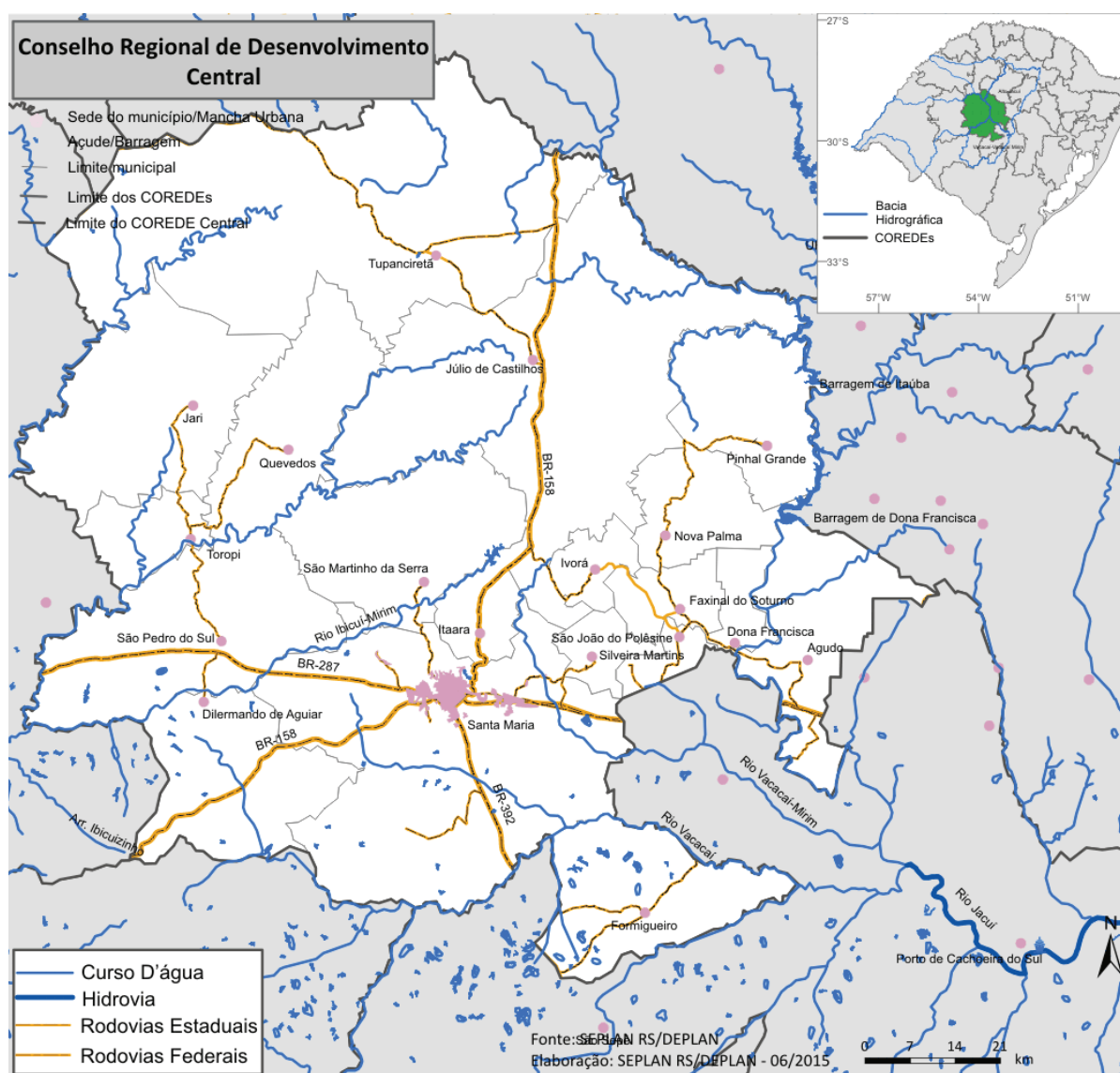
3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

O Corede Central está localizado em uma região geomorfológica de contato entre o Planalto Meridional e a Depressão Periférica. Apresenta boa disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma malha hidrográfica superficial formada, na maior parte, por rios e arroios e quatro sub-bacias coletoras: a dos rios Ibicuí e Ijuí,

afluentes da Bacia do Uruguai, e a dos rios Vacacaí-Vacacaí Mirim e Alto Jacuí, afluentes da Bacia do Guaíba. Os contribuintes que formam essas bacias e drenam o território diluem os despejos dos esgotos dos núcleos urbanos e das indústrias e agroindústrias locais, incluindo frigoríficos e abatedouros, e recebem também contaminantes oriundos das atividades agrícolas e pecuárias, principalmente na forma de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos ligados aos cultivos de arroz (sul do Corede), soja (norte), milho, fumo, batata inglesa entre outras culturas (centro) e também dejetos originários da criação de bovinos, suínos e aves.

Dentro desse contexto, é importante registrar a presença de duas barragens para geração de energia elétrica: a Barragem de Dona Francisca, no município de Nova Palma, com capacidade de geração de energia elétrica de 125MW e reservatório de 20km²; e a Barragem de Itaúba, no município de Pinhal Grande, com capacidade de geração de energia elétrica de 500MW e reservatório de 13,29km², ambas no Rio Jacuí.

Figura 8 - Mapa da rede hidrográfica (2015)



Fonte: Seplan/Deplan

Um dos principais problemas ligados ao recurso água na região diz respeito à sua disponibilidade. A formação geológica-geomorfológica e a ocorrência de repetidos períodos de estiagens e secas nos últimos anos têm agravado os problemas de escassez. Os registros de desastres naturais na região entre 1991 e 2010 destacam

a ocorrência de estiagens e secas em todos os municípios, com ênfase para os municípios de Tupanciretã e Júlio de Castilhos. As inundações bruscas e a ocorrência de vendavais ou ciclones também aparecem em quase todos os municípios.

Tabela 3 - Registros de desastres naturais por tipo de evento (1991 – 2010)

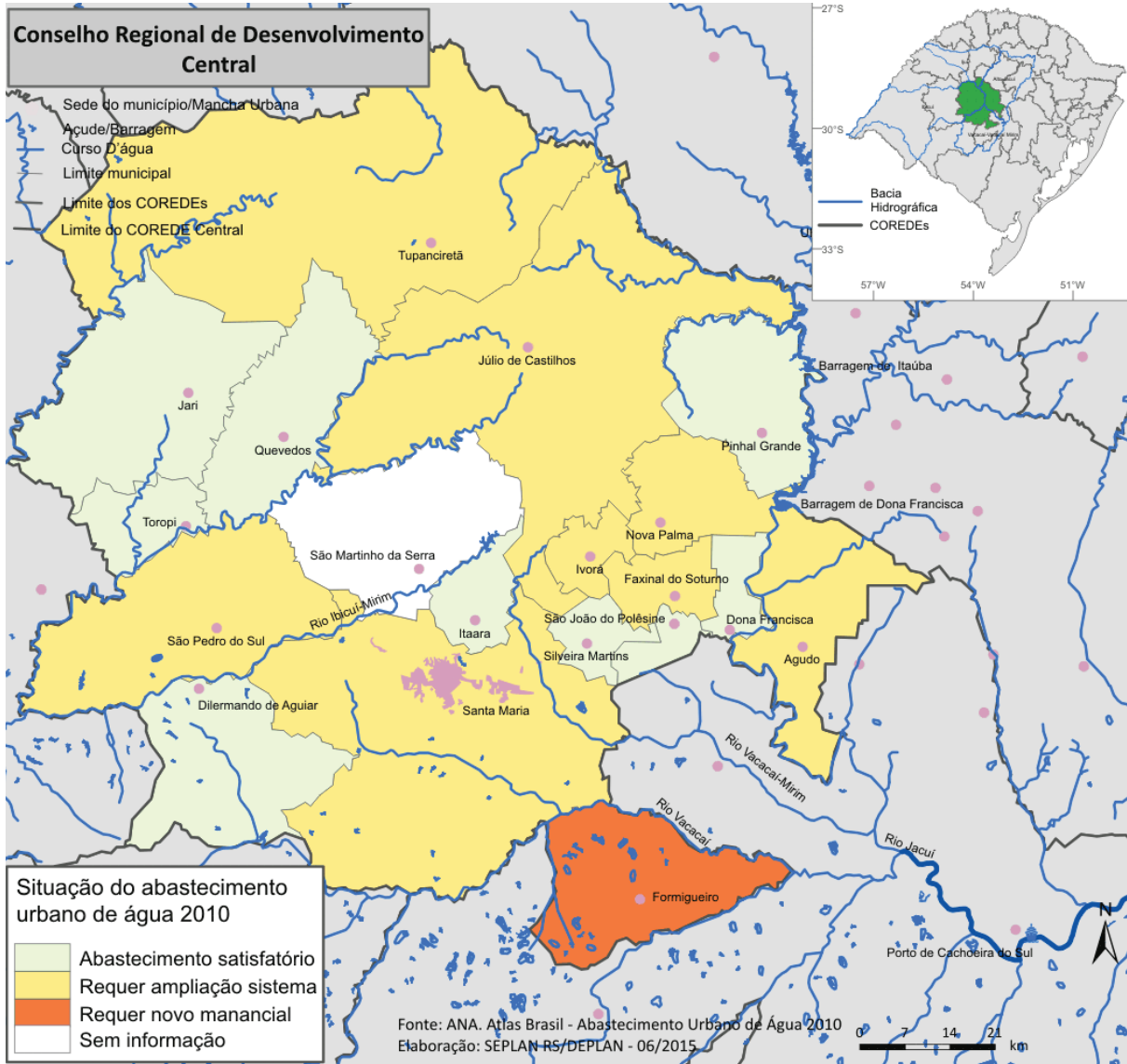
Municípios	Vendaval ou Ciclone	Granizo	Inundação Gradual	Inundação Brusca	Estiagem e Seca
Agudo	2			3	5
Dilermando de Aguiar			1		4
Dona Francisca	2	2	2	4	2
Faxinal do Soturno	4	3	2	6	4
Formigueiro	1	2	3		3
Itaara	3	4	2	4	4
Ivorá	2	2		6	6
Jari		2	3		6
Júlio de Castilhos	5	3	5		10
Nova Palma	1	1	1	4	7
Pinhal Grande				4	7
Quevedos	1	1		2	7
Santa Maria	5	4	1	2	7
São João do Polêsine	1	1	3	3	1
São Martinho da Serra	3			1	6
São Pedro do Sul	5	1		3	4
Silveira Martins	2	2		5	4
Toropi					3
Tupanciretã	4		1	1	11
Corede Central	41	28	24	48	101
Rio Grande do Sul	654	405	371	832	2.643

Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais

As estiagens periódicas em épocas de grande demanda por recursos hídricos pelas lavouras ou criação de animais, nos meses de verão, fazem a oferta de água diminuir drasticamente, levando ao estabelecimento de conflitos crescentes pelo uso do recurso.

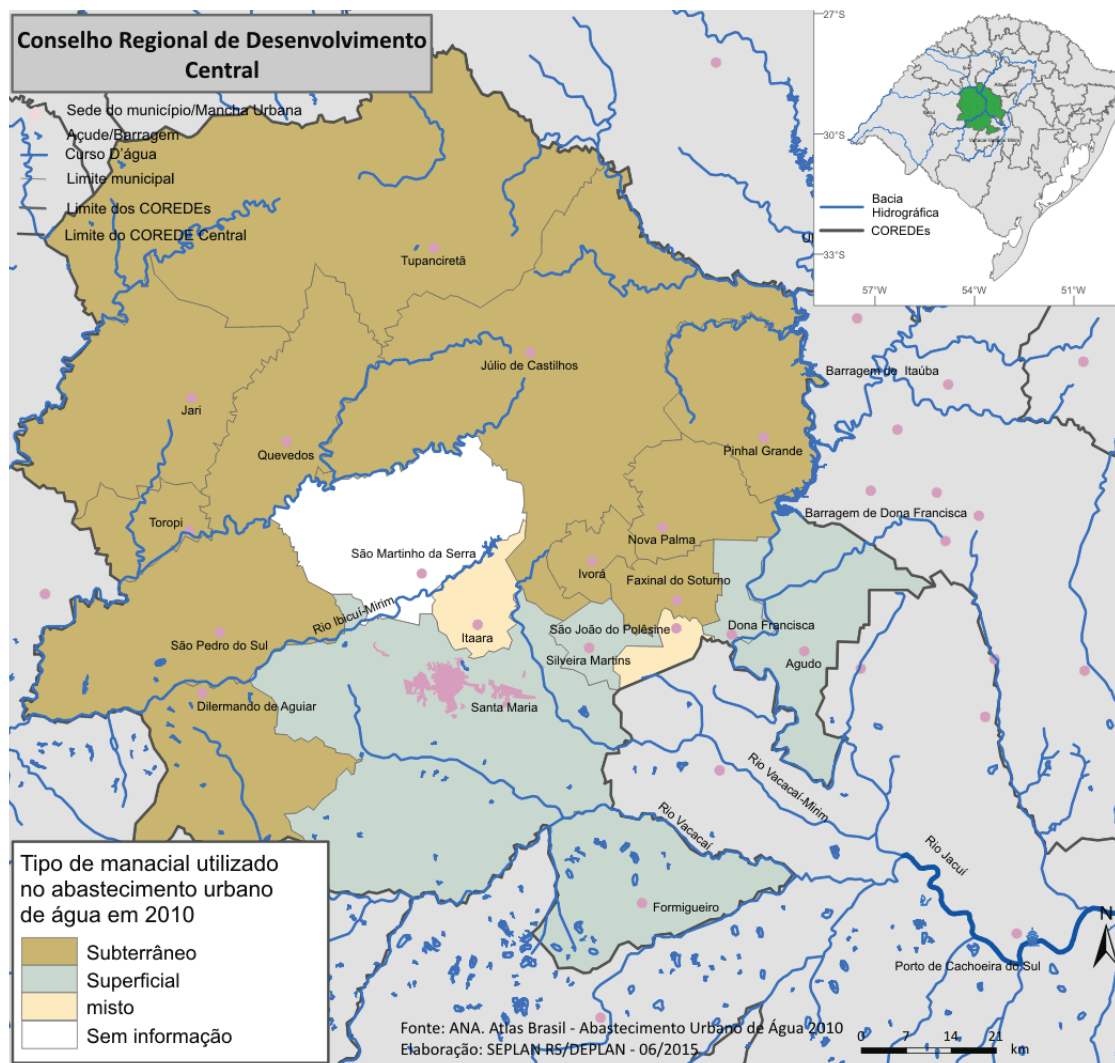
O abastecimento urbano de água reflete as condições gerais de disponibilidade do recurso e indica que há necessidade de ampliação do sistema em nove dos 19 municípios do Corede e novo manancial em um município. Somente os núcleos urbanos de Agudo, Dona Francisca, Formigueiro, Santa Maria e Silveira Martins utilizam mananciais superficiais para abastecimento, e os núcleos urbanos de Itaara e São João do Polêsine utilizam mananciais mistos. Os demais núcleos utilizam mananciais subterrâneos.

Figura 9 - Mapa do abastecimento de água urbano do Corede Central (2010)



Fonte: Seplan/Deplan

Figura 10 - Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água (2010)



Fonte: Seplan/Deplan

A escassez crescente de água é uma tendência e pode inviabilizar atividades econômicas e sociais, prejudicando o desenvolvimento regional. Por isso, as ações de gestão para o uso racional do recurso são cada vez mais importantes no caso do Corede Central, onde grande parte dos municípios apresentam necessidade de ampliação ou novo manancial para abastecimento urbano, entre eles um grande demandante de água: Santa Maria, núcleo urbano com mais de 250.000 habitantes.

O aproveitamento agrícola do solo também é prejudicado pela ocorrência de estiagens e secas, especialmente onde há expansão de culturas temporárias como a soja em ambientes de encostas. As culturas temporárias podem promover o aumento do consumo de água e contribuir para o desmatamento e para alguns processos de degradação dos solos. Por isso, é importante para a região promover a recuperação da vegetação das encostas de morros e das matas ciliares a fim de proteger o solo da erosão e a rede de drenagem superficial, viabilizando o aumento da produção e da produtividade na região através de técnicas adequadas de conservação do solo e da água. Também é reconhecida a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica e da fauna do Bioma por meio da criação ou manutenção de áreas de pesquisa e de parques e reservas.

3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

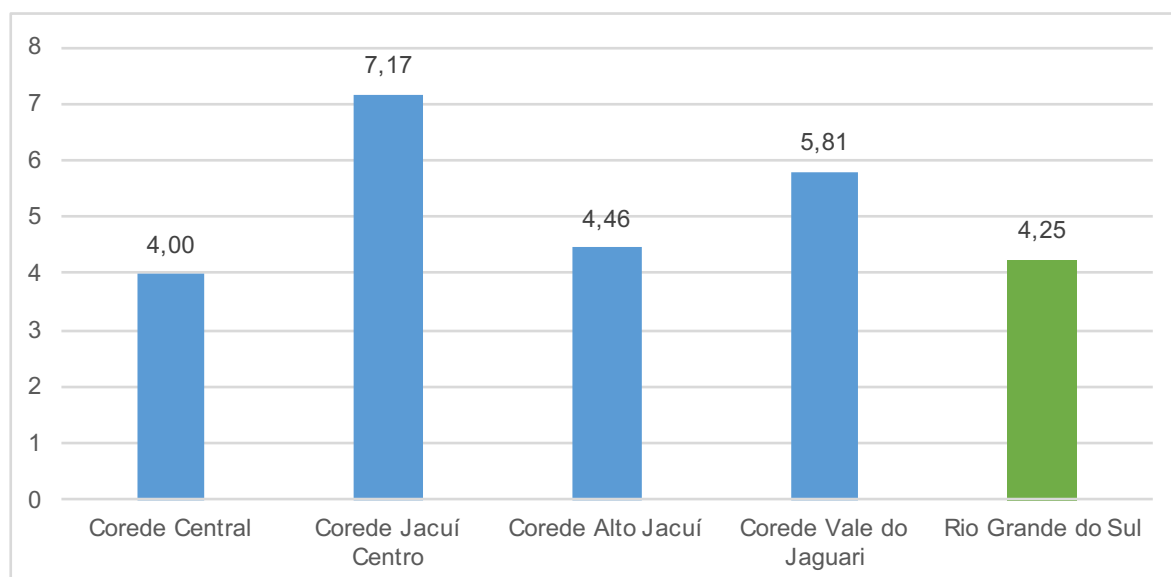
3.4.1 Educação

A educação representa um importante aspecto no contexto do desenvolvimento do Corede Central, principalmente por Santa Maria ser o maior polo educacional do interior do RS.

Diante disso, com o objetivo de se estabelecer uma avaliação do diagnóstico situacional na área da educação, foram analisados os seguintes dados: taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais, percentual de matrículas no ensino básico, fundamental e Ensino de Jovens e Adultos (EJA), índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), nível de escolaridade, e o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) da educação.

A taxa média de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais do Corede Central foi de 7,10% em 2000 e de 4,00% em 2010. Quando comparado aos demais Coredes da RFP 8, verifica-se que a região possui o melhor desempenho neste indicador, conforme demonstrado abaixo.

Figura 11 - Taxa de analfabetismo na RFP 8 (2000 - 2010)



Fonte: IBGE

Todos os municípios da região conseguiram evoluir neste indicador, sendo que em alguns casos a variação foi superior à média do Estado, como foram os casos de Dona Francisca, Itaara, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Santa Maria, São João do Polêsine, Silveira Martins e Toropi. A variação média da região superou o resultado do Estado, que foi de 30% no período analisado.

A maioria dos municípios (17) apresentaram uma taxa de analfabetismo acima das médias do Corede Central e do Estado em 2010, sendo que alguns municípios possuem altos índices de analfabetismo, como são os casos de Dilermando de Aguiar com 12,43%, Formigueiro com 10,39% e São Martinho da Serra com 8,85% da população.

O município de Santa Maria apresenta a menor taxa de analfabetismo da região, com 3,02% da população, reforçando o posicionamento do município como maior polo educacional do interior do Estado. Além deste município, somente o Nova Palma ficou com desempenho abaixo da média do Corede Central, com 3,37% da população.

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais (2000 – 2010)

Municípios	2000	2010	Var. %
Agudo	7,74	6,29	-19%
Dilermando de Aguiar	14,62	12,43	-15%
Dona Francisca	10,11	6,59	-35%
Faxinal do Soturno	6,53	4,74	-27%
Formigueiro	12,08	10,39	-14%
Itaara	8,89	5,32	-40%
Ivorá	5,79	4,58	-21%
Jari	7,9	7,18	-9%
Júlio de Castilhos	7,5	5,17	-31%
Nova Palma	5,39	3,37	-37%
Pinhal Grande	8,29	7,27	-12%
Quevedos	8,99	7,73	-14%
Santa Maria	4,6	3,02	-34%
São João do Polêsine	6,62	4,34	-34%
São Martinho da Serra	12,69	8,85	-30%
São Pedro do Sul	7,21	5,4	-25%
Silveira Martins	7,49	5,07	-32%
Toropi	8,64	5,56	-36%
Tupanciretã	7,25	5,06	-30%
Corede Central	7,10	4,00	-44%
Rio Grande do Sul	6,11	4,25	-30%

Fonte: IBGE e FEE

Para aprofundar a análise dos aspectos educacionais na região do Corede Central, é importante analisar a evolução das matrículas na educação infantil, no ensino fundamental e médio e no EJA.

Verifica-se um crescimento de 53,86% no total de matrículas da educação infantil na região entre os anos de 2010 e 2015, índice acima da média do Estado (36,07%). Quando comparado aos demais Coredes da RFP 8, a região central é a que apresentou maior crescimento no período analisado. Apesar da pirâmide etária regional indicar redução na população de 0 a 9 anos, o aumento no número de matrículas pode ser justificado pelo crescimento de 27% do número de estabelecimentos de ensino infantil no período analisado no Corede Central.

Já em relação aos demais estágios de ensino, verifica-se uma queda de 14,59% nas matrículas do ensino fundamental, 11,61% no ensino médio e 26,55% no EJA. No ensino fundamental a redução é proveniente das matrículas em anos finais. Isto levanta a hipótese de descontinuidade na escala de formação da população. Em todos os casos, a queda no número de matrículas da região é superior aos índices do Estado.

Um ponto importante a ser considerado nesta análise é a considerável queda de 8,36% no número de matrículas em âmbito geral, comparando 2010 com 2015, o que vai contra a tendência de crescimento populacional da região. Desta forma, pode-se considerar que a população cresce principalmente por causa do seu envelhecimento e de migrações para o município de Santa Maria e não pelo aumento da natalidade.

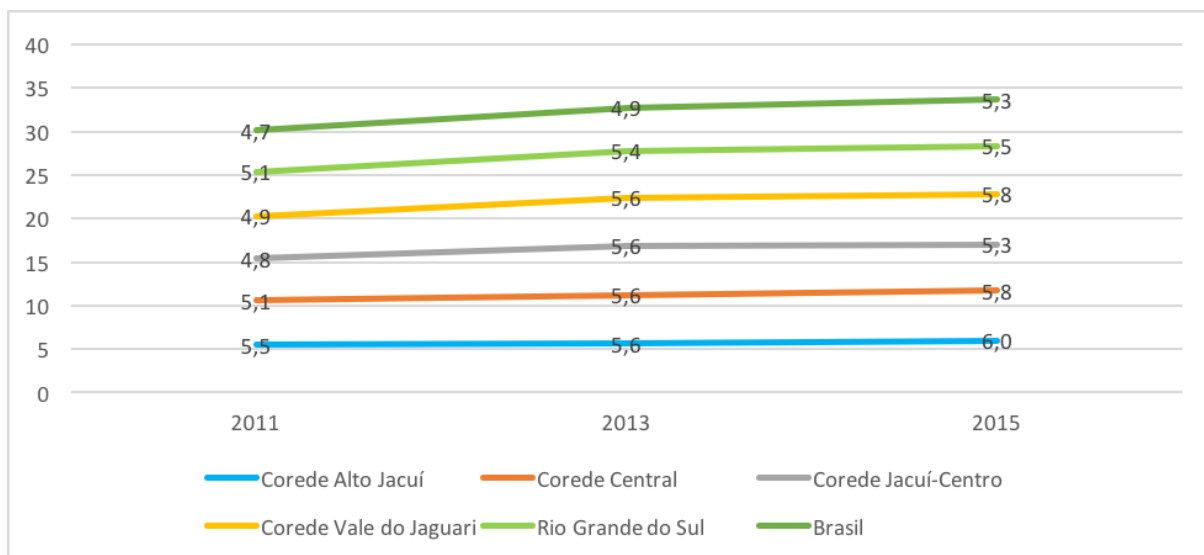
Tabela 5 - Matrículas educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA (2010 – 2015)

Municípios	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Agudo	388	462	2.267	1.948	506	444	197	262
Dilermando de Aguiar	70	56	462	376	97	97	26	22
Dona Francisca	101	136	470	351	141	87	125	105
Faxinal do Soturno	191	226	913	703	166	173	134	157
Formigueiro	123	155	937	787	325	288	63	62
Itaara	114	156	695	600	202	165	49	24
Ivorá	49	65	272	212	101	76	20	0
Jari	35	118	503	382	102	115	15	0
Júlio de Castilhos	668	814	3.098	2.519	712	579	465	279
Nova Palma	79	154	976	676	199	194	101	51
Pinhal Grande	57	92	703	513	198	150	67	59
Quevedos	27	60	389	317	102	87	35	10
Santa Maria	5.588	8.773	34.498	30.216	10.334	9.188	6.092	4.416
São João do Polêsine	75	104	428	310	95	104	-	0
São Martinho da Serra	41	64	450	386	87	88	61	23
São Pedro do Sul	245	419	2.079	1.795	565	460	279	204
Silveira Martins	45	64	303	264	90	83	18	0
Toropi	21	58	377	276	133	121	-	0
Tupanciretã	526	999	3.765	3.137	830	746	38	44
Corede Central	8.443	12.975	53.585	45.768	14.985	13.245	7.785	5.718
Rio Grande do Sul	276.695	376.492	1.529.550	1.330.075	411.485	363.975	154.725	142.933

Fonte: FEE

A hipótese de descontinuidade na escala de formação da população pode ser corroborada pela análise do desempenho em relação ao IDEB, o qual avalia a qualidade da educação sob o ponto de vista do fluxo escolar e das médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e da Prova Brasil. O Corede Central, no comparativo das notas de 2011 com 2013 e 2015, melhorou seu desempenho nos anos iniciais, passando da média geral de 5,1 para 5,6 e 5,8, mantendo-se acima das médias do Estado que foram de 5,1 e 5,6 e 5,4, respectivamente. Em comparação aos Coredes da RFP 8, o desempenho em 2015 do Corede Central foi o segundo melhor, juntamente com o Corede Vale do Jaguari.

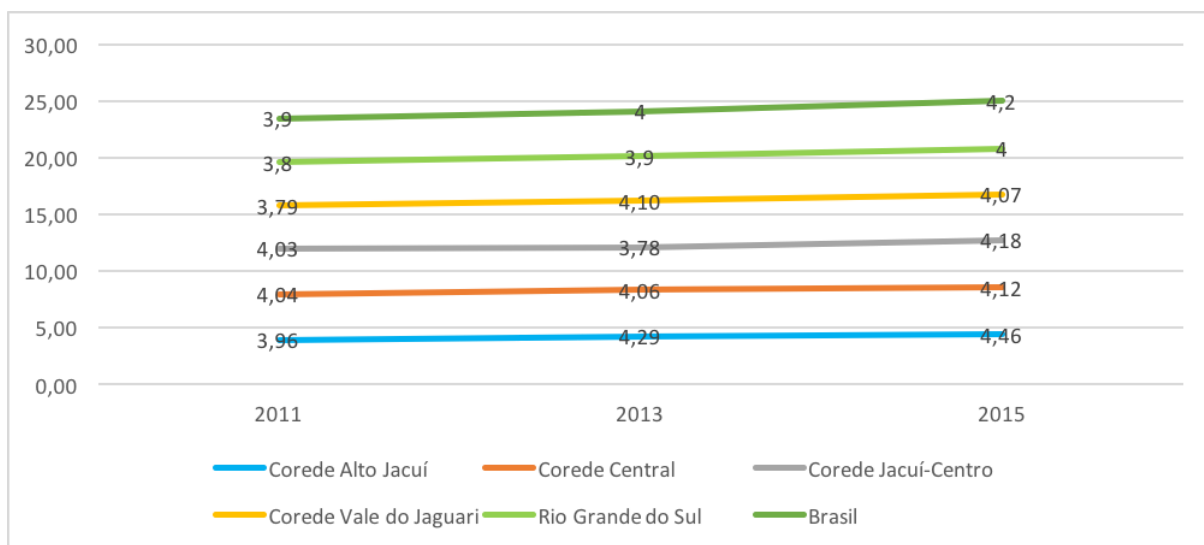
Figura 12 - IDEB anos iniciais dos Coredes da RFP 8 (2011 - 2015)



Fonte: INEP

Em relação aos anos finais, o desempenho do Corede Central apresentou crescimento no IDEB, passando de 4,04 em 2011 para 4,06 em 2013 e 4,12 em 2015. Este desempenho é inferior à média brasileira (4,2) e à média do Corede Alto do Jacuí, quando comparado aos demais Coredes da RFP 8. Mesmo assim, a constatação mais evidente é a de diminuição geral no desempenho escolar nos anos finais, confirmando a hipótese de descontinuidade na escala de formação escolar.

Figura 13 - IDEB anos finais dos Coredes da RFP 8 (2011 - 2015)



Fonte: INEP

Em relação aos municípios, destacam-se Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, São Pedro do Sul e Silveira Martins, os quais já atingiram a meta nacional projetada para 2022, que é de 6,0, o que corresponde ao desempenho de países desenvolvidos. Já nos anos finais, o desempenho da região foi de 4,0 em 2011 e permaneceu em 4,1 em 2013 e 2015, índices abaixo das médias do Estado que foram de 4,1, 4,2 e 4,3, respectivamente.

De maneira geral, percebe-se que decaiu o desempenho dos anos finais em relação aos anos iniciais em 2013 em todos os municípios avaliados, inclusive, alguns com diferenças substanciais, como são os casos dos municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Itaara e São Martinho da Serra. Já em 2015 a maioria dos

municípios (8) avaliados melhoraram o desempenho em relação ao período anterior, mesmo assim, permanecem baixas as médias dos municípios citados anteriormente.

Tabela 6 - Índice de desenvolvimento da educação básica (2011 – 2015)

Municípios	Anos Iniciais			Anos Finais		
	2011	2013	2015	2011	2013	2015
Agudo	5,3	5,6	5,9	4,8	4,2	4,8
Dilermando de Aguiar	-	-	-	-	2,9	-
Dona Francisca	4,0	5,8	4,9	3,9	3,2	3,5
Faxinal do Soturno	-	5,7	6,4	3,0	3,5	4,0
Formigueiro	-	4,8	5,3	3,8	4,3	3,6
Itaara	5,6	6,0	5,8	3,4	3,8	4,1
Ivorá	-	-	-	4,1	5,0	-
Jari	-	-	-	3,7	-	-
Júlio de Castilhos	5,2	5,2	5,8	4,2	4,6	4,3
Nova Palma	4,8	6,0	5,4	4,7	4,7	4,5
Pinhal Grande	5,6	5,7	6,2	4,3	4,9	4,7
Quevedos	-	-	-	-	-	-
Santa Maria	5,0	5,5	5,5	4,0	4,1	4,2
São João do Polêsine	-	-	-	4,2	4,5	-
São Martinho da Serra	-	5,1	5,3	3,7	2,5	3,1
São Pedro do Sul	5,8	6,3	6,2	4,0	4,7	5,0
Silveira Martins	-	-	7,1	4,6	-	-
Toropi	-	-	-	4,5	4,4	4,0
Tupanciretã	4,7	5,5	5,5	3,8	3,7	3,8
Corede Central	5,1	5,6	5,8	4,0	4,1	4,1
Rio Grande do Sul	5,1	5,6	5,7	4,1	4,2	4,3

Fonte: INEP

Contribui com a análise acima apresentada o percentual de pessoas por grupo de estudo, no qual se confirma uma alta concentração da população com ensino fundamental completo e médio incompleto nos municípios que formam a região.

Destaca-se no contexto da tabela abaixo o município de Santa Maria que apresenta o maior índice em relação ao percentual da população com ensino médio completo e superior completo. Além disso, ressalta-se os municípios de São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Itaara, com índices muito acima da média do Corede Central em relação ao ensino superior completo. Isto pode se justificar no caso de Itaara pela proximidade com Santa Maria, tornando-se município dormitório. Já no caso de Faxinal do Soturno, este desempenho pode ser influenciado pela presença de uma unidade de ensino superior no município, o que acaba contribuindo com o município de São João do Polêsine que se localiza muito próximo.

Tabela 7 - Percentual de pessoas por grupo de estudo (2010)

Município	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Agudo	63,9	17,94	13,71	4,37	0,07
Dilermando de Aguiar	73,42	15,55	9,26	1,66	0,11
Dona Francisca	60,23	17,28	17,36	4,65	0,48
Faxinal do Soturno	57,08	15,07	17,42	10,2	0,24
Formigueiro	62,99	15,82	15,62	5,15	0,43

Itaara	47,33	23,95	19,99	8,55	0,18
Ivorá	60,44	14,43	18,92	6,07	0,13
Jari	73,85	15,29	7,65	3,05	0,16
Júlio de Castilhos	56,17	19,53	17,65	6,51	0,14
Nova Palma	49,3	23,8	19,46	6,91	0,53
Pinhal Grande	63,15	18,17	13,68	4,89	0,11
Quevedos	67,12	19,33	9,83	3,54	0,19
Santa Maria	37,38	18,36	29,58	14,38	0,3
São João do Polêsine	49,66	19,77	19,57	11	-
São Martinho da Serra	70,75	12,33	14,45	2,46	-
São Pedro do Sul	57,31	17,85	18,27	6,11	0,46
Silveira Martins	58,83	16,26	19,4	5,19	0,32
Toropi	66,74	18,27	13,48	1,38	0,13
Tupanciretã	56,95	19,71	15,38	6,92	1,04
Corede Central	59,57	17,79	16,63	16,63	5,73
RS	48,18	18,96	23,75	8,66	0,45

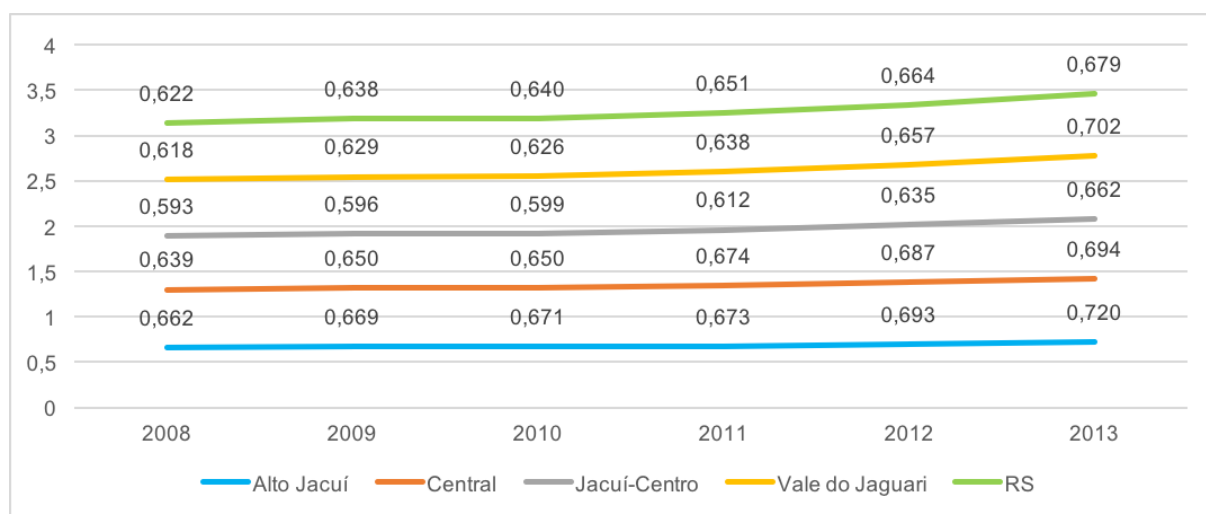
Fonte: IBGE

Para finalizar a análise situacional dos aspectos educacionais, é válido verificar a representatividade da qualidade da educação por meio do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), que possui dentre seus subíndices, o IDESE educação, que permite avaliar as seguintes variáveis: pré-escola, escolaridade adulta, ensino médio, ensino fundamental, anos iniciais e anos finais.

Como se percebe o Idese educação utiliza-se de um maior número de informações e, neste cenário, o desempenho médio do Corede Central foi de 0,650 em 2010 e de 0,694 em 2013, mantendo-se superior à média do Estado que foi de 0,640 e 0,679, respectivamente.

Em relação à RFP 8, em 2013 a região apresentou o terceiro melhor índice, ficando atrás dos Coredes Alto Jacuí e Vale do Jaguari. Ressalta-se que a região se manteve, historicamente, na segunda colocação no comparativo da RFP 8 entre os anos de 2008 e 2012.

Figura 14 - Idese educação dos Coredes da RFP 8 (2008 - 2013)



Fonte: FEE

De maneira geral, a maioria (16) dos municípios melhorou seu desempenho no comparativo de 2010 com 2013, com destaque para os municípios de Dona Francisca, Itaara, Ivorá e São João do Polêsine, que além de melhorarem o desempenho no

indicador, ocupam as melhores colocações no contexto regional. As exceções foram os municípios de São Martinho da Serra, Silveira Martins e Tupanciretã que pioraram seu desempenho no comparativo 2010 a 2013.

Tabela 8 - Idese educação (2010 – 2013)

Municípios	2010	2013
Agudo	0,564	0,626
Dilermando de Aguiar	0,564	0,584
Dona Francisca	0,641	0,808
Faxinal do Soturno	0,663	0,718
Formigueiro	0,650	0,696
Itaara	0,664	0,771
Ivorá	0,540	0,771
Jari	0,434	0,543
Júlio de Castilhos	0,434	0,543
Nova Palma	0,611	0,709
Pinhal Grande	0,555	0,643
Quevedos	0,499	0,575
Santa Maria	0,681	0,709
São João do Polêsine	0,720	0,761
São Martinho da Serra	0,548	0,514
São Pedro do Sul	0,592	0,637
Silveira Martins	0,732	0,657
Toropi	0,585	0,727
Tupanciretã	0,575	0,661
Corede Central	0,650	0,694
Rio Grande do Sul	0,640	0,679

Fonte: FEE

3.4.2 Saúde

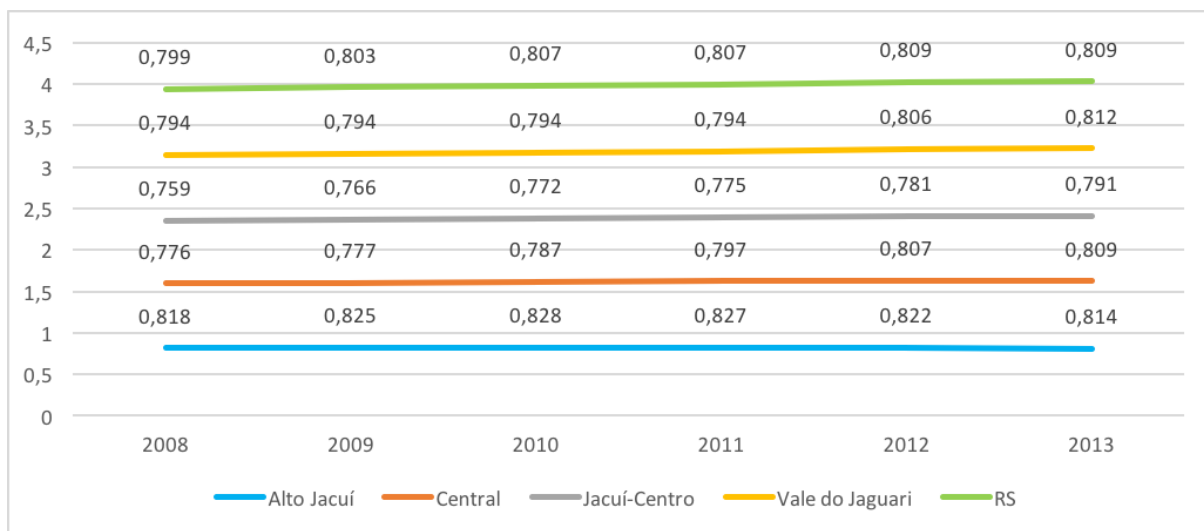
Sob o ponto de vista da saúde, a região do Corede Central é atendida em grande parte pelos serviços disponíveis no município de Santa Maria, o qual dispõe de um hemocentro regional, sete hospitais, sendo um universitário e um de caridade, mais de 50 clínicas e ambulatórios especializados e em torno de 500 consultórios médicos que atuam nas mais variadas áreas da saúde.

Além de Santa Maria, os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Júlio de Castilhos, Pinhal Grande, São Pedro do Sul e Tupanciretã também possuem hospital para atendimento local e microrregional. Com o objetivo de descentralizar os atendimentos especializados na região, o hospital de Agudo está apto para atender as demandas em otorrinolaringologia e, o hospital de Faxinal do Soturno, a especialidade em oftalmologia, ambos com estrutura para atender todos os municípios do Corede Central.

Outro dado importante de se ressaltar é o número de centros de saúde e unidades básicas de saúde que totalizam 64. Todos os municípios possuem pelo menos uma unidade de atendimento local.

Toda essa estrutura, aliada as práticas locais de atendimento a população, contribuíram para que o desempenho médio do Corede Central no Idese Saúde passasse de 0,776 em 2008, para 0,787 em 2010 e 0,809 em 2013. Historicamente, o desempenho da região foi inferior às médias do Estado e manteve-se em um padrão médio quando comparado aos demais Coredes da RFP 8.

Figura 15 - Idese saúde dos Coredes da RFP 8 (2008 - 2013)



Fonte: FEE

Importante ressaltar que o Idese saúde é um indicador amplo e compreende a saúde materno infantil, a mortalidade de menores de 5 anos, as consultas pré-natal, a longevidade, as condições gerais de saúde, os óbitos por causas mal definidas e as mortes por causas evitáveis.

A maioria (13) dos municípios da região possui desempenho médio superior à média do Corede e do Estado, com destaque para Nova Palma, que alcançou desempenho de 0,870.

Tabela 9 - Idese saúde (2010 – 2013)

Municípios	2010	2013
Agudo	0,749	0,793
Dilermando de Aguiar	0,816	0,855
Dona Francisca	0,834	0,834
Faxinal do Soturno	0,826	0,852
Formigueiro	0,800	0,788
Itaara	0,787	0,804
Ivorá	0,808	0,843
Jari	0,824	0,820
Júlio de Castilhos	0,753	0,816
Nova Palma	0,863	0,870
Pinhal Grande	0,836	0,866
Quevedos	0,818	0,844
Santa Maria	0,791	0,808
São João do Polêsine	0,807	0,855
São Martinho da Serra	0,789	0,842
São Pedro do Sul	0,785	0,810
Silveira Martins	0,836	0,805
Toropi	0,780	0,842
Tupanciretã	0,756	0,773
Corede Central	0,787	0,809
RS	0,807	0,809

Fonte: FEE

Corroborar com o bom desempenho na área da saúde os dados de expectativa de vida ao nascer, no qual o Corede Central manteve-se acima da média do Estado em 2000 e em 2010. Do total de municípios, 10 possuem desempenho superior à média do RS e a maioria (18) superior à média do Brasil.

Tabela 10 - Expectativa de vida ao nascer (2000 – 2010)

Municípios	2000	2010
Agudo	73,20	75,84
Dilermando de Aguiar	72,50	76,85
Dona Francisca	70,16	74,84
Faxinal do Soturno	71,40	76,21
Formigueiro	72,63	75,30
Itaara	75,08	75,46
Ivorá	72,63	78,13
Jari	72,00	75,14
Júlio de Castilhos	72,55	74,96
Nova Palma	74,89	75,44
Pinhal Grande	69,22	73,25
Quevedos	69,59	74,45
Santa Maria	74,66	75,89
São João do Polêsine	71,00	75,84
São Martinho da Serra	73,17	75,89
São Pedro do Sul	69,22	74,45
Silveira Martins	75,52	76,14
Toropi	70,06	74,34
Tupanciretã	71,61	74,67
Rio Grande do Sul	73,22	75,38
Brasil	68,61	73,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao se analisar a taxa de mortalidade infantil, verifica-se correlação com os dados anteriormente apresentados, uma vez que os municípios com maior expectativa de vida também apresentam as menores taxas de mortalidade infantil no período analisado.

O desempenho médio do Corede Central melhorou significativamente no período analisado, ficando abaixo da média do Estado (12,38) e do Brasil (16,70).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu que taxa de mortalidade infantil aceitável é de 10 mortos para cada 1.000 nascidos vivos. Diante disso, ao se comparar o desempenho individual dos municípios da região com os padrões estabelecidos, verifica-se que somente o município de Ivorá apresentou índice inferior.

Tabela 11 - Taxa de mortalidade infantil (2000 – 2010)

Municípios	2000	2010
Agudo	16,70	12,40
Dilermando de Aguiar	18,00	10,40
Dona Francisca	22,40	13,00
Faxinal do Soturno	18,40	11,20
Formigueiro	17,70	12,40

Itaara	13,80	12,10
Ivorá	17,70	8,90
Jari	18,80	12,60
Júlio de Castilhos	17,80	12,80
Nova Palma	14,00	12,20
Pinhal Grande	24,40	15,20
Quevedos	23,60	13,50
Santa Maria	15,41	11,60
São João do Polêsine	20,70	12,40
São Martinho da Serra	16,80	11,60
São Pedro do Sul	24,40	13,50
Silveira Martins	13,10	11,30
Toropi	22,60	13,60
Tupanciretã	19,60	13,20
Corede Central	18,73	12,31
Rio Grande do Sul	16,71	12,38

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

3.4.3 Segurança

Para avaliar os aspectos de segurança na região, foram levantados números de registros de ocorrências em tráfico e posse de entorpecentes, roubos, furtos e homicídios no período de 2010 a 2015.

Em relação ao número de roubos, a região teve um aumento de 48% no total de ocorrências, mantendo-se abaixo da média do RS que foi de 64%. As maiores incidências desta ocorrência estão nos municípios de Santa Maria, com 1.811, seguido por Tupanciretã, com 51 e Júlio de Castilhos, com 37. Já em relação aos furtos houve uma redução de 6% no Corede, enquanto que no Estado houve uma redução de 11%. As maiores ocorrências são nos mesmo municípios acima citados, entretanto, houve um acréscimo significativo de 98% em Dilermando de Aguiar, 65% em São Martinho da Serra e 21% em Jari, municípios estes que possuem como característica a atividade agropecuária como principal atividade econômica.

O número de homicídios aumentou 63% na região em função das ocorrências no município de Santa Maria que subiram de 27 para 53 no período analisado. A média do Estado neste aspecto foi de 46% de aumento.

As ocorrências envolvendo posse e tráfico de entorpecentes concentra-se fortemente nos municípios de Santa Maria, Tupanciretã e Júlio de Castilhos. Isto demonstra, juntamente com os dados citados anteriormente, que estes municípios apresentam a maior concentração de registro de ocorrências criminais nos temas analisados. Chama a atenção o município de Agudo que, apesar de ter uma população semelhante a alguns dos municípios acima citados, não segue o mesmo padrão comportamental em relação aos crimes.

Tabela 12 - Indicadores criminais (2010 – 2015)

Municípios	Roubos		Furtos		Homicídios		Entorpecentes			
							Tráfico		Posse	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Agudo	4	9	189	161	-	-	1	3	-	6
Dilermando de Aguiar	1	7	45	89	-	1	-	1	-	-

Dona Francisca	2	5	41	30	-	-	-	-	1	-
Faxinal do Soturno	3	7	68	56	-	-	1	-	2	2
Formigueiro	4	4	81	81	-	-	4	3	2	1
Itaara	2	6	131	84	-	1	-	-	-	1
Ivorá	2	2	29	16	-	-	-	-	-	-
Jari	3	-	24	29	1	-	1	-	-	-
Júlio de Castilhos	25	37	360	399	3	2	13	6	15	16
Nova Palma	6	8	95	79	1	-	-	-	-	-
Pinhal Grande	5	5	59	48	1	2	-	-	-	-
Quevedos	5	-	29	15	-	-	-	-	-	-
Santa Maria	1.219	1.811	4.615	4.283	27	53	125	200	331	435
São João do Polésine	2	6	26	27	-	-	-	-	2	-
São Martinho da Serra	-	2	43	71	1	-	-	-	-	-
São Pedro do Sul	28	26	351	289	1	-	7	5	4	3
Silveira Martins	2	5	34	37	-	-	-	-	-	-
Toropi	0	1	16	17	-	1	-	-	-	1
Tupanciretã	33	51	269	318	3	2	3	5	8	13
Corede Central	1.346	1.992	6.505	6.129	38	62	155	223	365	478
Rio Grande do Sul	48.144	79.112	177.617	158.009	1.668	2.429	7.300	8.984	10.031	11.116

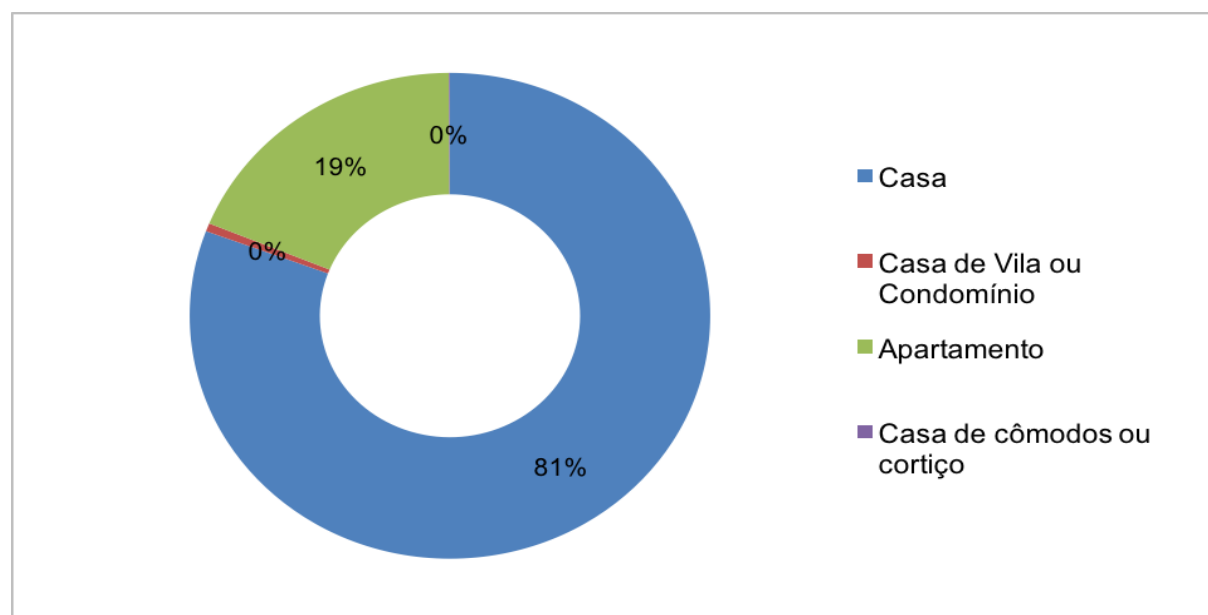
Fonte: FEE

No estudo Violência contra a mulher, a região de Santa Maria apresentou o 21º pior índice das 35 regiões do Estado, com 76 ocorrências para cada 100 mil habitantes, sendo que 68% dessas ocorrências acontecem na residência.

3.4.4 Habitação

Os domicílios no Corede em 2010 concentravam-se 80,67% como casa, e 18,73% como apartamento. Percebe-se claramente esta característica nos municípios menores, pois há uma significativa disponibilidade de áreas urbanas e rurais, não havendo necessidade de verticalizar as habitações. Em muitos municípios mais de 95% das habitações são casas, como apresentado na tabela abaixo.

Figura 16 - Tipo de habitação dos domicílios particulares (2010)



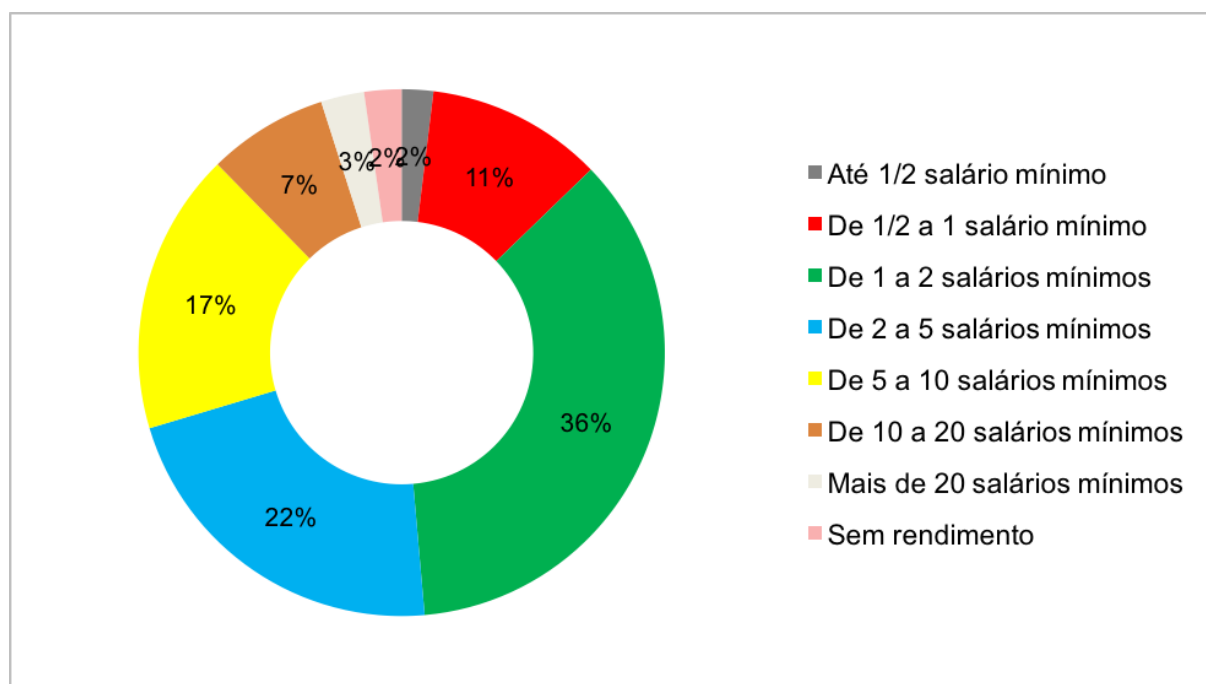
Fonte: IBGE

A característica dos domicílios na região é de que 75,83% são habitação própria e 24,17% habitação alugada, cedida ou outra forma de moradia.

A média regional é fortemente influenciada pelo município de Santa Maria, que representa 67,94% do total de habitações da região. A característica militar e estudantil faz com que milhares de pessoas possuam residências alugadas.

Em relação a renda média mensal domiciliar, 36% dos domicílios possui renda média entre 1 e 2 salários mínimos e 22% de 2 a 5 salários mínimos. Destaca-se o número de domicílios com renda superior a 10 salários mínimos que totalizam 12.925, sendo que 85,51% está concentrado no município de Santa Maria. Esta característica novamente reforça o perfil de alta renda concentrada no município, oriunda de profissionais empregados nas universidades, nas forças armadas e em outros órgãos públicos federais e estaduais.

Figura 17 - Domicílios por classe de rendimento mensal (2010)



Fonte: IBGE

3.4.6 Equidade inclusão social

Analisar dados referentes à equidade e inclusão social nos permite avaliar com mais detalhe o desenvolvimento e a distribuição de renda na região. Diante disso, a primeira variável em análise é a renda domiciliar *per capita* que, conjuntamente com o índice de gini, traçará o perfil do Corede Central em relação à renda.

A renda domiciliar *per capita* da região cresceu 42% entre 2000 e 2010, enquanto que a média do Estado aumentou em 35% neste período. Entretanto, nos dois períodos avaliados, manteve-se 46% e 39%, respectivamente, abaixo da média do Estado. Isto demonstra que mesmo crescendo mais do que a média do Estado a região, historicamente, tem uma renda domiciliar *per capita* baixa.

A maioria (18) dos municípios aumentou a renda entre 2000 e 2010, com variações de 109% em Ivorá e 5% em São Martinho da Serra. Somete o município de Dilermando de Aguiar obteve índice negativo no período avaliado, que foi de -16%. A renda domiciliar *per capita* em 2010 entre os municípios variou de R\$ 1.108,07 em Santa Maria e R\$ 408,21 em Jari, representando claramente a disparidade de renda entre os municípios da região.

Dentre as hipóteses para que a renda domiciliar *per capita* em Santa Maria seja muito superior aos demais municípios reside na quantidade de pessoas vinculadas às universidades, às unidades militares e aos órgãos públicos, pois na maioria destes casos, os salários são acima da média do mercado.

O índice de gini² permite avaliar as desigualdades de renda entre os mais ricos e os mais pobres. A variação média na região entre 2000 e 2010 diminuiu de 0,57 para 0,53, permanecendo abaixo das médias do Estado que foram de 0,58 e 0,55, respectivamente. Entre os municípios, o índice varia de 0,44 em Ivorá e 0,61 em Itaara, sendo que neste último a provável hipótese para produção desta desigualdade seja a concentração de pessoas que trabalham e obtêm renda em Santa Maria, portanto beneficiando-se de uma renda maior, mas que residem em Itaara. Isto faz com que a renda domiciliar *per capita* média do município seja a terceira maior entre os municípios do Corede Central.

Tabela 13 - Renda domiciliar *per capita* e índice de gini (2000 – 2010)

Municípios	Renda domiciliar <i>per capita</i>			Índice Gini	
	2000	2010	Var. %	2000	2010
Agudo	R\$ 553,51	R\$ 856,07	55%	0,54	0,52
Dilermando de Aguiar	R\$ 658,19	R\$ 549,59	-16%	0,77	0,58
Dona Francisca	R\$ 489,71	R\$ 683,29	40%	0,51	0,47
Faxinal do Soturno	R\$ 500,46	R\$ 760,86	52%	0,50	0,47
Formigueiro	R\$ 340,00	R\$ 579,12	70%	0,54	0,52
Itaara	R\$ 531,33	R\$ 869,78	64%	0,61	0,61
Ivorá	R\$ 317,81	R\$ 665,62	109%	0,43	0,44
Jari	R\$ 273,71	R\$ 408,21	49%	0,57	0,58
Júlio de Castilhos	R\$ 497,31	R\$ 753,97	52%	0,60	0,60
Nova Palma	R\$ 565,13	R\$ 905,23	60%	0,52	0,54
Pinhal Grande	R\$ 436,33	R\$ 496,10	14%	0,55	0,53
Quevedos	R\$ 319,10	R\$ 500,84	57%	0,63	0,56
Santa Maria	R\$ 843,34	R\$ 1.108,07	31%	0,57	0,56
São João do Polêsine	R\$ 663,85	R\$ 839,31	26%	0,56	0,54
São Martinho da Serra	R\$ 447,84	R\$ 471,27	5%	0,67	0,51
São Pedro do Sul	R\$ 473,15	R\$ 607,97	28%	0,58	0,49
Silveira Martins	R\$ 537,20	R\$ 795,49	48%	0,53	0,53
Toropi	R\$ 294,85	R\$ 534,42	81%	0,46	0,45
Tupanciretã	R\$ 460,02	R\$ 708,79	54%	0,62	0,57
Corede Central	R\$ 484,36	R\$ 689,16	42%	0,57	0,53
Rio Grande do Sul	R\$ 708,12	R\$ 959,24	35%	0,58	0,55

Fonte: FEE e IBGE

A segunda variável em análise é a faixa salarial dos trabalhadores da região, que, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2014, apresentava a configuração demonstrada no gráfico abaixo.

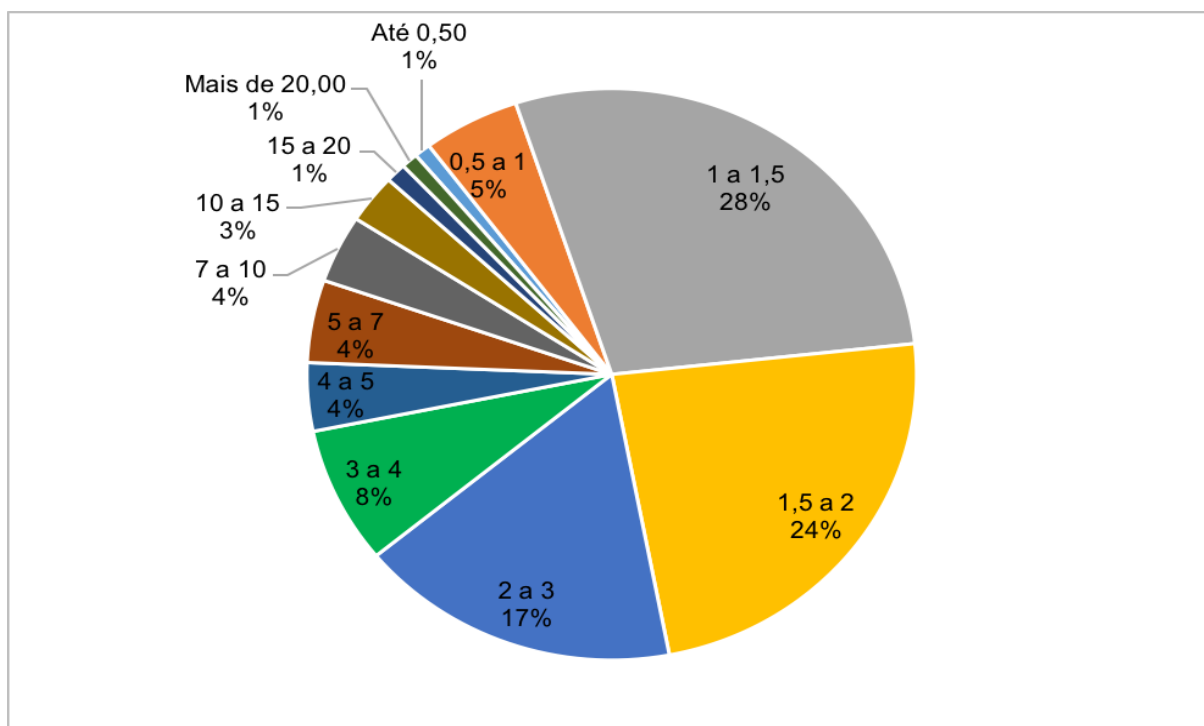
Pelos dados apresentados verifica-se a que a maior concentração de trabalhadores está na faixa salarial de 1 a 3 salários, correspondendo à 70% do total de trabalhadores da região. Deste grupo de trabalhadores, a predominância está na faixa salarial de 1 a 1,5 salários, sendo esta uma característica de mão de obra voltada ao comércio e serviços de baixa especialidade.

² Representa a concentração de renda em determinado grupo de pessoas, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Varia entre zero (perfeita igualdade) e um (desigualdade máxima).

Por outro lado, é possível constatar um grupo extremamente restrito de trabalhadores com faixa salarial entre 7 e mais de 20 salários. Esta faixa salarial corresponde à 9% do total de trabalhadores, a qual tem como característica principal alta especialidade na sua ocupação da função. Está centralizada fortemente no município de Santa Maria, que responde por 93% do total deste grupo de trabalhadores. A hipótese que justifica esta concentração é a demanda por profissionais empregados nas diversas instituições de ensino superior, especialmente na Universidade Federal de Santa Maria, que possui o maior número de mestres e doutores, nas mais de 20 unidades militares, na indústria e na construção civil.

Ao mesmo tempo, há um grupo de trabalhadores com faixa salarial de 3 a 7 salários, considerada uma renda média alta. Este grupo representa 16% do total de trabalhadores da região, sendo que a maior concentração está na faixa inicial de 3 a 4 salários.

Figura 18 - Percentual de trabalhadores por faixa salarial (2014)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Esta avaliação, conjuntamente à análise da renda domiciliar *per capita* permite concluir que a renda média da região é baixa e que há uma faixa de alta renda concentrada especialmente no município de Santa Maria. Esta questão levanta a hipótese que justificaria o efeito migratório da população para o município de Santa Maria, com intuito de melhorar o padrão de renda.

A terceira variável a ser estudada é o percentual da população considerada extremamente pobre e pobre. Em primeira análise verifica-se que a região reduziu em 60% o total de pessoas que se enquadravam na faixa de extrema pobreza e em 59% as que se enquadravam na faixa de pobres entre 2000 e 2010. Este desempenho é superior à média do Estado que no mesmo período avaliado reduziu em 47% o número de pessoas em extrema pobreza e em 46% o número de pessoas consideradas pobres.

Na análise individual de cada município constata-se que os percentuais mais agudos de pessoas extremamente pobres e pobres se concentram nos municípios de Dilermando de Aguiar, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra. Esta constatação vai ao encontro dos dados levantados anteriormente, nos quais verificam-

se que estes municípios são os que apresentam a menor renda domiciliar *per capita* do Corede Central.

Por outro lado, alguns dos municípios que apresentam os menores percentuais de pessoas extremamente pobres e pobres têm relação direta com o desempenho no índice de gini, como são os casos de Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Silveira Martins. Deste cruzamento pode-se concluir que não há grandes disparidades em termos de renda nestes municípios, de modo que a maioria da população possui uma renda média superior aos limites de pobreza, porém, abaixo da média do Estado.

Tabela 14 - Percentual da população extremamente pobre e pobre (2000 – 2010)

Municípios	% de extremamente pobres			% de pobres		
	2000	2010	Var. %	2000	2010	Var. %
Agudo	3,97	3,91	-2%	17,47	8,71	-50%
Dilermando de Aguiar	30,32	8,02	-74%	57,4	22,19	-61%
Dona Francisca	2,45	1,6	-35%	20,2	8,83	-56%
Faxinal do Soturno	4,77	1,71	-64%	16,04	6,92	-57%
Formigueiro	13,87	4,49	-68%	33,54	15,55	-54%
Itaara	6,61	1,92	-71%	21,74	7,21	-67%
Ivorá	10,2	2,4	-76%	24,67	7,13	-71%
Jari	22,16	16,16	-27%	45,26	26,54	-41%
Júlio de Castilhos	8,31	4,18	-50%	25,87	12,13	-53%
Nova Palma	6,11	2,66	-56%	14,47	8,47	-41%
Pinhal Grande	12,54	11,49	-8%	27,93	20,56	-26%
Quevedos	25,03	13,61	-46%	46,26	22,23	-52%
Santa Maria	3,54	1,19	-66%	12,2	5,47	-55%
São João do Polêsine	3,09	1,27	-59%	20,23	5,1	-75%
São Martinho da Serra	12,44	9,53	-23%	34,35	19,81	-42%
São Pedro do Sul	8,18	5,11	-38%	26,32	12,07	-54%
Silveira Martins	5,87	1,6	-73%	11,84	7,84	-34%
Toropi	8,92	5,65	-37%	32,57	13,73	-58%
Tupanciretã	9,68	4,03	-58%	31,11	12,37	-60%
Rio Grande do Sul	5,01	1,98	-60%	15,56	6,37	-59%
Brasil	12,48	6,62	-47%	27,9	15,2	-46%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

O quarto ponto em análise para avaliar os aspectos de equidade e inclusão social refere-se ao percentual da população com acesso ao Bolsa Família.

De maneira geral, o percentual total da população com acesso ao benefício do Bolsa Família reduziu entre 2013 e 2015, passando de 6% para 5,35%. Isto pode significar que aumentou o número de pessoas com trabalho formal, uma vez que este é um dos requisitos para que a população perca o benefício.

De acordo com os dados levantados anteriormente, percebe-se que alguns municípios que apresentaram os maiores percentuais de população na faixa de pobreza e extrema pobreza também apresentam os maiores percentuais da população com acesso ao Bolsa Família, como são os casos de Dilermando de Aguiar, Quevedos e Formigueiro. Esta avaliação denota um quadro que alerta para os baixos índices de renda nestes municípios e a dependência do benefício do Bolsa Família como suporte para a manter as despesas domiciliares e familiares.

O caso específico de Tupanciretã que apresentou considerável percentual da população com acesso ao Bolsa Família se deve aos assentamentos de trabalhadores sem terra no município.

Tabela 15 - Percentual da população com acesso ao Bolsa Família (2013 – 2015)

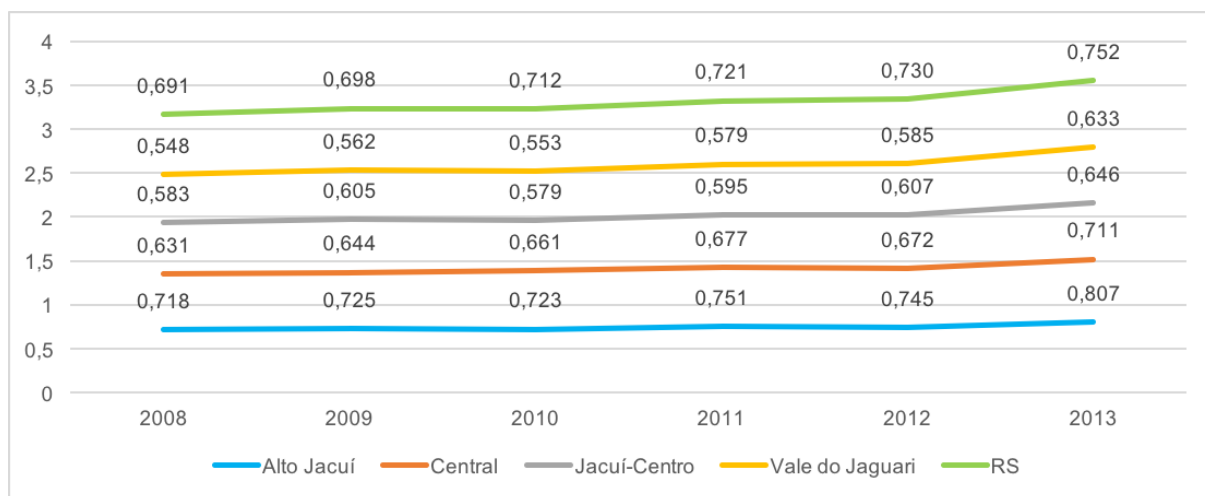
Municípios	Percentual da População	
	2013	2015
Agudo	5,97%	6,41%
Dilermando de Aguiar	12,57%	11,77%
Dona Francisca	7,53%	8,52%
Faxinal do Soturno	6,70%	5,46%
Formigueiro	9,71%	9,89%
Itaara	7,92%	6,43%
Ivorá	5,24%	4,65%
Jari	5,93%	5,93%
Júlio de Castilhos	8,22%	7,66%
Nova Palma	5,71%	4,68%
Pinhal Grande	8,10%	7,88%
Quevedos	12,66%	10,91%
Santa Maria	4,93%	4,25%
São João do Polêsine	6,11%	5,68%
São Martinho da Serra	9,87%	8,93%
São Pedro do Sul	7,79%	6,27%
Silveira Martins	5,63%	5,24%
Toropi	6,33%	5,74%
Tupanciretã	10,70%	10,95%
Corede Central	6,00%	5,36%

Fonte: Portal da Transparência Governo Federal

Por fim, com o objetivo de consolidar a avaliação dos aspectos de equidade e inclusão social, a análise se debruça sob o Idese no seu aspecto de renda. Este, por sua vez, determina aspectos de geração de renda e apropriação de renda nos municípios.

Neste aspecto, o Corede Central, historicamente, manteve-se abaixo das médias do Estado e do Corede Alto Jacuí, quando comparado com os Coredes da RFP 8. Os índices da região Central são considerados como patamar médio de desempenho.

Figura 19 - Idese renda dos Coredes da RFP 8 (2008 - 2013)



Fonte: FEE

Somente os municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã estão acima da média do Estado, quatro acima da média da região e os demais com desempenho inferior à média do Corede. O bloco de geração de renda tem variações de 0,5093 em Itaara à 0,8734 em São Martinho da Serra. Seis municípios classificam-se acima da média do Estado, dois acima da média do Corede e onze abaixo da média da região. No bloco de apropriação de renda a variação ocorre entre 0,4423 em Pinhal Grande e 0,8200 em Santa Maria. Dois municípios estão acima da média do Estado e os demais estão abaixo das médias da região e do Estado.

Tabela 16 - Idese renda (2010 – 2013)

Municípios	2010	2013
Agudo	0,627	0,689
Dilermando de Aguiar	0,564	0,661
Dona Francisca	0,536	0,597
Faxinal do Soturno	0,601	0,665
Formigueiro	0,525	0,611
Itaara	0,576	0,633
Ivorá	0,580	0,621
Jari	0,547	0,700
Júlio de Castilhos	0,656	0,778
Nova Palma	0,664	0,746
Pinhal Grande	0,735	0,581
Quevedos	0,579	0,716
Santa Maria	0,686	0,718
São João do Polêsine	0,587	0,673
São Martinho da Serra	0,581	0,711
São Pedro do Sul	0,516	0,567
Silveira Martins	0,557	0,632
Toropi	0,490	0,580
Tupanciretã	0,655	0,775
Corede Central	0,661	0,711
Rio Grande do Sul	0,712	0,752

Fonte: FEE

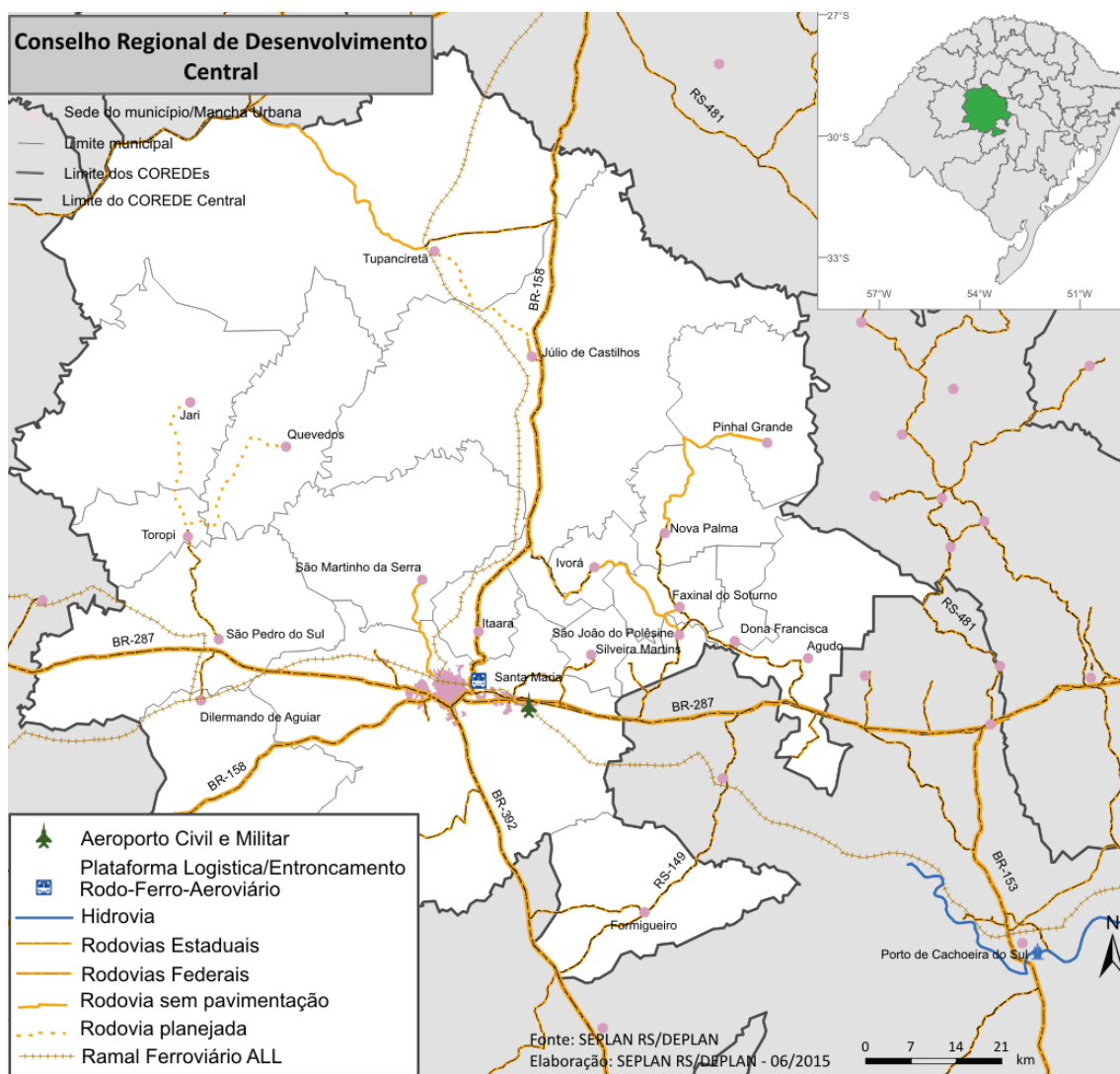
Verifica-se que há uma disparidade significativa na análise individual dos municípios frente aos blocos analisados, ou seja, os maiores geradores de renda não possuem os melhores índices de apropriação de renda. Isto decorre, pois, os municípios com alta geração de renda são influenciados pela sazonalidade agropecuária e, além disso, aplicam parte dos recursos nos municípios maiores em busca de serviços na saúde, educação, comércio e serviços em geral.

3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA

3.5.1 Logística e transporte

O Corede Central concentra 3,6% da população do Estado e apresenta uma rede urbana relativamente dispersa, na qual a Capital Regional (Santa Maria) concentra 66% da população total. A circulação de mercadorias utiliza os modais rodo, ferro e aeroviário, e a circulação de passageiros utiliza as redes rodoviária e aérea.

Figura 20 - Mapa da infraestrutura de transportes e suas articulações (2015)



Fonte: Seplan/Deplan

Considerando-se o modal rodoviário, o Corede é importante ponto de ligação entre o chamado arco de fronteira, a capital do Estado e o Porto do Rio Grande, através das rodovias BR-287, BR-158 e BR-392, que convergem para Santa Maria. Os trechos ao sul de Santa Maria, das estradas BR-392 e BR-158, fazem a ligação do Corede com a BR-290, que atravessa o Estado no sentido oeste-leste. O trecho ao norte de Santa Maria da BR-158 faz a ligação do Corede com Cruz Alta e Palmeira das Missões, seguindo em direção à BR-386.

Segundo o estudo Rumos 2015, o modal rodoviário de cargas transporta os produtos das lavouras do norte e do oeste do Estado e concentra boa parte das mesmas nos terminais ferroviários. No Corede, o transporte rodoviário de cargas locais está articulado ao modal ferroviário através dos entroncamentos da América Latina Logística (ALL) localizados nos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria. Às cargas locais somam-se os volumes já embarcados nos demais entroncamentos rodo-ferroviários oriundos de outras regiões do Estado, seguindo em direção a Uruguaiana, ou à capital do Estado, ou ainda ao Porto do Rio Grande.

De acordo com o estudo Rumos 2015, a concentração de cargas nos três terminais ferroviários da região é considerada média, e o terminal de Santa Maria é uma das quatro unidades principais da ALL no RS. No entanto, sabe-se que o modal ferroviário opera com ociosidade em todo o Estado e vem perdendo lugar para o

transporte rodoviário, embora o trecho ferroviário Cruz Alta-Tupanciretã-Júlio de Castilhos-Santa Maria seja utilizado com regularidade.

Os modais hidroviário e dutoviário são inexistentes no Corede. O modal aéreo conta com o aeroporto com a maior extensão de pista do Estado – o Aeroporto Civil e Militar de Santa Maria – que não possui terminais de carga, sendo principalmente usado para fins militares. O Aeroporto dispõe de voos comerciais regulares para Porto Alegre e ocupa as mesmas dependências que também servem ao Aeroclube de Santa Maria, formador de pilotos comerciais e agrícolas. O aeródromo de Santa Maria possui duas pistas de 1.400 metros e 2.700 metros de comprimento. A primeira, com pavimento de asfalto, e a segunda, de concreto, com pátio de manobras, heliponto e terminal de passageiros.

Levando-se em conta as características regionais, é importante observar que cinco municípios do Corede Central, atualmente, não possuem acesso asfáltico: Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra. Isso dificulta sobremaneira o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, aumentando as distâncias entre os núcleos urbanos da Região e desses com os centros regionais de maior porte como Santa Maria.

Chama a atenção a ausência de estradas pavimentadas entre Santa Maria e Tupanciretã, no quadrante oeste do Corede. A rede de estradas vicinais, que serve as localidades dessa Região, é pouco densa, influenciando no maior relacionamento de Tupanciretã e entorno com Cruz Alta, no Corede Alto Jacuí, do que com Santa Maria

3.5.2 Energia e comunicações

De acordo com o Balanço Energético 2013 da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), o Central posiciona-se em décimo primeiro lugar entre os Cordes do Estado relativamente ao consumo de energia, que é de 766.273.760 kWh, o que representa 2,8% do total. Dezenove municípios compõem esse Corede, sendo que apenas Santa Maria é responsável por dois terços do seu consumo energético, com 68% do total, seguido por Agudo (7,8%) e Faxinal do Soturno (6,3%).

Os municípios são atendidos em sua maior parte pela empresa AES Sul, enquanto uma pequena parte é servida pela empresa Rio Grande Energia S.A. (RGE) e, de acordo com o estudo Rumos 2015, em 2004, havia linhas de média e baixa transmissão cortando a Região, que atendiam satisfatoriamente o baixo consumo registrado na mesma, com exceção de Santa Maria, onde se concentram os gargalos em transmissão energética. Também com exceção de Santa Maria, o desatendimento por redes de abastecimento rural ocorre com altos índices em muitos dos municípios.

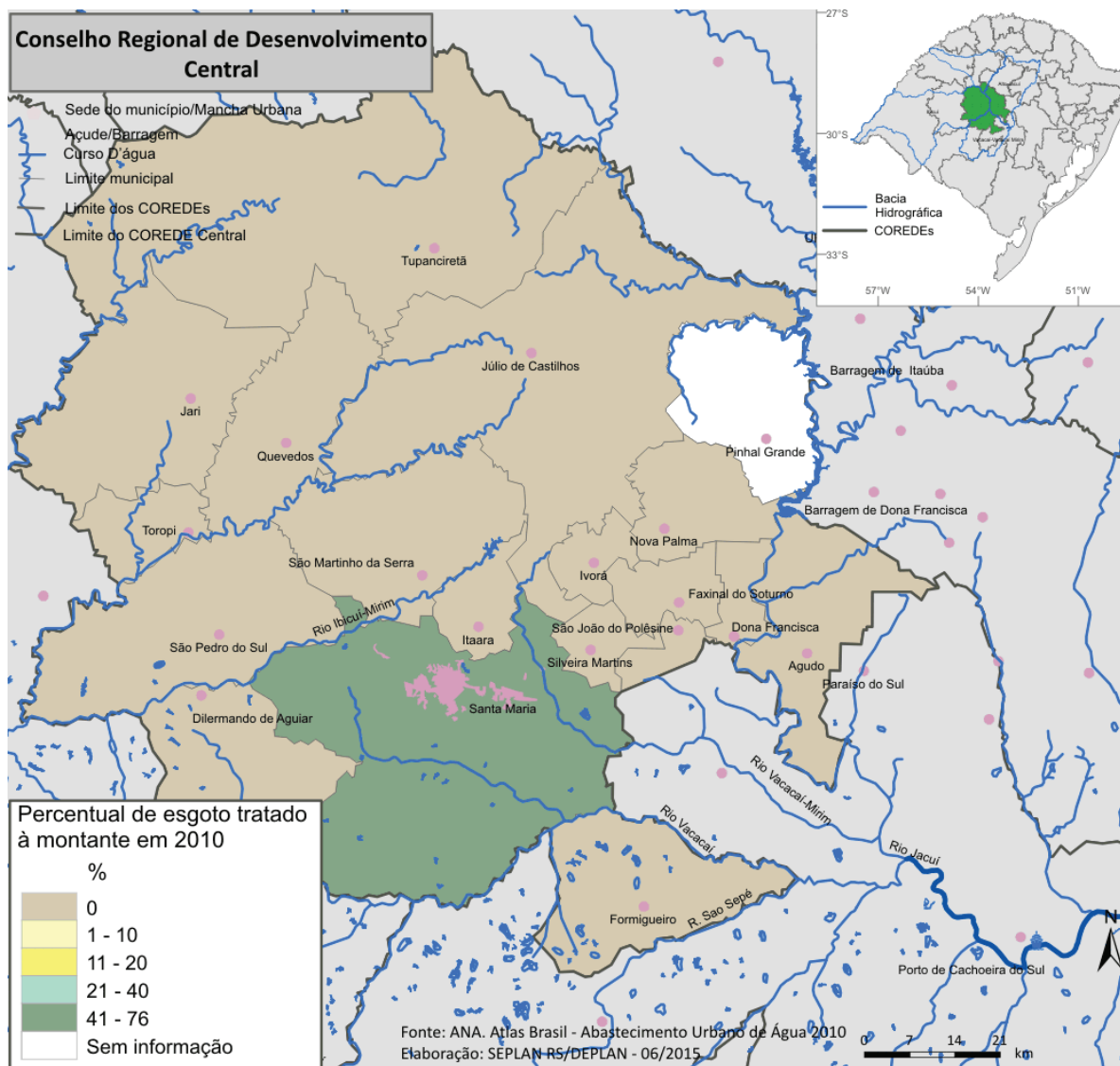
As comunicações desse Corede, de acordo com o Censo 2010, apontam 37,8% dos domicílios com acesso à internet; 89,5%, com celulares; e 42,3%, com telefonia fixa; enquanto as médias estaduais são de, respectivamente, 33,9%, 90,7% e 39,3%. Quanto à telefonia fixa, o município de Santa Maria a tem presente em mais da metade dos domicílios (51,9%). No meio rural, toda a faixa a oeste da Região tem atendimentos muito baixos, com menos de cinco telefones por 100 domicílios.

3.5.3 Saneamento básico

Em relação ao saneamento básico, sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Na Região, os serviços de água e esgoto são prestados pela CORSAN em treze dos dezenove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Santa

Maria, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã. Em cinco municípios, os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas: Dilermando de Aguiar, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São João do Polêsine. Santa Maria é o único município do COREDE com esgoto tratado atingindo o percentual de 76%. Os demais municípios não contam com esgoto tratado ou não apresentaram informação.

Figura 21 - Mapa do percentual de esgoto tratado à montante (2010)



Fonte: Seplan/Deplan

Os dados do Censo Demográfico 2010, que o Corede apresenta, em média, 62% dos domicílios ligados à rede geral de água, percentual abaixo das médias do Estado e do Brasil. Ao examinar as taxas dos municípios, constata-se que as mesmas variam de 35% (Dilermando Aguiar) a 91,4% (Santa Maria), o que demonstra uma oscilação na prestação desse serviço essencial e a necessidade de empreender maior esforço para sua universalização. Esses dados indicam também que persistem outras formas de abastecimento nos domicílios desse Corede, como a utilização de poço ou nascente na propriedade ou fora dela, rio, açude e lago.

Tabela 17 - Percentual de domicílios ligados à rede de água, com banheiro ou sanitário ligado a rede geral ou fossa séptica e com coleta de lixo por serviço de caçamba (2010)

Municípios	Percentual de domicílios		
	Ligados à rede geral de água	Com banheiro ou sanitário ligado a rede geral ou fossa séptica	Com coleta de lixo por serviço de caçamba
Agudo	43,97	69,70	68,68
Dilermando de Aguiar	35,01	80,20	41,25
Dona Francisca	61,08	55,96	89,06
Faxinal do Soturno	67,76	72,02	87,36
Formigueiro	46,45	16,77	80,12
Itaara	70,22	55,60	95,79
Ivorá	60,88	73,43	92,85
Jari	50,87	10,32	24,94
Júlio de Castilhos	85,42	48,45	87,00
Nova Palma	65,51	59,46	81,81
Pinhal Grande	69,71	65,61	47,52
Quevedos	56,62	11,50	35,25
Santa Maria	91,44	84,26	97,90
São João do Polêsine	43,74	6,55	95,09
São Martinho da Serra	46,84	3,47	45,24
São Pedro do Sul	70,63	47,31	77,98
Silveira Martins	52,89	43,17	91,14
Toropi	70,82	0,37	77,97
Tupanciretã	84,12	44,18	80,35
Corede Central	62,00	44,65	73,54
Rio Grande do Sul	85,33	74,57	92,08
Brasil	82,85	67,06	87,41

FONTE: IBGE

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, o Corede apresenta, em média, 44,65% dos domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, percentual inferior à média do Estado e do Brasil. No entanto, ao examinar as taxas dos municípios de forma isolada, constata-se que as mesmas apresentam variação de 0,37% (Toropi) a 84,26% (Santa Maria).

Em relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do Corede é de 73,54%, abaixo das taxas médias do Estado e do Brasil. As taxas municipais desse Corede possuem valores que variam entre 24,94% (Jari) e 97,90% (Santa Maria), condição que evidencia a necessidade de orientar ações para atingir a universalização desse serviço, principalmente nas áreas consideradas de difícil acesso. A gestão dos resíduos sólidos costuma ser um problema para os pequenos municípios, principalmente no que tange ao manejo e à disposição final. Assim, deve-se registrar que todos os municípios do Corede Central participam do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado (CIRC). A sede do Consórcio está localizada em Santa Maria, para onde os resíduos são transportados e têm a sua disposição final. O Consórcio atende uma população aproximada de 593.777 habitantes entre todos os municípios participantes.

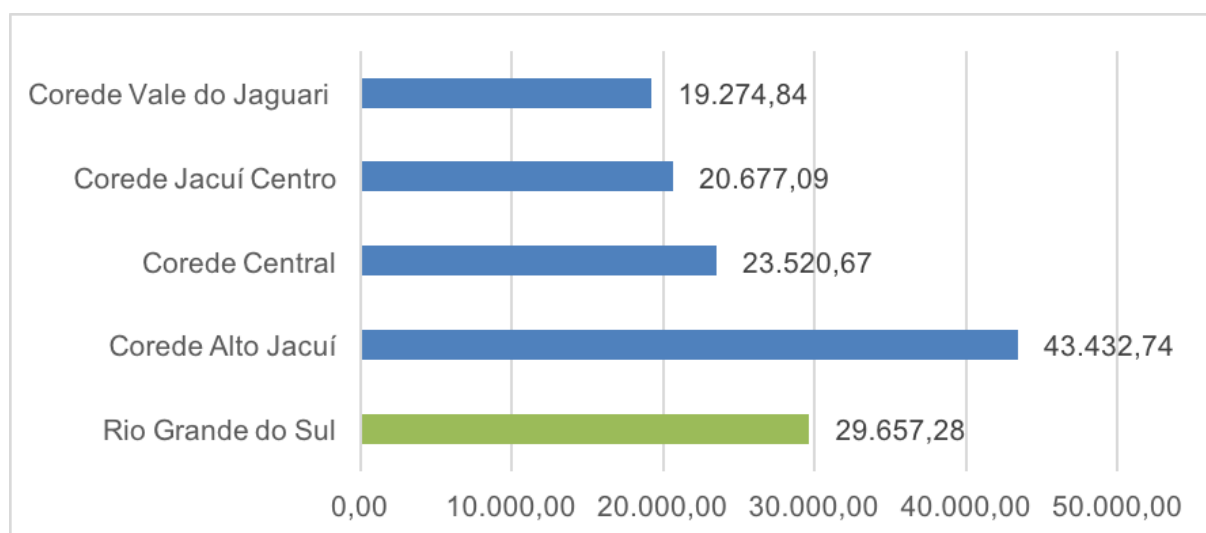
A coleta seletiva domiciliar ocorre em quatro dos dezenove municípios do Corede, condição que auxilia na diminuição dos volumes destinados aos aterros sanitários e aterros controlados. Segundo a PNSB, em 2008, Ivorá, Nova Palma,

Santa Maria e Toropi já realizavam a coleta seletiva. É importante ressaltar que persistem ainda, em quase todos os municípios, práticas inadequadas na destinação do lixo.

3.6 DIMENSÃO ECONÔMICA

O Corede Central apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9,5 bilhões em 2013, o que representou 2,9% do total do Estado. O PIB *per capita* do Corede era de R\$ 23.520,67, ocupando a 18ª posição dentre os 28 Coredes. Esse valor estava abaixo da média do Estado (R\$ 29.657,28) e da média dos Coredes da RFP 8 (R\$ 26.247,30).

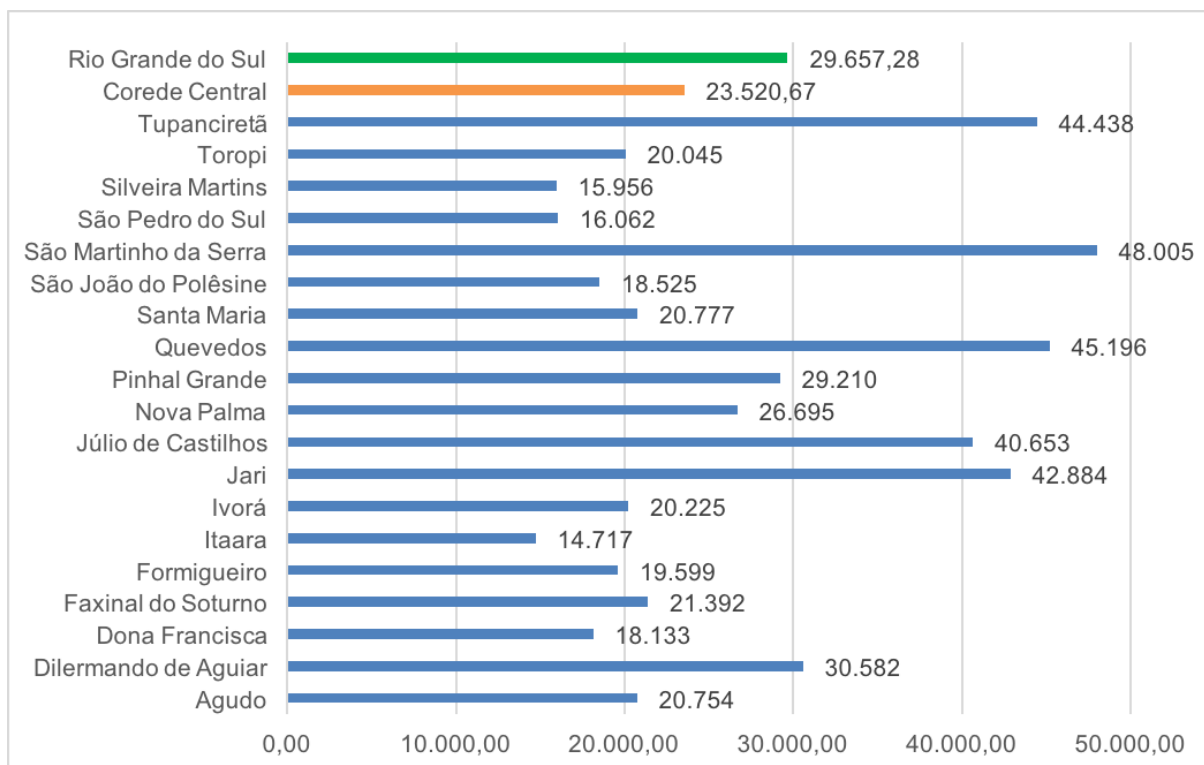
Figura 22 - PIB *per capita* dos Coredes da RFP 8 (2013)



Fonte: FEE

O PIB *per capita* entre os municípios variou de R\$ 48.005,23 em São Martinho da Serra a R\$ 14.716,91 em Itaara. Do total de municípios, seis apresentaram PIB *per capita* de até 20 mil reais, sete municípios obtiveram resultados na faixa de 20 a 30 mil e seis municípios obtiveram PIB *per capita* superior a 30 mil reais.

A maioria (13) dos municípios teve PIB *per capita* abaixo da média do Estado, enquanto que 11 tiveram desempenho abaixo da média dos Coredes da RFP 8.

Figura 23 - PIB *per capita* dos municípios (2013)

Fonte: FEE

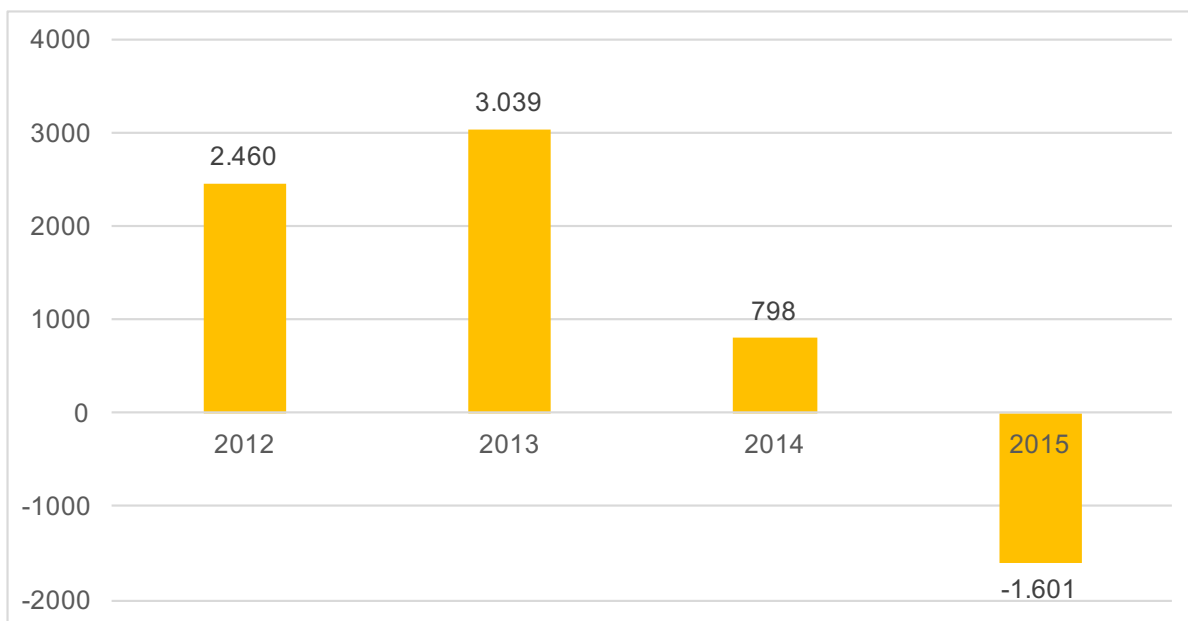
O município de Santa Maria apresentava o maior PIB do Corede em 2013, com R\$ 5,7 bilhões, o que representava 59,8% do total, seguido por Tupanciretã, com R\$ 992 milhões e Júlio de Castilhos, com R\$ 801 milhões. O menor PIB do Corede era de Silveira Martins, com R\$ 38 milhões.

O setor de serviços é o maior PIB do Corede com 65,0%, seguido pela agropecuária com 16,7% e pela indústria com 9,8%. Santa Maria tem a maior participação nos setores da indústria e dos serviços com, respectivamente, 71,3% e 69,6%. Já a agropecuária tem o PIB melhor distribuído entre os municípios, com destaque para Tupanciretã que representa 26,9% do total regional.

No que se refere aos empregos, em 2015 a região possuía 73.261 vínculos empregatícios formais ativos, dos quais 80,6% estavam em Santa Maria e 10,9% nos municípios de Agudo, Júlio de Castilhos e Tupanciretã.

Nos últimos anos a região também sofreu com a desaceleração da economia e vem reduzindo o saldo entre admissões e demissões. Em 2015 o déficit foi de 1.601 empregos.

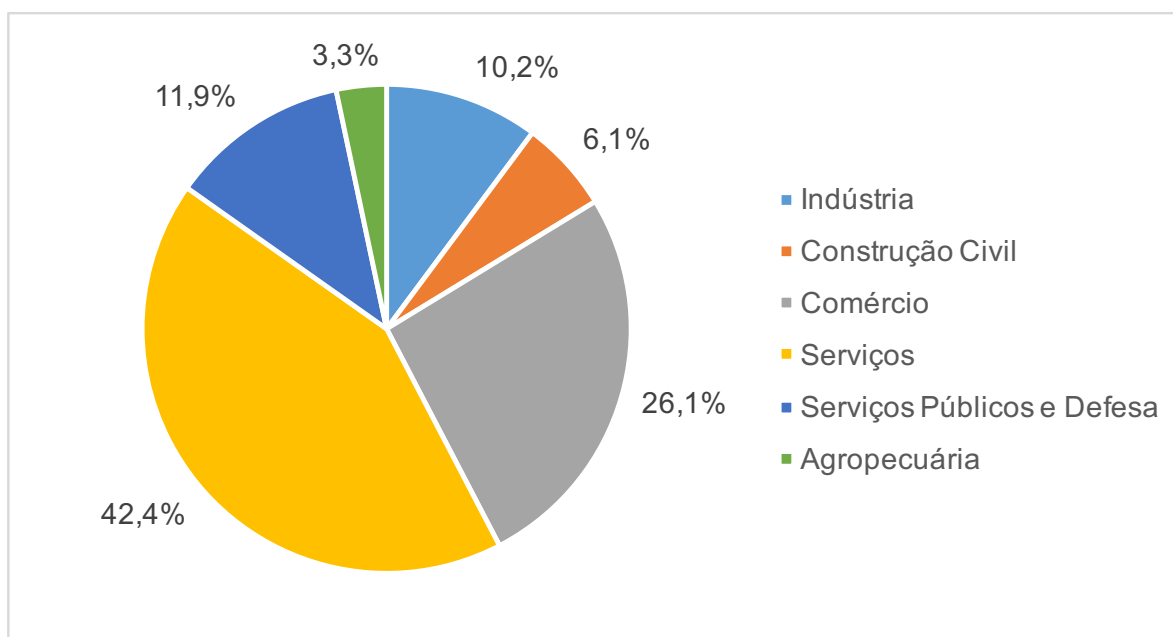
Figura 24 - Saldo entre contratações e demissões (2012 - 2015)



Fonte: MTE

Do total de empregados em 2014, 55,1% eram homens e 44,9% mulheres. Os trabalhadores se dividem nos seguintes ramos de atividade: 42,4% nos serviços, 26,1% no comércio, 11,9% setor público e defesa, 10,2% na indústria, 6,1% na construção civil e 3,3% na agropecuária.

Figura 25 - Proporção de pessoas empregadas por ramo de atividade (2014)



Fonte: FEE

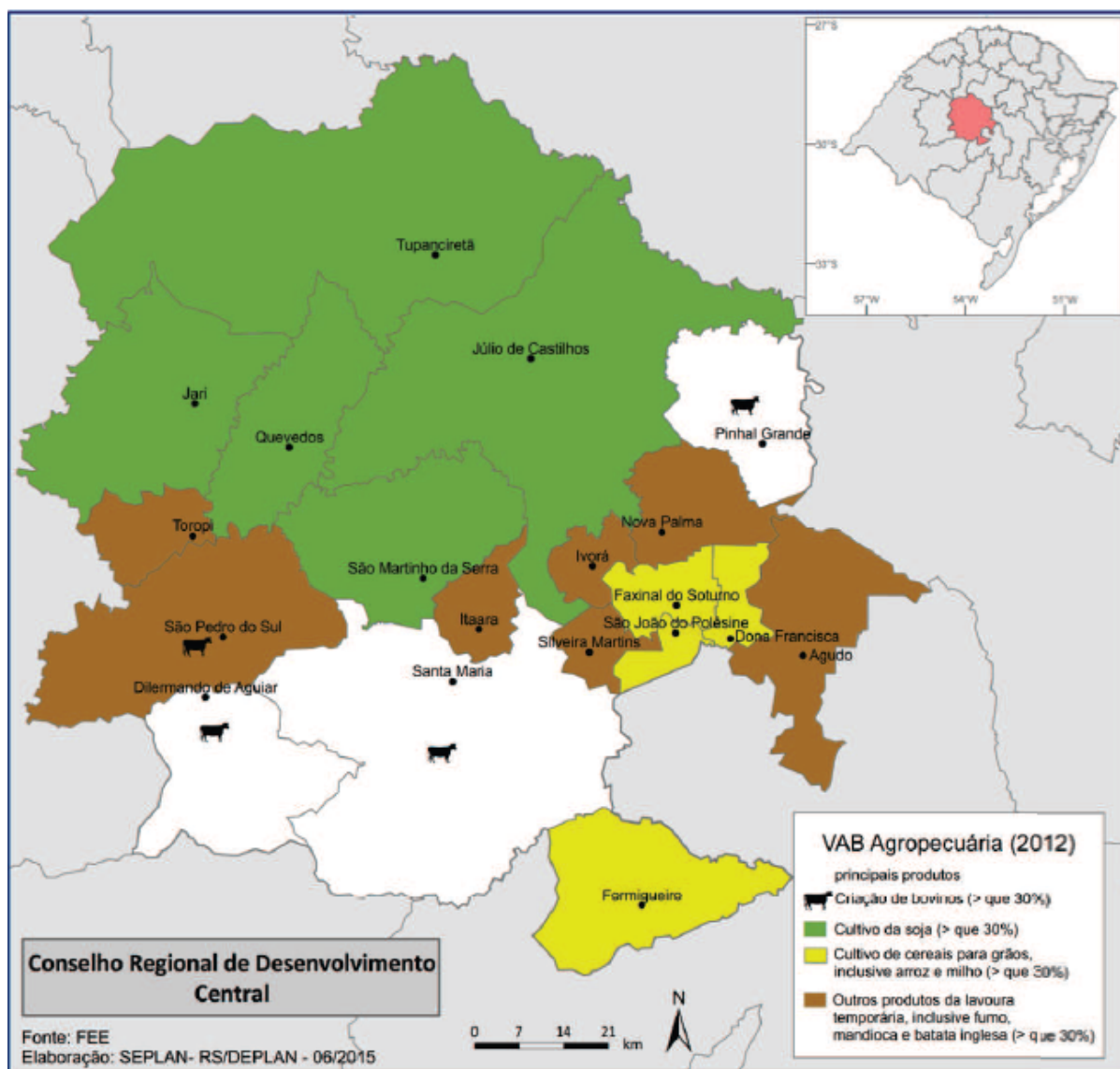
3.6.1 Setor agropecuário

Em relação aos aspectos da agropecuária, é importante avaliar o desempenho regional em relação VAB, que, em 2012, tinha as seguintes atividades mais representativas: cultivo da soja em grãos representou 25,1%, tendo os municípios de Tupanciretã e Júlio de Castilhos com a maior participação; a criação de bovinos e outros animais representou 23,7%, com destaque para o município de Santa Maria; o

cultivo de cereais para grãos representou 21,7%, com ênfase no cultivo de arroz e milho, tendo maior representatividade nos municípios de Agudo, Tupanciretã, Santa Maria e Formigueiro; o cultivo de outros produtos da lavoura temporária, principalmente o fumo, a mandioca e a batata inglesa, representou 21,4%, destacando-se os municípios de Agudo, São Pedro do Sul e Santa Maria.

Dessa forma, observa-se a predominância do cultivo da soja no norte do Corede, enquanto os municípios do sul e leste apresentam uma estrutura agropecuária mais diversificada, com produtos como arroz, milho, fumo, mandioca e batata inglesa. A pecuária de corte e leite apresenta participação considerável em quase todos os municípios do Corede.

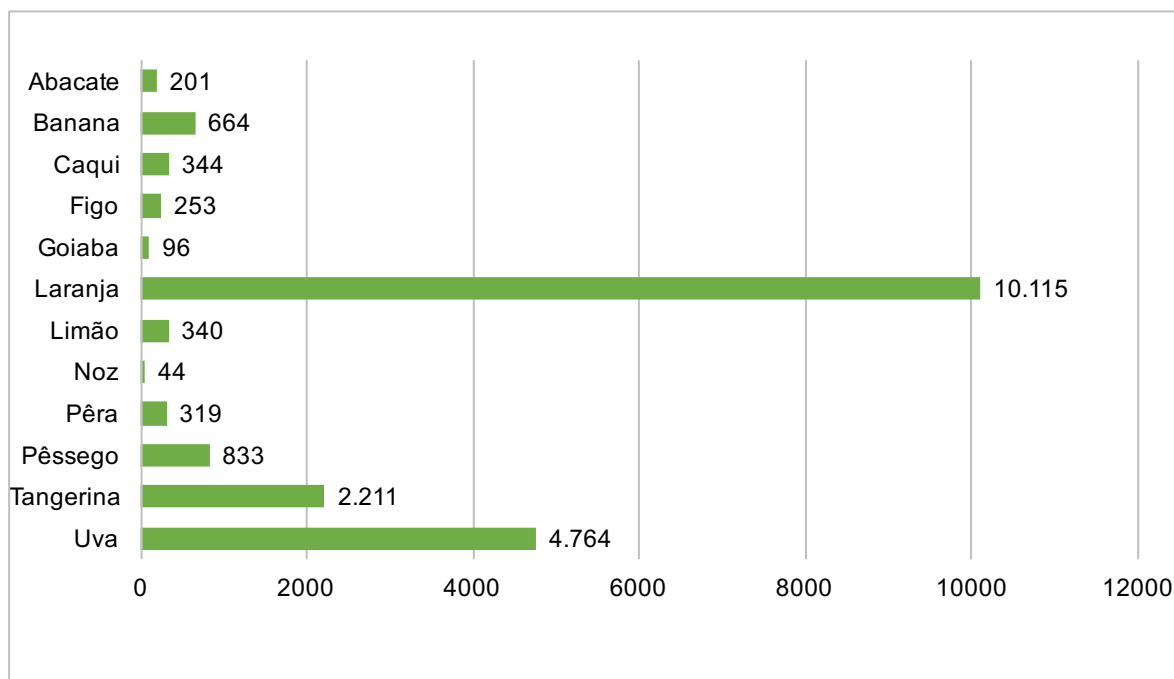
Figura 26 - Mapa dos principais produtos do VAB da agropecuária (2012)



Fonte: Seplan/Deplan

Na lavoura permanente, em 2014, destacaram-se as produções de laranja, com 42% do volume produzido em Agudo, Júlio de Castilhos e São Pedro do Sul e uva, principalmente em Júlio de Castilhos, Nova Palma e Pinhal Grande, com 43% do volume regional.

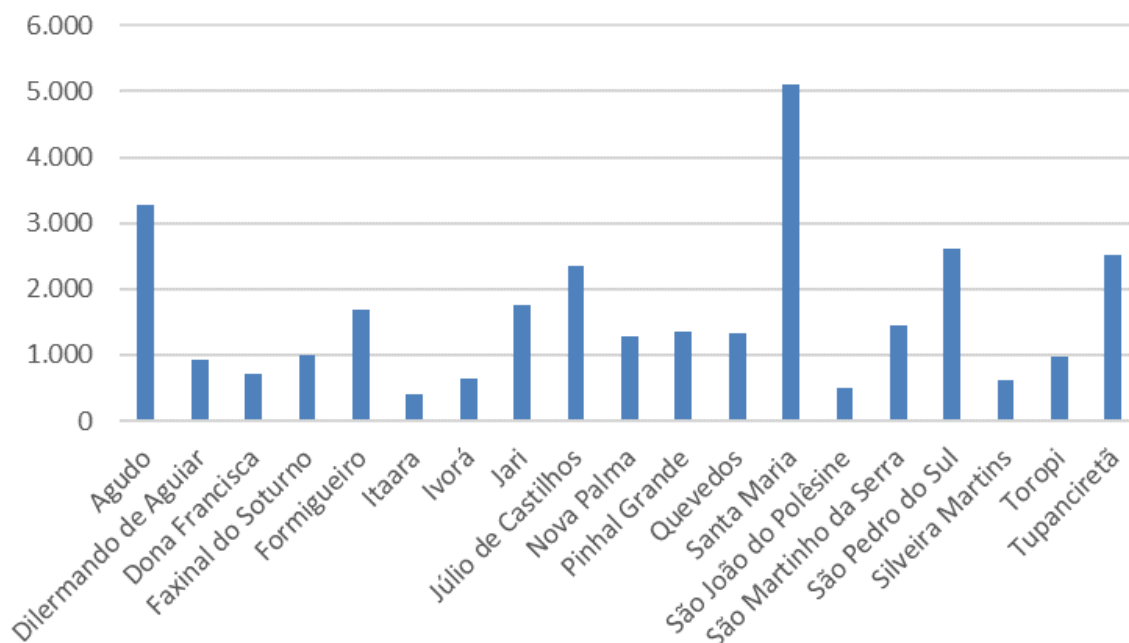
Figura 27 - Produção em toneladas da lavoura permanente (2014)



Fonte: FEE

Em 2012 o setor agropecuário do Corede Central possuía 30.552 estabelecimentos, representando 4,24% do Estado e ocupando a 8ª posição entre os Coredes. Em sua maioria eram pequenas propriedades, sendo que 16,7% estavam localizadas em Santa Maria, 10,8% em Agudo e o restante distribuídas entre os demais municípios. Itaara, com 406 estabelecimentos, é o município com menor número de propriedades.

Figura 28 - Número de propriedades rurais (2012)



Fonte: IBGE

A produtividade rural no Corede teve passado de R\$ 88.760,00 por km² em 2008 para R\$ 123.125,00 por km² em 2012. A região é a 14ª em relação aos 28 Coredes.

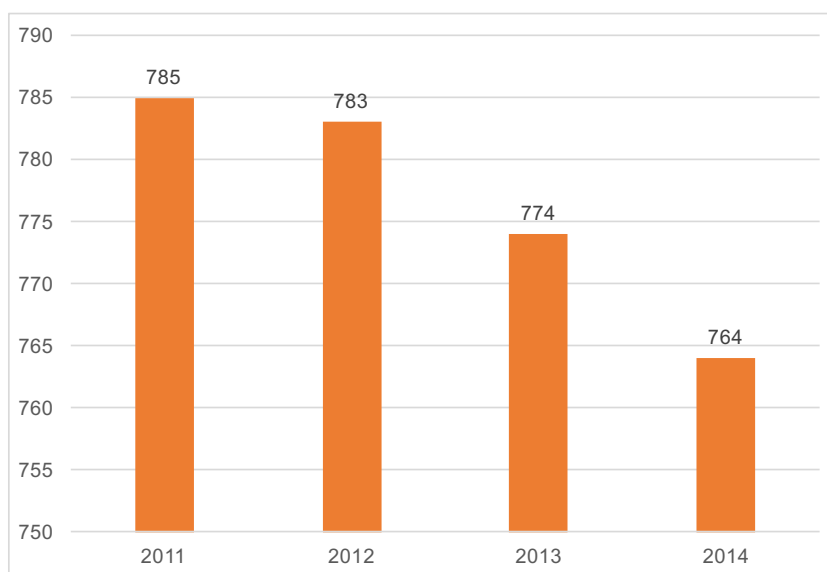
3.6.2 Setor industrial

O VAB do setor industrial do Corede Central tem a maior representatividade na construção civil, com 38,4%, na indústria de transformação, com 36,8%, e na produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública (SIUP), com 23,4%. O município de Santa Maria lidera em todos esses segmentos. Também se observa participação importante de Agudo, Pinhal Grande e Nova Palma nos SIUPs devido às usinas hidrelétricas de Dona Francisca e Itaúba, no Rio Jacuí. A indústria extrativa possui apenas 1,4% da indústria do Corede.

A indústria de transformação do Corede responde por apenas 0,9% do total do Estado. A fabricação de produtos alimentícios responde por 60,82% do VAB da indústria de transformação, principalmente na moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais e no abate e fabricação de produtos de carne. Com 17,70%, a fabricação de bebidas vem a seguir. Outros segmentos não alcançam 10%.

De acordo com estimativa baseada no número de estabelecimentos industriais com vínculo ativo, em 2011 a região possuía 785 estabelecimentos industriais e em 2014 764. O município de Santa Maria abriga 67,6% do total de estabelecimentos.

Figura 29 - Número de estabelecimentos industriais com vínculo ativo (2011 – 2014)



Fonte: FEE

Os esforços para a consolidação de Santa Maria como polo industrial resultaram no crescimento da participação do município no produto industrial do Estado de 0,41%, em 1990, para 0,94% em 2006³. Essa participação alcançou 1,09% em 2012. O mesmo se refere ao número de empregados na indústria de transformação, que aumentou 157% entre 1995 e 2012, enquanto no Estado o aumento foi de 43,1%⁴. No entanto, o município ainda possui 82,4% de seu VAB no setor de Serviços.

³ ALONSO, José Antônio Fialho. A emergência das aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. **Indicadores econômicos FEE**, v.37, n.3, 2009.

⁴ LEMOS, Bruno de Oliveira; CARGNIN, Antonio Paulo. Características da distribuição territorial da indústria de transformação no Estado do Rio Grande do Sul. **Textos para Discussão FEE**, n. 126, 2014.

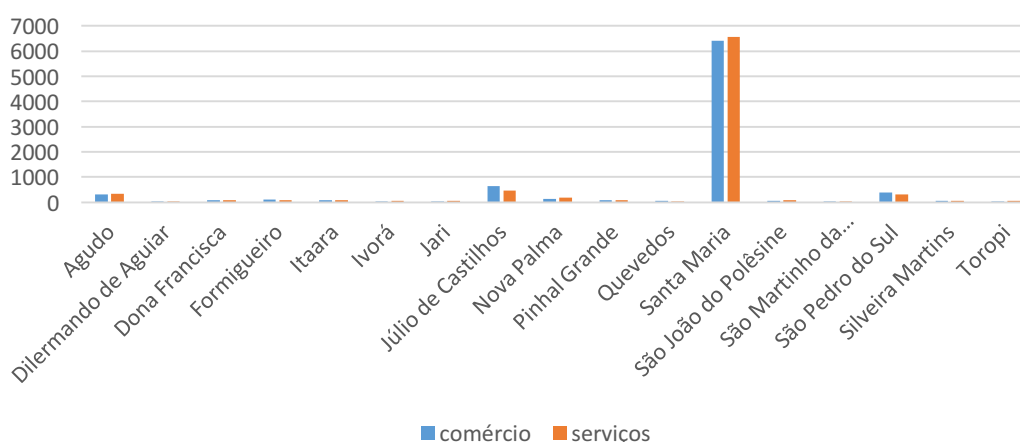
3.6.3 Setor de serviços

No VAB do setor de serviços, a administração pública representa 28,7% do total, seguida pelo comércio e serviços de manutenção e reparação, com 21,6%. O município de Santa Maria se destaca em todos os segmentos dos serviços, alcançando 93,6% do total do Corede em Saúde e Educação Mercantil e 80,8% em atividades imobiliárias e aluguéis.

A centralidade exercida por Santa Maria sobre os outros municípios do Corede Central levou Alonso (2009) a definir a região como Aglomeração Descontínua de Santa Maria, centrada principalmente nos serviços, com a especificidade de possuir importância a administração pública, o ensino público superior e as atividades de segurança nacional. Segundo Alonso (2009), essa centralidade deve-se à sua posição estratégica no Estado, tendo sido um importante nó do transporte ferroviário. Nesse sentido, concentrou grandes investimentos nas áreas de educação, saúde, segurança e comércio, tornando-se um polo de desenvolvimento. Assim, quando o papel do transporte ferroviário arrefeceu, a economia da cidade já havia se consolidado.

Em 2014 a região possuía 8.524 estabelecimentos no segmento comércio e 8.552 no segmento serviço, sendo Santa Maria responsável por 75% dos estabelecimentos de comércio e 76% dos estabelecimentos de serviço. No mesmo período, o volume de empregos formais na região era de 21.992 no segmento de comércio e 40.874 no segmento de serviços, de modo que Santa Maria representava 83,6% do total dos empregos no comércio e 87,6% do total dos empregos no serviço.

Figura 30 - Número de estabelecimentos de comércio e serviço (2014)

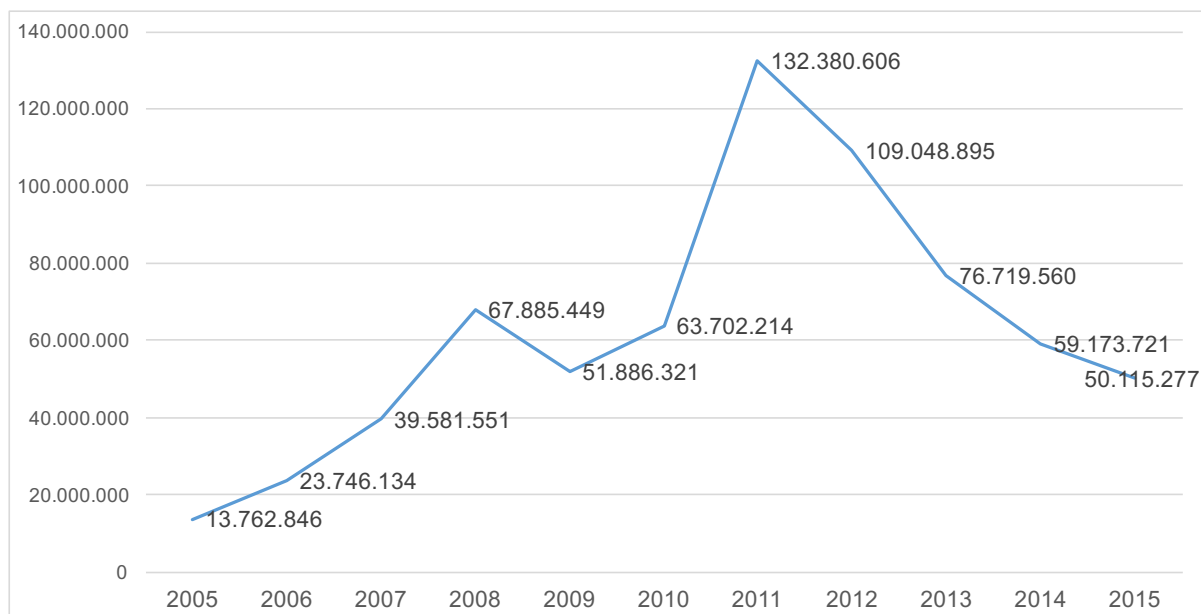


Fonte: Perfil das Cidades Sebrae/RS (2016)

3.6.4 Exportações

As exportações no Corede Central são influenciadas diretamente pela atratividade dos produtos agropecuários no mercado externo, em especial soja, arroz e carne bovina, concentrados nos municípios de Santa Maria, Tupanciretã e Santa Maria. Esta variação fez com que as exportações totais do Corede variassem significativamente entre 2005 e 2015.

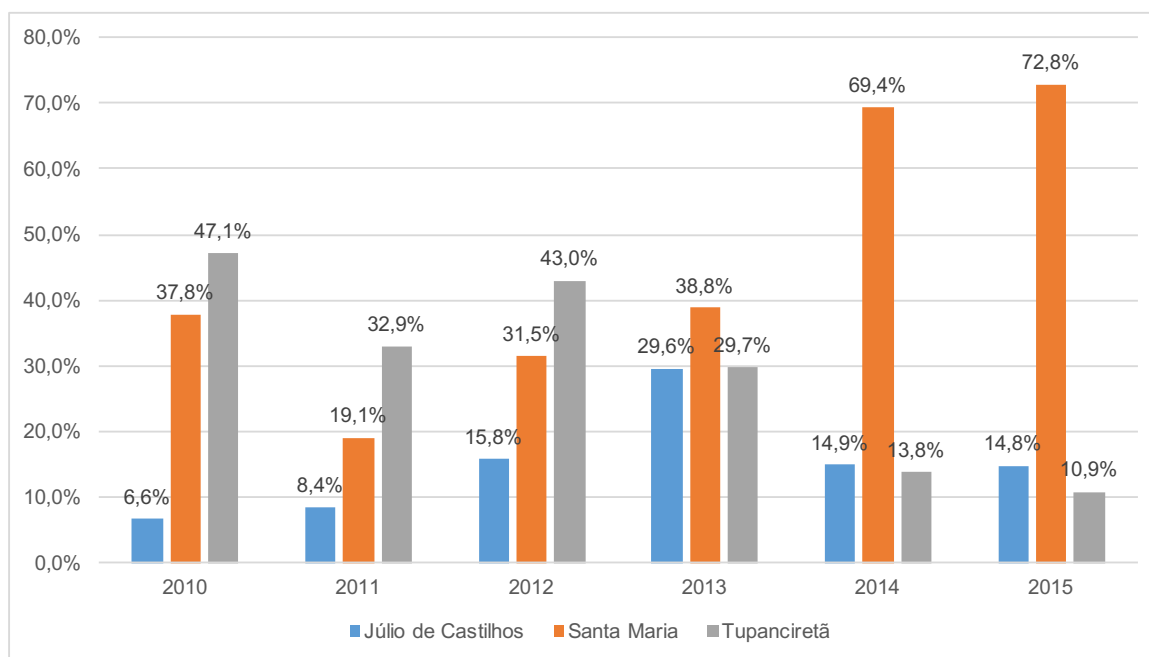
Figura 31 - Total de exportações em U\$\$ do Corede (2005 – 2015)



Fonte: FEE

Dos 19 municípios do Corede Central, mais de 90% das exportações estão concentradas em Santa Maria, Julio de Castilhos e Tupanciretã.

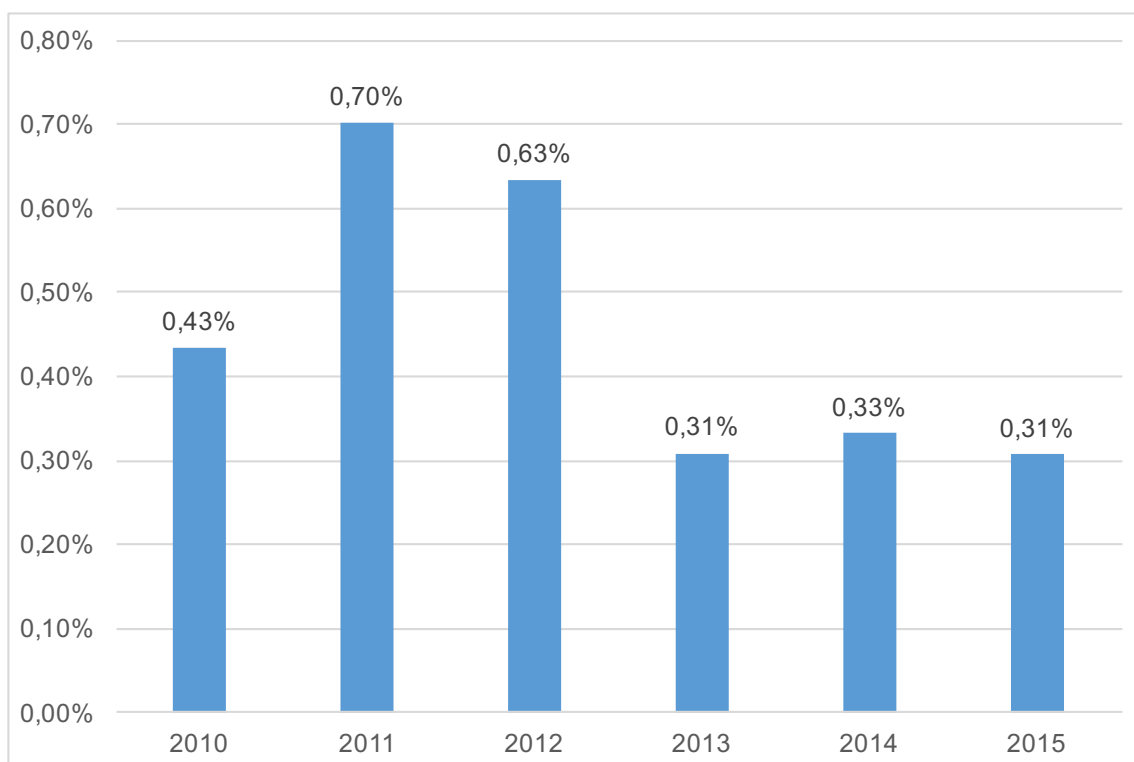
Figura 32 - Exportações por município do Corede (2010 – 2015)



Fonte: FEE

As exportações do Corede apresentaram um leve decréscimo em relação a participação nas exportações estaduais. Em 2010 o Estado exportou U\$\$ 14,6 (bi) e a participação da região foi de 0,43%. Já em 2015, o valor passou para U\$\$ 16,3 (bi) e a região participou com 0,31%. No ranking das exportações em 2015, a região foi a 22ª entre os 28 Coredes.

Figura 33 - Participação das exportações do Corede em relação ao Estado (2010 – 2015)



Fonte: FEE

3.6.5 Finanças públicas

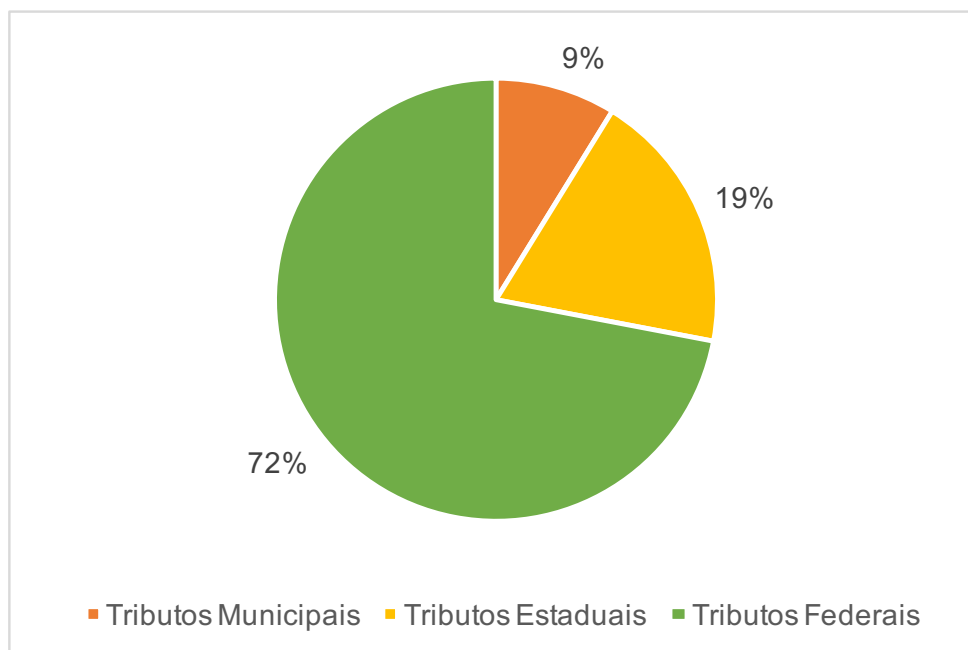
O VAB da administração pública do Corede é de R\$ 1.433.386 e o município de Santa Maria é responsável por 63,6% deste total. A região ocupa a 7ª posição entre os 28 Coredes.

A arrecadação em tributos municipais no Corede passou de R\$ 62.675.831 em 2009 para R\$ 171.794.791 em 2015. Santa Maria arrecada 79,8% dos tributos municipais. Entre os 28 Coredes, o Corede Central foi a 7ª arrecadação em 2015.

Referente a arrecadação dos tributos estaduais a região passou de R\$ 207.891.971 em 2008 para R\$ 374.962.046 em 2015. O ICMS representa 76,4% da arrecadação e o IPVA 23,6%. Santa Maria absorve 77,1% da arrecadação na região. O Corede ocupou a 11ª posição na arrecadação estadual entre os Coredes em 2015.

A arrecadação de impostos federais na região foi de R\$ 501.359.848 em 2008 e atingiu o valor de R\$ 1.405.939.962 em 2015, Santa Maria arrecada 84,2% do total. Entre os 28 Coredes, a região foi a 7ª em arrecadação no ano de 2015.

Figura 34 - Arrecadação de tributos no Corede (2015)



Fonte: Tribunal de Contas do RS, Secretaria da Fazenda do Estado do RS e Ministério da Fazenda

A receita corrente líquida dos municípios do Corede foi de R\$ 751,4 (mi) em 2013 e a despesa corrente foi 18,3% a menos. Em 2014 a receita corrente líquida foi de valor de R\$ 823,3 (mi). Em 2014 a receita corrente líquida do Corede teve um aumento estimado⁵ de 9% e a despesa corrente líquida um aumento de 11,2%.

Tabela 18 - Receita e despesa corrente líquida (R\$ mi) dos municípios (2013 – 2014)

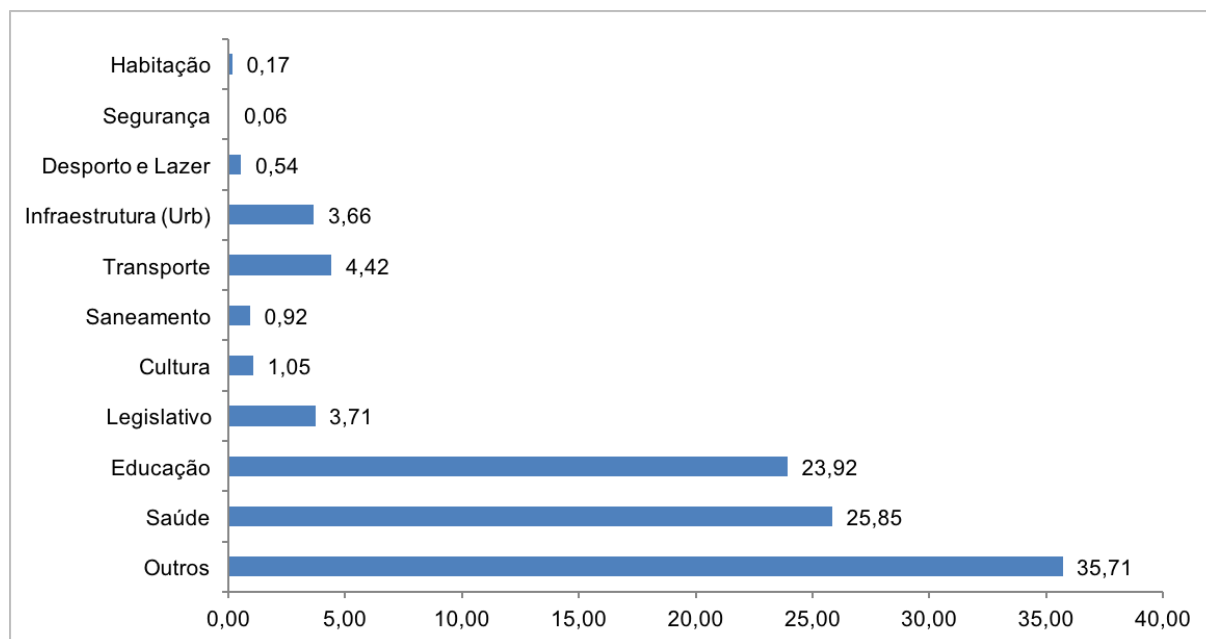
Município	2013		2014	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Agudo	10,9	7,8	12,2	8,5
Dilermando de Aguiar	12,5	9,6	14,1	10,9
Dona Francisca	12,3	10,2	13,9	11,0
Formigueiro	16,6	13,9	18,3	15,8
Itaara	13,6	10,5	14,7	11,3
Ivorá	9,9	7,7	11,5	8,5
Jari	14,6	11,6	15,7	12,0
Júlio de Castilhos	49,2	38,7	56,3	43,8
Nova Palma	19,7	14,9	21,2	16,8
Pinhal Grande	21,0	16,1	23,7	17,9
Quevedos	11,8	9,7	15,7	11,3
Santa Maria	479,7	400,3	517,2	447,4
São João do Polêsine	10,8	9,2	11,8	10,0
São Martinho da Serra	11,8	9,3	12,6	10,4
São Pedro do Sul	34,9	28,1	40,2	33,2
Silveira Martins	11,2	8,5	12,0	9,3
Toropi	10,9	7,8	12,2	8,5
Corede Central	751,4	613,9	823,3	686,6

Fonte: Perfil das Cidades Sebrae/RS (2016)

⁵ A estimativa foi baseada na média de evolução dos demais municípios da região, tendo em vista que não foram apresentados os dados de Faxinal do Soturno e Tupanciretã.

O percentual de despesas do orçamento dos municípios na região em 2014 foi de 35,7% na função outros, 25,8% na saúde e 23,9% na educação, 4,4% transporte e infraestrutura juntos, 4,4% no saneamento, o legislativo consumiu 3,7% do orçamento, 2,72% foi consumido por habitação, cultura, segurança, saneamento, desporto e lazer. Desta forma mais de 89% do orçamento fica comprometido com o custeio da estrutura administrativa e atividades básicas como educação, saúde e legislativo, restando um percentual reduzido do orçamento para investimento em melhoria da estrutura e outros setores.

Figura 35 - Despesas municipais por função no Corede (2014)



Fonte: Perfil das Cidades Sebrae/RS (2016)

3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

O ambiente institucional da região centro é fortemente influenciado pelo município de Santa Maria, pois concentra a maioria das instituições públicas e privadas com atuação não só na região, como no Estado e no País. Os demais (18) municípios da região apresentam instituições que na maioria dos casos possui uma atuação local.

Constata-se um expressivo número de unidades das forças armadas localizadas no município de Santa Maria, que atendem não só a região e o Estado, como também às questões de segurança nacional.

Tabela 19 - Instituições de defesa do Corede

Instituição	Unidade
Exército Brasileiro	13ª Companhia Depósito de Armamento e Munição - Itaara
	Depósito de Subsistência de Santa Maria
	Hospital de Guarnição de Santa Maria
	1º Regimento de Carros de Combate - Santa Maria 1º R C C
	3ª Companhia de Comunicações Blindada - Santa Maria 3ª Cia Com Bld
	3ª Delegacia do Serviço Militar da 10ª C S M
	3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado
	4º Batalhão Logístico
	6ª Bateria de Artilharia Antiaérea

	6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
	13ª Companhia Depósito de Armamento e Munição
	26º Pelotão de Polícia do Exército
	29º Batalhão de Infantaria Blindado
	Campo de Instrução de Santa Maria
	Centro de Instrução de Blindados
	Colégio Militar de Santa Maria
	Companhia de Comando da 3ª Divisão de Exército
	Companhia de Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada
	Centro de Adestramento e Avaliação – Sul
	Hospital de Guarnição de Santa Maria
	Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar
Força Aérea Brasileira	Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação - Esquadrão Poker
	Terceiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação - Esquadrão Centauro
	Quinto Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação - Esquadrão Pantera
	Quarto do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle – Esquadrão Mangrullo
	Prefeitura de Aeronáutica de Santa Maria
	Primeiro Esquadrão do Décimo Segundo Grupo de Aviação – Esquadrão Hórus
	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Santa Maria

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede (2016)

Além dos órgãos de defesa, estão instalados no município de Santa Maria alguns órgãos de segurança com atuação regional.

Tabela 20 - Instituições de segurança no Corede

Instituição	Unidade
Brigada Militar	Comando Regional de Polícia Ostensiva Central
	2º BRBM - CIA – Policiamento Rodoviário
	BPA – Policiamento Ambiental
Corpo de Bombeiros	4º Comando Regional de Bombeiros
Polícia Civil	3ª Regional
	Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher
	Delegacia Especializada de Furto, Roubo e Capturas
	Delegacia de Trânsito
	Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente
	Delegacia de Proteção ao Idoso
Superintendência dos Serviços Penitenciários	01, 02, 03 e 04 Delegacias de Polícia
	2ª Delegacia Penitenciária Regional
	Presídio Regional de Santa Maria

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede (2016)

Na área da educação a região central é reconhecida como o maior polo de ensino superior do interior do RS, em virtude do número de universidades e faculdades instaladas e do número de alunos. São mais de 10 instituições públicas e privadas com atuação presencial que oferecem cursos de graduação, pós-graduação e doutorado em diversas áreas. A instituição mais representativa neste contexto é a Universidade Federal de Santa Maria.

Tabela 21 - Instituições de ensino superior no Corede

Instituição	Atuação
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Regional
Centro Universitário Franciscano – Unifra	Regional
Faculdade Integrada de Santa Maria – Fisma	Regional
Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Santa Maria	Regional
Faculdade Metodista de Santa Maria – Fames	Regional
Faculdade de Direito de Santa Maria – Fadisma	Regional
Faculdade Palotina de Santa Maria – Fapas	Regional
Instituto Federal Farroupilha – IFF	Regional
Faculdade Anhanguera	Regional
Antônio Meneghetti Faculdade - AMF	Regional

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede (2016)

Em relação à saúde, a região também possui uma série de instituições públicas e privadas para atender as demandas da população. A coordenadoria regional de saúde localizada no município de Santa Maria articula as ações nos municípios de abrangência do Corede e em alguns também fora dele. Está em fase de conclusão o Hospital Regional que também atuará regionalmente no atendimento das demandas de alta complexidade.

Tabela 22 - Instituições da saúde no Corede

Instituição	Atuação
Hospital de Guarnição de Santa Maria	Santa Maria
Hospital Casa de Saúde	Regional
Hospital da Base Aérea de Santa Maria	Santa Maria
Hospital da Brigada Militar de Santa Maria	Santa Maria
Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo	Regional
Hospital São Francisco de Assis	Regional
Hospital Universitário de Santa Maria	Regional
Hospital Geral Unimed	Regional
Hospital de Caridade São Roque	Faxinal do Soturno e Dona Francisca
Hospital Agudo	Agudo
Sociedade Hospitalar Nossa Senhora da Saúde	Ivorá
Casa de Saúde São José	Pinhal Grande
Hospital Municipal de São Pedro do Sul	São Pedro do Sul
Hospital Bernardina Salles de Barros	Júlio de Castilhos
Hospital de Caridade Brasilina Terra	Tupanciretã
Hospital Municipal Dr. Pedro Jorge Calil	Formigueiro
Sociedade Educação e Caridade	São João do Polêsine

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede (2016)

Na área econômica, verifica-se a presença de diversas instituições voltadas ao comércio e serviços e de apoio a produção primária.

Tabela 23 - Instituições de comércio, serviços, indústria e agropecuária do Corede

Município	Instituições
Agudo	Associação Comercial, Industrial e de Serviços, Cooperativa Agrícola Mista Agudo
Dona Francisca	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma

Faxinal do Soturno	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Faxinal do Soturno
Júlio de Castilhos	Associação Comercial e Industrial de Júlio de Castilhos
Nova Palma	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, Associação Comercial e Industrial de Nova Palma
Santa Maria	Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria, Câmara de Dirigentes Lojistas, Sindicato dos Lojistas do Comércio de Santa Maria, Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, Fórum das Entidades de Santa Maria, EMATER – Escritório Regional, Associação de Jovens Empreendedores de Santa Maria, Sindicato da Construção Civil, Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios
São João do Polêsine	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agricultura de São João do Polêsine
São Pedro do Sul	Associação Comercial e Industrial de São Pedro do Sul
Toropi	Cooperativa Mista dos Agricultores de Toropi
Tupanciretã	Associação Comercial e Industrial de Tupanciretã

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede (2016)

Com o objetivo de estimular o empreendedorismo, a região também conta com incubadoras, parque tecnológico e agência de inovação.

Tabela 24 - Instituições de apoio ao empreendedorismo e inovação do Corede

Instituição	Localização
Incubadora Tecnológica de Santa Maria	UFSM
Incubadora Social	UFSM
Incubadora Tecnológica	Unifra
Incubadora Pulsar	UFSM
Incubadora Recanto	AMF
Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia	UFSM
Santa Maria Tecnoparque	Distrito Industrial de Santa Maria

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede (2016)

De maneira ampla o que se constata regionalmente é a dificuldade de estabelecer planos e ações coordenadas entre instituições e, principalmente, entre os municípios da região. Isto retrai o desenvolvimento local e regional, pois a falta de projetos regionais também prejudica a captação de recursos para que possíveis ações possam ser realizadas regionalmente ou microrregionalmente.

No âmbito dos municípios, algumas iniciativas, especialmente na Quarta Colônia, conseguem promover projetos de desenvolvimento regionais. Isto ocorre em virtude da atuação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus), que abrange nove municípios. Também, há iniciativas por intermédio da Associação de Municípios da Região Centro e do Consórcio Intermunicipal da Região Centro (CIRC), entretanto, na maioria dos casos as ações atendem questões emergenciais dos municípios.

O estabelecimento de ações coordenadas entre os municípios e as instituições podem ser fruto deste trabalho de planejamento realizado pelo Corede Central, orientando as administrações municipais e entidades locais na elaboração de projetos, captação de recursos e execução de ações de interesse regional.

4 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

As matrizes foram construídas a partir dos dados, das reuniões municipais e regionais e das análises efetivadas e validadas pela comunidade regional.

São apresentadas as matrizes das dimensões ambiental, social, estrutural, econômica e institucional, com os temas prioritários em cada uma destas, em se tratando de pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidade.

<p style="text-align: center;">DIMENSÃO AMBIENTAL</p>	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <p>(1) Exploração turística a partir de aspectos ambientais; (2) Demanda por produtos orgânicos e com certificação;</p>	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <p>(1) Ocorrência de frequentes períodos de estiagens; (2) Monocultura da soja e arroz; (3) Contaminação das bacias hidrográficas pelo despejo de esgotos dos núcleos urbanos e das atividades agropecuárias</p>
<p style="text-align: center;">FORTALEZAS</p> <p>(1) Presença de duas barragens para geração de energia elétrica (Dona Francisca e Itaúba); (2) Recursos naturais em grande parte preservados e sem contaminação; (3) Disponibilidade de belezas naturais, decorrente da formação ambiental da região; (4) Disponibilidade de área para manejo ambiental e agropecuário.</p>	<p style="text-align: center;">POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades ambientais da região remetem ao aproveitamento das belezas naturais para exploração turística e para o cultivo/comercialização de produtos orgânicos certificados.</p>	<p style="text-align: center;">RISCOS</p> <p>Como riscos ambientais da região verifica-se claramente a probabilidade de exaustão, empobrecimento e contaminação do solo e das águas pelo despejo de esgoto, uso agressivo de agrotóxicos e pela monocultura de soja e arroz.</p>
<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <p>(1) Necessidade de ampliação do sistema de abastecimento de água urbano em 8 municípios; (2) Baixa disponibilidade de reservatórios de água no meio rural para atender os períodos de seca; (3) Municípios sem capacidade para atender as demandas de licenciamento ambiental.</p>	<p style="text-align: center;">DESAFIOS</p> <p>A consciência da necessidade de preservação dos recursos naturais, aliada à exploração agropecuária apresenta-se com um importante desafio regional.</p>	<p style="text-align: center;">LIMITAÇÕES</p> <p>A principal limitação ambiental decorre da falta de água, tanto pela deficiência dos mananciais que atendem ao consumo humano, quanto pelo déficit de reservatórios para às demandas de água na produção agropecuária.</p>

DIMENSÃO SOCIAL	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <p>(1) Melhorar a renda familiar com a qualificação profissional e estímulo ao empreendedorismo e a inovação</p>	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <p>(1) Atração exercida por outras regiões provocando expressivo e crescente esvaziamento da população; (2) Permanente migração populacional da região para o município de Santa Maria; (3) Situação financeira dos hospitais, decorrente da falta de repasse de recursos públicos; (4) Crise financeira da União, do Estado e dos Municípios;</p>
<p style="text-align: center;">FORTALEZAS</p> <p>(1) Maior polo de ensino superior do interior do Estado; (2) Aumento do número de instituições e do número de matrículas do ensino infantil; (3) Índice de expectativa de vida superiores ao Estado e ao Brasil; (3) Boa infraestrutura de saúde para atendimento de demandas regionais; (4) Diversidade étnica e cultural nos municípios; (5) Boa capacidade de geração de renda nos municípios</p>	<p style="text-align: center;">POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades regionais remetem à educação, especialmente à de nível superior, como instrumento para estimular a qualificação, aumento da renda e melhorar a qualidade de vida de uma maneira geral. Além disso, o conjunto de atendimento à saúde também se mostra como uma importante potencialidade a ser explorada na região.</p>	<p style="text-align: center;">RISCOS</p> <p>A continuidade da evasão populacional, principalmente do meio rural, em busca de melhores condições sociais, mesmo com baixa qualificação, tornando-se um risco social para o Corede Central e para outras regiões que, eventualmente, receberão esta população.</p>
<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <p>(1) Altos índices de analfabetismo em alguns municípios da região; (2) Redução significativa no número de matrículas do ensino fundamental, médio e EJA; (3) Alto percentual (59%) de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto; (4) Renda domiciliar <i>per capita</i> muito baixa; (5) Número elevado de famílias cadastradas no Bolsa Família em alguns municípios; (6) Crimes de roubos, estelionatos e tráfico de entorpecentes em ascensão; (7) Êxodo rural crescente; (8) Baixa capacidade de apropriação da renda produzida nos municípios e na região.</p>	<p style="text-align: center;">DESAFIOS</p> <p>Articular esforços em toda a região para diminuir a disparidade de renda per capita, reduzir a descontinuidade escolar e a evasão populacional dos pequenos municípios são os principais desafios encontrados para a região.</p>	<p style="text-align: center;">LIMITAÇÕES</p> <p>A crise financeira da União, do Estado e dos Municípios apresenta-se como uma limitação para atender as demandas sociais regionais.</p>

<p align="center">DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA</p>	<p align="center">OPORTUNIDADES</p> <p>(1) Parcerias público-privadas para atender as demandas infraestruturais da região; (2) Disponibilidade de áreas ainda com baixo custo para instalação de empreendimentos (2) Geração de energia a partir do lixo; (3) Interligação dos modais rodoferroviário;</p>	<p align="center">AMEAÇAS</p> <p>(1) Dependência do aterro regional de Santa Maria para destinação de todo o lixo urbano dos municípios do Corede Central e de outros Coredes. (2) Crise financeira da União, do Estado e dos Municípios;</p>
<p align="center">FORTALEZAS</p> <p>(1) Articulação dos modais rodoferroviários nos municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Tupanciretã; (2) Localização geográfica no Estado, interligando o arco de fronteira, a Capital e o Porto de Rio Grande; (3) Aeroporto civil e militar em Santa Maria com a maior extensão de pista do Estado; (4) Hidrelétrica Dona Francisca e Itaúba, ambas instaladas no Rio Jacuí;</p>	<p align="center">POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades regionais evidentes se beneficiam da localização geográfica da região, interligando pontos importantes do Estado e sendo beneficiada com a articulação dos modais aero, rodoviário e ferroviário.</p>	<p align="center">RISCOS</p> <p>Os riscos decorrem da permanência das debilidades regionais e do não aproveitamento das potencialidades, pela não execução das demandas e de políticas públicas ineficientes.</p>
<p align="center">FRAQUEZAS</p> <p>(1) Baixa qualidade do sinal de celular e internet nas áreas rurais; (2) Qualidade da malha rodoviária regional com sinais visíveis de deterioração; (3) Estradas vicinais de baixa qualidade, prejudicando o escoamento da produção e a mobilidade da população; (3) Altos gastos com a destinação do lixo domiciliar nos municípios; (4) Baixos índices de saneamento básico; (5) Cinco municípios ainda não possuem acesso asfáltico;</p>	<p align="center">DESAFIOS</p> <p>Os desafios estruturais da região voltam-se para a melhoria dos aspectos voltados ao saneamento básico, a redução dos gastos públicos com recolhimento e destinação de lixo, a melhoria da estrutura viária e dos acessos aos municípios, a necessidade de articulação para melhorar a infraestrutura de telecomunicações.</p>	<p align="center">LIMITAÇÕES</p> <p>A incapacidade dos órgãos públicos em atender às demandas estruturais, as concessões públicas de energia elétrica e telecomunicações, os entraves ao licenciamento ambiental, o endividamento público e a baixa capacidade de investimento podem limitar as ações de infraestrutura e gestão pública na região.</p>

<p style="text-align: center;">DIMENSÃO ECONÔMICA</p>	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <p>(1) Excelência dos solos e dos recursos hídricos; (2) Agregação de valor na produção primária; (3) Turismo de eventos, cultural, ecológico, religioso; (4) Disponibilidade de área para novos investimentos; (5) Conhecimento acumulado nas universidades; (6) Demandas dos mercados institucionais;</p>	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <p>(1) Concentração da agropecuária em três produtos (arroz, soja e bovinocultura) (2) Queda de preços das commodities no mercado internacional; (3) Elevação dos preços dos insumos utilizados na produção agropecuária; (4) Fatores climáticos incidentes na agropecuária; (5) Política de crédito para o empreendedor; (6) Persistência do êxodo rural;</p>
<p style="text-align: center;">FORTALEZAS</p> <p>(1) Tradição produtiva alicerçada na agropecuária na maioria (18) dos municípios; (2) Bovinocultura, orizicultura, sojicultura e agroindústrias; (3) Agricultura familiar; (4) Consolidação do parque industrial em Santa Maria; (5) Formação dos Arranjos Produtivos Locais nos setores de defesa, metalomecânico e TI; (6) Crescente número de incubadoras de negócios e consolidação do Parque Tecnológico de Santa Maria;</p>	<p style="text-align: center;">POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades econômicas da região vinculam-se à agregação de valor na produção primária, estímulo à industrialização, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo, com maior articulação entre iniciativa privada e instituições de ensino superior. Além disso, também apresenta-se como potencialidades a exploração do turismo, o desenvolvimento de novos negócios e a busca de novos mercados.</p>	<p style="text-align: center;">RISCOS</p> <p>Os riscos são evidenciados pela base econômica ligada a atividades pouco dinâmicas, de pequeno potencial para a criação de empregos, com baixa agregação de valor. Outra questão importante é a persistente evasão populacional, que pode gerar déficit de mão-de-obra qualifica.</p>
<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <p>(1) Produtos agropecuários com baixo valor agregado, vendidos boa parte <i>in natura</i> e a preços muito reduzidos; (2) Baixo nível tecnológico na agroindústria; (3) Falta de identidade/tradição e de infraestrutura turística; reduzidas opções de produtos turísticos; falta de inventários e de material de divulgação; (4) Distanciamento da região metropolitana e dos grandes centros consumidores; (5) Energia elétrica rural com pouca potência; (6) Disponibilidade de sinal de celular e internet;</p>	<p style="text-align: center;">DESAFIOS</p> <p>Os desafios econômicos são de estimular o empreendedorismo e inserir a inovação na base produtiva da região, articulando as demandas da iniciativa privada com a capacidade instalada das universidades, incubadoras e do Parque Tecnológico.</p>	<p style="text-align: center;">LIMITAÇÕES</p> <p>(As limitações referem-se à uma baixa capacidade de transformação da realidade econômica, com agricultura familiar pouco profissionalizada e qualificada, elevado grau de dependência de fatores externos e baixo grau de empreendedorismo.</p>

<p>(7) Qualidade da malha rodoviária regional Baixa disponibilidade de reservatórios de água no meio rural; (8) Falta cultura de empreender e inovar;</p>		
---	--	--

<p align="center">DIMENSÃO INSTITUCIONAL</p>	<p align="center">OPORTUNIDADES</p> <p>(1) Fortalecer as instituições públicas e privadas, bem como as diferentes formas de organização da sociedade civil da região para viabilizar novos empreendimentos sociais, culturais e econômicos. (2) Aumento dos processos de participação social e cidadã;</p>	<p align="center">AMEAÇAS</p> <p>(1) Perda de competitividade frente à outras regiões mais bem articuladas; (2) Baixa intervenção de políticas estaduais e federais na região pela fraca e desarticulada representação;</p>
<p align="center">FORTALEZAS</p> <p>(1) Número significativo de organizações institucionais e sociais; (2) Elevado número de organizações militares e públicas.</p>	<p align="center">POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades estão atreladas a existência e a diversidade de entidades públicas e privadas, locais, regionais e setoriais, que podem ser melhor utilizadas em prol do desenvolvimento considerando o aumento da perspectiva da participação social.</p>	<p align="center">RISCOS</p> <p>Os riscos da dimensão institucional estão vinculados à perda de representatividade regional e estadual, pela desarticulação das instituições e pelo não trabalho conjunto das entidades regionais. Ao descrédito da participação e de resultados de suas ações na relação com os governos e na implementação das políticas públicas.</p>
<p align="center">FRAQUEZAS</p> <p>(1) Falta de integração entre as lideranças municipais; (2) Insuficiente integração e articulação entre as organizações institucionais e sociais; (3) Comportamento demasiadamente assistencialista; (4) Ausência de planejamento regional; (5) Cultura participativa e comunitária incipiente e escassez de colaboradores e lideranças competentes, determinadas e unidas;</p>	<p align="center">DESAFIOS</p> <p>Os desafios estão voltados à uma efetiva integração e articulação interinstitucional, com maior participação de novas lideranças competentes e comprometidas, buscando ampliar a representatividade regional nas instâncias decisórias.</p>	<p align="center">LIMITAÇÕES</p> <p>A baixa cultura de integração e articulação regional limita a atuação de maneira integrada para executar projetos regional e para ampliar a representatividade regional política, classista e sindical.</p>

5 DIRETRIZES SETORIAIS DO PLANO ESTRATÉGICO

As diretrizes estratégicas constituem-se em direcionadores para a elaboração das estratégias e dos projetos regionais, que serão elaborados nas etapas seguintes, voltados à resolução de problemas identificados e na potencialização de oportunidades identificadas no levantamento de dados.

O conjunto de diretrizes foi elaborado seguindo a estrutura das dimensões analisadas, conforme apresentado abaixo.

5.1 DIRETRIZES DA DIMENSÃO AMBIENTAL

Diretriz 1: Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais.

Diretriz 2: Intensificar a fiscalização ambiental.

Diretriz 3: Melhorar a gestão dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos.

Diretriz 4: Promover a educação ambiental.

5.2 DIRETRIZES DA DIMENSÃO SOCIAL

Diretriz 1: Reduzir os índices criminais, especialmente de homicídios, roubos e tráfico de entorpecentes.

Diretriz 2: Ampliar e qualificar a segurança pública, suprindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Diretriz 3: Estabelecer ações para atender as demandas de saúde visando a complementariedade de especialidades entre os municípios da região.

Diretriz 4: Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.

Diretriz 5: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, reduzindo o nível de analfabetismo, a evasão escolar, a distorção idade-série.

Diretriz 6: Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

Diretriz 7: Ampliar a integração universidade-empresa.

Diretriz 8: Desenvolver projetos e ações que visem a redução da pobreza, a inclusão e a assistência social;

5.3 DIRETRIZES DA DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA

Diretriz 1: Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet.

Diretriz 2: Qualificar a distribuição da energia elétrica.

Diretriz 3: Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação de lixo.

Diretriz 4: Ampliar a utilização interligada dos modais aéreo, rodoviário e ferroviário.

Diretriz 5: Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.

5.4 DIRETRIZES DA DIMENSÃO ECONÔMICA

Diretriz 1: Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.

Diretriz 2: Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.

Diretriz 3: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.

Diretriz 4: Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.

Diretriz 5: Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.

Diretriz 6: Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.

5.5 DIRETRIZES DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Diretriz 1: Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.

Diretriz 2: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.

Diretriz 3: Estabelecer mecanismos e estruturas adequadas para gestão e execução do planejamento estratégico regional.

6 ESTRATÉGIAS

As estratégias regionais foram construídas a partir da análise das diretrizes setoriais. Tais estratégias delimitam as perspectivas dos grandes objetivos a serem atingidos pela Região Central no horizonte 2030.

As estratégias são linhas de intervenção gerais para os atores regionais, com vistas a solucionar ou a reduzir problemas identificados na etapa de avaliação. Diante disso, a partir dos dados e informações levantados no Diagnóstico e Relatório de Avaliação, foram propostas as seguintes Estratégias Regionais:

Dimensão Ambiental:

Diretrizes	Estratégia
<p>Diretriz 1: Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais.</p> <p>Diretriz 2: Intensificar a fiscalização ambiental.</p> <p>Diretriz 3: Melhorar a gestão dos recursos hídricos e resíduos sólidos.</p> <p>Diretriz 4: Promover a educação ambiental.</p>	<p>Promover a preservação, o melhor aproveitamento e o adequado manejo dos recursos naturais.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>Os aspectos ambientais evidenciados no diagnóstico regional demonstram boa disponibilidade de recursos hídricos, com uma malha hidrográfica superficial formada, principalmente, por rios, arroios e quatro sub-bacias. Entretanto, há uma clara preocupação com a contaminação dos solos e da bacia hidrográfica, oriundos dos resíduos de fertilizantes e agrotóxicos ligados ao cultivo de arroz, soja, milho, fumo e, também, dos dejetos originários da criação de animais.</p> <p>Além disso, verificou-se que a presença da Barragem de Dona Francisca e a Barragem de Itaúba, ambas no Rio Jacuí, são importantes instrumentos que contribuem com a geração de energia elétrica e com a reserva de água para as localidades em que estão instaladas.</p> <p>Mesmo com significativa disponibilidade hídrica, a formação geológica-geomorfológica regional e a ocorrência de períodos de estiagem, também, são fatores que merecem atenção, pois devido a característica agropecuária da região, a produção primária é fortemente prejudicada quando as chuvas ocorrem abaixo da média, especialmente durante o verão.</p> <p>O aproveitamento agrícola do solo, além de promover o aumento do consumo de água, contribui para o desmatamento e para alguns processos de degradação dos solos. Neste sentido, a recuperação da vegetação das encostas dos morros e das matas ciliares torna-se fundamental para proteger o solo da erosão. Além disso, também é reconhecida a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica e da fauna do Bioma.</p> <p>O abastecimento de água urbano também é afetado com as variações pluviométricas, principalmente nos municípios que se utilizam de mananciais superficiais. Além disso, oito municípios já apresentam necessidade de ampliação do sistema de abastecimento de água e pelo menos um registra a necessidade de um novo manancial.</p>	

Dimensão Social:

Diretrizes	Estratégia
<p>Diretriz 1: Reduzir os índices criminais, especialmente de homicídios, roubos e tráfico de entorpecentes.</p> <p>Diretriz 2: Ampliar e qualificar a segurança pública, suprindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.</p> <p>Diretriz 3: Atender as demandas de saúde visando a complementariedade de especialidades entre os municípios da região.</p> <p>Diretriz 4: Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.</p> <p>Diretriz 5: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, reduzindo o nível de analfabetismo, a evasão escolar, a distorção idade-série.</p> <p>Diretriz 6: Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>Diretriz 7: Ampliar a integração universidade-empresa.</p> <p>Diretriz 8: Desenvolver projetos e ações que visem a redução da pobreza, a inclusão e a assistência social;</p>	<p>Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>Os indicadores educacionais analisados no diagnóstico demonstram que a região apresenta tendência à descontinuidade na escala de formação. Isto é evidenciado pela diminuição no número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, Médio e EJA, pelo baixo desempenho no IDEB dos anos finais e pelo percentual de pessoas por grupo de estudo, no qual, a região apresenta alto índice de pessoas sem instrução e com Ensino Fundamental incompleto. Este conjunto de indicadores reforça a necessidade de uma linha de intervenção que atue na permanência dos jovens na escola, com novas metodologias para o processo de ensino e aprendizado e com estrutura adequada para atender esta demanda.</p> <p>Nos aspectos de saúde, a região apresenta indicadores satisfatórios em relação à mortalidade infantil, longevidade, saúde materno infantil e condições gerais de saúde. Entretanto, a estrutura de saúde concentra no município de Santa Maria quase que a totalidade dos tratamentos de média e alta complexidade, gerando demora para atendimento, filas em corredores e custos significativos para os Municípios no transporte de pessoas. Neste sentido justifica-se a atuação para complementar as especialidades em hospitais da região, decentralizando o atendimento para os Municípios.</p> <p>Na segurança pública, os índices de criminalidade revelam um quadro preocupante tanto na falta de estrutura para atender as ocorrências e demandas da população, quanto no combate à homicídios, roubos e tráfico de entorpecentes, o que justifica uma linha de ação para qualificar a estrutura dos órgãos de polícia.</p> <p>Por fim, com o objetivo de gerar condições de fixação à região, torna-se importante a realização de medidas para aumento de renda da população, principalmente nos municípios menores, que apresentam índices significativos de acesso ao Bolsa Família. A baixa renda faz com que a população migre para centros maiores, como Santa Maria, em busca de alternativas de trabalho, o que nem sempre se concretiza. Dessa forma, é necessário que os aspectos econômicos sejam projetados em consonância com os aspectos sociais.</p>	

Dimensão de Infraestrutura e Gestão Pública:

Diretrizes	Estratégia
<p>Diretriz 1: Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet.</p> <p>Diretriz 2: Qualificar a distribuição da energia elétrica.</p> <p>Diretriz 3: Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação de lixo.</p> <p>Diretriz 4: Ampliar a utilização interligada dos modais aéreo, rodoviário e ferroviário.</p> <p>Diretriz 5: Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.</p>	<p>Ampliar e qualificar a infraestrutura regional.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>A localização geográfica do Corede Central torna-o importante ponto de ligação rodoviário entre o arco de fronteira, a Capital do Estado e o Porto de Rio Grande. A região também dispõe do modal ferroviário, que está articulado com pontos rodoviários em Tupaciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria municípios com média concentração de cargas, e do modal aéreo, por meio do aeroporto civil e militar de Santa Maria, que dispõe de voos regulares comerciais para Porto Alegre.</p> <p>Em relação aos acessos municipais, verificou-se que cinco municípios ainda não possuem acesso asfáltico, o que prejudica o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas. Não obstante a esta questão, a má qualidade das rodovias intermunicipais, decorrente da falta de manutenção e conservação, aumenta as distâncias entre os núcleos urbanos da região e desses com os centros regionais de maior porte, como Santa Maria, e prejudica o acesso de pessoas à região, tornando-se um obstáculo para qualquer ação de desenvolvimento turístico</p> <p>O desatendimento por redes de transmissão de energia, principalmente trifásica, é realidade em muitos municípios, especialmente na área rural, limitando a instalação de equipamentos para beneficiamento da produção local. Da mesma forma, a disponibilidade de acesso à internet e telefonia celular ainda é limitada na área rural e, em alguns municípios, na área urbana.</p> <p>Os aspectos de saneamento básico identificados na análise situacional demonstram que a região apresenta índices muito baixo de domicílios ligados à rede geral de água e com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica. Além disso, somente o município de Santa Maria dispõe de estação de tratamento de esgoto, dejetos estes que, pela falta de estrutura adequada, em muitos casos são depositados na rede coletora de esgoto pluvial, canalizando os dejetos diretamente aos córregos e rios. Além dos comprometimentos infligidos à saúde da população, está questão se constitui em uma ameaça real à atividade turística nos municípios balneários, além de outras consequências danosas ao meio ambiente.</p> <p>Outra questão importante refere-se à coleta e destinação do lixo doméstico, pois além dos municípios apresentarem índices abaixo das médias do Estado e do Brasil, há uma grande dependência do único aterro sanitário regional que fica localizado em Santa Maria. Com isso, os gastos públicos com este serviço são elevados e não há nenhuma iniciativa regional visando criar alternativas para esta questão.</p>	

Dimensão Econômica:

Diretrizes	Estratégia
<p>Diretriz 1: Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.</p> <p>Diretriz 2: Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.</p> <p>Diretriz 3: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.</p> <p>Diretriz 4: Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.</p> <p>Diretriz 5: Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.</p> <p>Diretriz 6: Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.</p>	<p>Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>A estrutura econômica regional está alicerçada nas atividades do agronegócio, especialmente na produção de arroz, soja, milho, fumo e na criação de animais e no comércio e serviços, sendo este último fortemente impulsionado pela área pública instalada no município de Santa Maria. Estas atividades dependem de fatores externos, tais como clima, política cambial e a disponibilidade de recursos públicos para se desenvolverem, fazendo com que o Produto Interno Bruto (PIB), a renda e o Valor Agregado Bruto (VAB) tenham variações significativas ao longo dos anos.</p> <p>Em decorrência da baixa industrialização na região, a produção primária é comercializada na forma de <i>commodities</i>, com baixo valor agregado, com pouca utilização de mão-de-obra e baixa geração de renda para a população. Dessa forma, a linha de ação proposta justifica-se como mecanismo para incentivar o empreendedorismo a partir da interação com universidades e centros de pesquisa para aplicação de processos inovadores, com maior agregação de valor aos produtos regionais. Em decorrência dessa medida, a possibilidade da migração de retorno e da fixação dos jovens deva ser maior, uma vez que a renda e qualidade de vida serão melhores.</p>	

Dimensão Institucional:

Diretrizes	Estratégia
<p>Diretriz 1: Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.</p> <p>Diretriz 2: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.</p> <p>Diretriz 3: Estabelecer mecanismos e estruturas adequadas para gestão e execução do planejamento estratégico regional.</p> <p>Diretriz 4: Articular para atuação conjunta de entidades públicas e privadas para a implementação de políticas públicas.</p>	<p>Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional</p>
<p>Justificativa:</p> <p>O número de instituições instaladas na região é significativo, atuando nas mais diversas áreas e com abrangência, inclusive, para outras regiões. Entretanto, a dificuldade de articulação institucional gera sombreamento de ações e faz com que a região perca representatividade perante ao Estado e à outras regiões. Neste sentido, o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional, por meio da articulação de esforços, deve contribuir para o estabelecimento de uma visão ampla para a região, cabendo às instituições e lideranças atuar conjuntamente no sentido de executar projetos e ações que implementem os objetivos traçados.</p>	

7 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Outra etapa importante no processo de planejamento territorial consiste na definição e explicitação das diretrizes ou referenciais estratégicos relacionados à uma visão de região almejada, às vocações a serem desenvolvidas e aos valores a serem cultivados.

7.1 VISÃO DE FUTURO

A visão estratégica é a descrição de um cenário futuro desejável para a região. Envolve os sonhos dos cidadãos, isto é, “a identificação das principais características que a sociedade gostaria de alcançar ou pelas quais [...] gostaria de ser conhecida no futuro” (SIEDENBERG, 2009, p.46).

Assim, a visão estratégica para o Corede Central ficou assim definida:

Promover o desenvolvimento tendo como propulsor as potencialidades da região, tornando-se referência nacional como pólo de empreendedorismo inovador, logístico e agrotecnológico.

7.2 VOCAÇÕES

As vocações podem ser entendidas como aptidões, capacidades ou talentos passíveis de serem desenvolvidos pelos municípios e suas instituições (SIEDENBERG, 2009, p.48).

Dessa forma, as vocações da região foram definidas em dois grupos:

Atuais:

- Produção agropecuária, especialmente de arroz, soja, milho, fumo, gado de corte e de leite;
- Serviços de educação, em especial os de ensino técnico e superior;
- Serviços de saúde;

Potenciais:

- Agrotecnologia como alternativa para diversificação da produção agropecuária;
- Agroindustrialização;
- Turismo rural, religioso, de eventos e gastronômico;
- Empreendedorismo de base tecnológica;

7.3 VALORES

Por fim, como referenciais estratégicos, são explicitados os valores da região, valores ou princípios norteadores são entendidos como “credos, códigos de conduta, preceitos ou doutrinas que regem a vida dos cidadãos” (SIEDENBERG, 2009, p.49).

Os valores a serem ressaltados no Corede Central ficaram assim definidos

- Qualidade de vida;
- Sustentabilidade;
- Empreendedorismo;
- Valorização da identidade regional;
- Equidade do desenvolvimento regional;
- Encorajamento para romper paradigmas;
- Empoderamento para o processo de desenvolvimento.

8 CARTEIRA DE PROJETOS

A carteira de projetos apresenta, de maneira consolidada e priorizada por estratégia, todos os projetos delineados durante o processo de revisão do Planejamento Estratégico da Região para 2030. A realização deste trabalho envolveu diversos atores regionais com conhecimento técnico específico nas áreas analisadas, visando obter certo grau de detalhamento das informações.

A hierarquização dos projetos foi realizada durante reunião regional, na qual os participantes puderam manifestar-se amplamente sobre cada estratégia e projeto e, para finalizar foi realizada votação para que os projetos fossem priorizados do mais votado ao menos votado. Após, a equipe técnica de planejamento, juntamente com a executiva do Corede Central finalizou este trabalho com uma avaliação técnica considerando: abrangência, público alvo e número de projetos por estratégia.

Após todas as contribuições, os projetos ficaram assim distribuídos:

8.1 ESTRATÉGIA: PROMOVER A PRESERVAÇÃO, O MELHOR APROVEITAMENTO E O ADEQUADO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

Projeto 1:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Educação e sensibilização sanitária e ambiental
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 730.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais
Escopo: Ações que visam ampliar o entendimento da população acerca da preservação dos recursos naturais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implementar o Programa de Educação Sanitária e Ambiental, que foca o processo educativo de sensibilização sanitária e ambiental, por meio da realização de atividades, tais como palestras, oficinas, visitas técnicas a equipamentos de saneamento, mananciais ou cursos d'água de relevância dos municípios e da região.
Justificativa: Numa abordagem estratégica que privilegia a participação da população envolvida na busca de soluções viáveis para os problemas de saneamento ambiental, uma das ferramentas das mais importantes é a Educação Sanitária e Ambiental pautada na concepção de um planejamento que visa resultados positivos, benefícios, e uma eficiente política de gestão pública dos serviços de saneamento básico, estes entendidos como, o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos (lixo). Na gestão pública regulatória dos serviços de saneamento ambiental, em especial, no que trata do abastecimento de água e esgotamento sanitário, o processo de participação do usuário e o controle social dos serviços ofertados pela concessionária devem ser visualizados como parte relevante do processo de formulação estratégica da regulação, seja na forma do aumento da conscientização social acerca do papel do órgão regulador, ou como componente de alcance no estabelecimento de um marco regulatório, que priorize a conscientização sanitária e ambiental e o estímulo na procura de instrumentos de comunicação da agência e na participação cidadã do usuário dos serviços concedidos, gerando a confiança do

mesmo e da sociedade como um todo.

Neste contexto, a Educação Sanitária e Ambiental tem um enfoque estratégico voltado para a gestão pública regulatória do saneamento básico, de maneira que o processo pedagógico deve ser pautado no ensino contextualizado, abordando o tema da questão da distribuição, uso e aproveitamento racional dos recursos hídricos, a coleta, tratamento, destino final dos esgotos e a possibilidade de reuso de água, além da coleta, destinação adequada, tratamento, redução do consumo, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos domésticos.

Beneficiários: População do Corede Central.

Resultados pretendidos:

Curto prazo: propor uma metodologia que atenda as especificações acerca da educação ambiental e sanitária.

Médio prazo: sensibilizar a população para as questões sanitárias e ambientais

Longo prazo: melhorar a qualidade de vida da população

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Promover a preservação, o melhor aproveitamento e o adequado manejo dos recursos naturais

Diretriz: Promover a educação ambiental

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Proposta de metodologia para educação ambiental e sanitária

Meta: Elaborar uma metodologia eficiente sobre a educação ambiental e sanitária.

Prazo: 16 meses

Produto 2: Disseminação da metodologia de educação ambiental e sanitária

Meta 1: Motivar e capacitar lideranças comunitárias, para o uso racional da água e a gestão dos resíduos sólidos domésticos (lixo), sensibilizando para a redução, reutilização e reciclagem;

Meta 2: Realização de palestras nas escolas sobre lixo urbano e reciclagem, qualidade e importância da água e saneamento ambiental

Meta 3: Sensibilização das comunidades com distribuição de materiais e realização de atividades junto às Unidades de Saúde.

Prazo: 36 meses

Produto 3: Seminário regional de boas práticas

Meta: Realização de seminário regional com apresentações de boas práticas realizadas nos municípios e reconhecimento dos trabalhos

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Coordenadorias Regionais de Educação e Saúde e Secretarias Municipais de Saúde e Educação

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS), Secretaria de Saúde do Estado

Organizações parceiras: Universidades, associações de bairros

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 730.000,00
Fontes de recursos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS)
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: R\$ -
Despesas Correntes: R\$ 730.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 30.000,00 Produto 2: R\$ 300.000,00 Produto 3: R\$ 400.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X	X					
Produto 3			X	X	X					

Projeto 2:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementar o Plano de Bacias na gestão dos Municípios
Localização: Coredes Central, Jacuí Centro, Campanha e Fronteira Oeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 36.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Comitê Vacacaí e Vacacaí-Mirim
Escopo: Ampliar a abrangência das premissas do plano de bacias, de forma integrada, com as ações de planejamento municipais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Integrar ações que visam a preservação e manutenção dos recursos hídricos da região da bacia hidrográfica dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim.
Justificativa: o presente projeto aborda a ampliação do conhecimento frente aos recursos hídricos locais, sendo de suma importância sua incorporação ao planejamento dos municípios da bacia.
Beneficiários: População das bacias hidrográficas. Abrange os seguintes municípios: Dilermando de Aguiar, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Santa Maria, São João do Polêsine, Silveira Martins, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Lavras do Sul, Restinga Sêca, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, São Sepé e Vila Nova do Sul.
Resultados pretendidos: Curto prazo: divulgação das premissas do plano de bacia Médio prazo: discutir ações que permitam a efetiva aplicação do plano. Longo prazo: duplicar as ações previstas no plano para cada um dos municípios da bacia.
Alinhamento Estratégico: Estratégia: Promover a preservação, o melhor aproveitamento e o adequado manejo dos recursos naturais Diretriz: Melhorar a gestão dos recursos hídricos e resíduos sólidos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Divulgar e discutir o plano de bacia elaborado
Meta: Realizar interações com as gestões públicas municipais.
Prazo: 16 meses

Produto 2: Contemplar as ações dos planos de bacia nos municípios da bacia
Meta: Acompanhar ações municipais baseadas no plano de bacia.
Prazo: 20 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Comitê Vacacaí e Vacacaí-Mirim, curso de Engenharia Ambiental e Sanitária (Centro Universitário Franciscano).

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS)

Organizações parceiras: Centro Universitário Franciscano, Universidade Federal de Santa Maria.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 36.000,00

Fontes de recursos: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS), Prefeituras Municipais, Universidades.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ -

Despesas Correntes: R\$ 36.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 18.000,00

Produto 2: R\$ 18.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X							

Projeto 3:**1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Intensificar o sistema de monitoramento quali-quantitativo de recursos hídricos

Localização: Coredes Central, Jacuí Centro, Campanha e Fronteira Oeste

Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Comitê Vacacaí e Vacacaí-Mirim

Escopo: Ampliar e efetivar o sistema de monitoramento de recursos hídricos locais

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar o sistema de monitoramento quali e quantitativo dos recursos hídricos das bacias hidrográficas da região do Corede Central.
Justificativa: O estudo é de grande importância pois irá publicitar situações potenciais e prejudiciais frente aos recursos hídricos locais, assim como acompanhamento para antecipar-se às condições críticas que podem levar a escassez dos recursos monitorados. Melhoria nas condições destes recursos, caso identificadas situações-problema.
Beneficiários: População das bacias hidrográficas. Abrange os seguintes municípios: Dilermando de Aguiar, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Santa Maria, São João do Polêsine, Silveira Martins, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Lavras do Sul, Restinga Sêca, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, São Sepé e Vila Nova do Sul.
Resultados pretendidos: Curto prazo: reativar pontos de monitoramento inativos Médio prazo: ampliar os pontos Longo prazo: utilização dos dados coletos para prever demandas futuras.
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Promover a preservação, o melhor aproveitamento e o adequado manejo dos recursos naturais <u>Diretriz:</u> Melhorar a gestão dos recursos hídricos e resíduos sólidos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Levantamento da situação atual da rede de monitoramento. Meta: Colocar em funcionamento a rede atual. Prazo: 24 meses
Produto 2: Ampliar a rede de monitoramento Meta: Implantação de novas redes de monitoramento. Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Comitê Vacacaí e Vacacaí-Mirim, curso de Engenharia Ambiental e Sanitária (Centro Universitário Franciscano).
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS)
Organizações parceiras: Centro Universitário Franciscano, Universidade Federal de Santa Maria.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 400.000,00
Despesas Correntes: R\$ -

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 300.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X	X					

Projeto 4:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Conscientização de produtores rurais para o adequado manejo de agrotóxicos

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Emater e Secretarias Municipais de Agricultura

Escopo: Conscientizar e capacitar os trabalhadores rurais da Região Central sobre a importância do correto manejo da atividade agropecuária, observando os cuidados com a segurança, saúde e meio ambiente. Além disso, este projeto objetiva propor regulamentação sobre a importância do cumprimento da NR 31 do Ministério do Trabalho.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Capacitar produtores rurais da Região Centro na Norma Reguladora 31 do Ministério do Trabalho.

Justificativa: A Norma Regulamentadora 31 - NR 31 - do Ministério do Trabalho estabelece as diretrizes a serem observadas na organização e no ambiente de trabalho. Assim, é possível que a segurança, saúde e meio ambiente do trabalho sejam compatíveis com o desenvolvimento das atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e agricultura. Dessa forma a NR 31 se aplica a essas atividades, bem como às de exploração industrial desenvolvidas em estabelecimentos agrários.

As empresas e cooperativas de produção que congreguem forças com produtores e agronegócios, também se responsabilizam pelo cumprimento da norma. Assim todo trabalhador rural tem direito à ambientes de trabalho, seguros e saudáveis, ser consultado sobre as medidas de prevenção que serão adotadas pelo empregador, escolher sua representação em matéria de segurança e saúde no trabalho, de reivindicar medidas de correção quanto a circunstâncias de risco para a segurança e saúde, interrompendo o trabalho se necessário, de receber instruções em matéria de segurança e saúde, entre outros.

Em contrapartida os empregadores rurais devem resguardar a segurança e saúde de seus funcionários visando a eliminação de riscos através da substituição ou adequação dos processos produtivos, máquinas e equipamentos, através da adoção de medidas de proteção pessoal e coletiva, contemplando a melhoria das condições e do meio ambiente de trabalho, a promoção da saúde e da integridade física dos trabalhadores rurais e campanhas educativas de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Em análise à Norma, se faz imprescindível que trabalhadores rurais tenham acesso às diretrizes descritas por ela, bem como seus empregadores.

Beneficiários: Trabalhadores e empregadores rurais da Região Central
Resultados pretendidos: Curto prazo: conscientização dos trabalhadores rurais e empregadores para as normas de segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Médio prazo: cumprimento efetivo da norma regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho. Longo prazo: diminuição de acidentes e doenças oriundas do trabalho rural.
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Promover a preservação, o melhor aproveitamento e o adequado manejo dos recursos naturais. <u>Diretriz:</u> Promover a educação ambiental

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Capacitar produtores para o adequado uso de agrotóxicos e fertilizantes.
Meta: Capacitação de trabalhadores rurais na Norma Reguladora 31 do Ministério do Trabalho - NR: Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

Prazo: 48 meses

Produto 2: Criação e implantação de leis municipais reguladoras para instituir a obrigatoriedade de capacitação em NR 31 para os trabalhadores rurais.

Meta: Criação e implantação de leis municipais reguladoras para instituir a obrigatoriedade de capacitação em NR 31 para os trabalhadores rurais nos municípios.

Prazo: 18 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Emater, Senar e Prefeituras Municipais

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Agricultura do Estado, Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Irrigação, Emater

Organizações parceiras: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Instituto Federal Farroupilha (IFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Senar.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00

Fontes de recursos: Orçamento Público Estadual, Senar e contrapartida dos produtores rurais

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 250.000,00

Despesas Correntes: R\$

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 250.000,00

Produto 2: R\$ 0,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X						
Produto 2	X	X								

8.2 ESTRATÉGIA: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, CRIANDO CONDIÇÕES À FIXAÇÃO NA REGIÃO

Projeto 1:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reaparelhamento dos órgãos de segurança pública
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública do RS
Escopo: Dotar os órgãos de segurança pública de melhores condições de trabalho para o combate a criminalidade na Região, por meio da aquisição e utilização de novas tecnologias para atendimento de ocorrências.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar e modernizar os mecanismos utilizados pelos Órgãos de Segurança Pública para atendimento de ocorrências, a partir da aquisição de novos equipamentos e tecnologias.
Justificativa: <p>Na esfera criminal, o número de ocorrências entre os anos de 2010 e 2015 apresentou significativo crescimento. O número de roubos apresentou variação de 48% no período analisado, sendo que as maiores incidências foram nos municípios de Santa Maria, com 1.811, seguido por Tupanciretã, com 51 e Júlio de Castilhos, com 37. Já em relação aos furtos houve uma redução de 6% na Região, enquanto que no Estado houve uma redução de 11%. As maiores ocorrências são nos mesmo municípios acima citados, entretanto, houve um acréscimo significativo de 98% em Dilermando de Aguiar, 65% em São Martinho da Serra e 21% em Jari.</p> <p>O número de homicídios aumentou 63% na região em função das ocorrências no município de Santa Maria que subiram de 27 para 53 no período analisado. A média do Estado neste aspecto foi de 46% de aumento.</p> <p>As ocorrências envolvendo posse e tráfico de entorpecentes concentra-se fortemente nos municípios de Santa Maria, Tupanciretã e Júlio de Castilhos. Isto demonstra, juntamente com os dados citados anteriormente, que estes municípios apresentam a maior concentração de registro de ocorrências criminais nos temas analisados.</p> <p>Além dos aspectos criminais, a Região também demanda melhores condições para atendimento das ocorrências de combate à incêndios. Esta demanda se justifica pelos fatos recentes, como o da Boate Kiss, que demandaram equipamentos até então não utilizados, tais como tubos de oxigênio, escadas de longo alcance, entre outros.</p>

Neste sentido, este projeto se justifica como um importante instrumento para dotar os Órgãos de Segurança Pública de novas tecnologias para melhor atender às demandas da população na Região.

Beneficiários: População da Região Central

Resultados pretendidos:

Curto Prazo: Reaparelhar os órgãos de segurança pública

Médio Prazo: Reduzir os indicadores de criminalidade

Longo Prazo: Proporcionar maior sensação de segurança para a população

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região

Diretriz 1: Reduzir os índices criminais, especialmente de roubos, estelionato, tráfico de entorpecentes.

Diretriz 2: Ampliar e qualificar a segurança pública, suprindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Instalação de uma Base Aero Policial em Santa Maria

Meta: Construção de hangar e transferência de um helicóptero para atendimento de ocorrências na Região Central e Regiões vizinhas.

Prazo: 36 meses

Produto 2: Fortalecimento das patrulhas de resposta rápida

Meta: Aquisição de viaturas específicas para ampliar a utilização desta modalidade de patrulhamento na Região

Prazo: 18 meses

Produto 3: Instalação de GPS e câmeras nas viaturas

Meta: Aquisição e instalação de aparelhos GPS e câmeras nas viaturas policiais

Prazo: 18 meses

Produto 4: Ampliação do monitoramento eletrônico

Meta 1: Ampliar o número de câmeras de monitoramento nos municípios

Meta 2: Espelhamento das câmeras na sala de monitoramento e cercamento eletrônico

Prazo: 36 meses

Produto 5: Modernização técnica do 4º Batalhão de Bombeiros Militares

Meta 1: Estruturação e aperfeiçoamento da Rede de Comunicação

Meta 2: Modernização da frota de veículos

Meta 3: Modernização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

Prazo: 48 meses

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Comando Regional Brigada Militar, Delegacia de Polícia Regional da 3ª RPI/PC/RS, 4º Batalhão de Bombeiros Militares, Secretaria de Segurança Pública do RS.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública do RS, Comando Regional Brigada Militar, Delegacia de Polícia Regional da 3ª RPI/PC/RS, Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.000.000,00
Fontes de recursos: Orçamento Federal e Estadual
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 15.000.000,00
Despesas Correntes: -
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 2.000.000,00
Produto 2: R\$ 1.500.000,00
Produto 3: R\$ 1.500.000,00
Produto 4: R\$ 5.000.000,00
Produto 5: R\$ 5.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1			X	X	X					
Produto 2	X	X								
Produto 3	X	X								
Produto 4		X	X	X						
Produto 5	X	X	X	X	X					

Projeto 2:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Readequação e modernização das instalações dos órgãos de segurança pública
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 23.800.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública do RS
Escopo: Dotar os Órgãos de Segurança Pública de melhores condições de trabalho, buscando readequar e modernizar as instalações utilizadas pela Brigada Militar, Polícia Civil e Bombeiros.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Readequar e modernizar as instalações físicas da Brigada Militar, da Polícia Civil e Bombeiros no Corede Central, visando reduzir custos e melhorar o atendimento à população.
Justificativa: O presente projeto se justifica a partir da necessidade de dotar os Órgãos de Segurança Pública do Corede Central com melhores condições de trabalho, sejam elas tecnológicas, as quais foram previstas em projeto complementar a este, quanto de estruturas físicas, uma vez que sem o ajustamento destas, ocorrem elevados

custos com aluguéis de salas inadequadas aos serviços, deslocamento de pessoal de forma desnecessária, falta de integração no trabalho, prejudicando o atendimento à população.

Neste ponto, é importante citar as condições precárias de estrutura de trabalho, em especial DPPA/SM, lugar de atendimento à população durante 24 horas, 07 dias por semana. A estrutura predial externa e interna da DPPA apresenta problemas crônicos de estrutura, tornando o local insalubre e sem condições dignas de atendimento ao público, sejam às pessoas que necessitam realizar registros de ocorrências, os presos que ficam nas celas até o deslocamento às casas prisionais, os familiares que os acompanham, os profissionais que desempenham suas funções junto aos policiais que ali trabalham diariamente, e demais pessoas que demandam serviços policiais.

A DPPA atende aos registros de fatos ocorridos em todo o município de Santa Maria, além de auxiliar os registros dos municípios de São Matinho da Serra, Itaara e Silveira Martins, e, muitas vezes, de outros municípios da região.

Também, a frota de veículos apresenta-se como um desafio para os órgãos de segurança, uma vez que as viaturas são conduzidas por diversos condutores nos mais variados locais, enfrentando estradas não pavimentadas, terrenos acidentados, ou seja, trafegam em todos os tipos de vias diuturnamente, conforme a necessidade do serviço, causando desgaste excessivo devido as condições extremas a que são submetidos.

Beneficiários: População da Região Central

Resultados pretendidos:

Curto Prazo: Reduzir os custos com aluguéis e treinamento do efetivo dos órgãos de segurança pública

Médio Prazo: Melhorar o atendimento às demandas da população

Longo Prazo: Reduzir os indicadores de criminalidade

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região

Diretriz 1: Reduzir os índices criminais, especialmente de roubos, estelionato, tráfico de entorpecentes.

Diretriz 2: Ampliar e qualificar a segurança pública, suprimindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Centralização da instrução e treinamento de todo o efetivo da Brigada Militar

Meta: Construção de um ginásio para centralização da instrução e treinamento de todo efetivo da Brigada Militar

Prazo: 24 meses

Produto 2: Criação da Central de Polícia em Santa Maria

Meta: Construção e estruturação de uma Central de Polícia para abrigar a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento e delegacias especializadas instaladas na cidade

Prazo: 48 meses

Produto 4: Ampliação e reforma das estruturas físicas das Unidades de Bombeiros Militares do 4º BBM

Meta 1: Reforma de 5.000 m² de áreas construídas nos Quartéis da Região

Meta 2: Ampliação de 7.000 m² de área construída nos Quartéis da Região

Prazo: 60 meses

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Comando Regional Brigada Militar, Delegacia de Polícia Regional da 3ª RPI/PC/RS, 4º Batalhão de Bombeiros Militares, Secretaria de Segurança Pública do RS.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública do RS, Comando Regional Brigada Militar, Delegacia de Polícia Regional da 3ª RPI/PC/RS, 4º Batalhão de Bombeiros Militares e Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 23.800.000,00

Fontes de recursos: Orçamento Federal e Estadual

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 23.800.000,00

Despesas Correntes: -

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 800.000,00

Produto 2: R\$ 5.000.000,00

Produto 3: R\$ 18.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1			X	X						
Produto 2		X	X	X	X					
Produto 3	X	X	X	X	X					

Projeto 3:**1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Rede de atenção à saúde nos municípios

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Saúde

Escopo: A atenção primária da saúde é um importante instrumento para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de serviços básicos que são atendidos pelas unidades de atendimento e pelas estratégias de saúde da família. Neste contexto, este projeto visa fortalecer a rede de atenção à saúde com ações e investimentos que potencializem as atividades já constituídas e amplie novos serviços básicos de atendimento.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar e fortalecer a rede de atenção à saúde nos municípios

Justificativa: Ampliar e fortalecer as ações de atendimento básico de saúde nas comunidades possui um papel importante no contexto da saúde pública da Região, uma vez que a maioria dos municípios possui famílias com rendas abaixo da média do Estado e não tem acesso aos serviços privados de saúde.

Para isso, a saúde da família deve ser potencializada e as unidades básicas de atendimento precisam de investimentos em infraestrutura e contratação de mais profissionais. Dessa forma, com a atenção primária da saúde em pleno funcionamento, além de proporcionar os serviços à população, também contribuirão para permanência das pessoas nas comunidades e nos municípios, especialmente nos de menor porte, dos quais ocorrem a maior evasão populacional.

Beneficiários: População Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: melhorar o acesso à saúde

Médio prazo: qualificar o atendimento básico à população

Longo prazo: melhorar a qualidade de vida

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região.

Diretriz: Regionalização da saúde para atender as demandas com a complementariedade de especialidades entre os municípios da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estratégias de saúde da família

Meta: Contratação de profissionais para aumentar o número de estratégias de saúde da família

Prazo: 36 meses

Produto 2: Melhorar a infraestrutura física das unidades básicas e a disponibilidade de recursos humanos

Meta: Contratação de profissionais e investimentos na estrutura física

Prazo: 48 meses

Produto 3: Melhorar a regulação ambulatorial nos municípios

Meta: Contratação de profissionais e de serviços

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Saúde, Coordenadoria Regional de Educação

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Saúde do RS, Ministério da Saúde

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00
Fontes de recursos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Saúde do RS, Ministério da Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 20.000.000,00
Despesas Correntes: R\$ 15.000.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 10.000.000,00 Produto 2: R\$ 15.000.000,00 Produto 3: R\$ 10.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X							
Produto 2		X	X	X						
Produto 3	X	X								

Projeto 4:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aumentar e qualificar a estrutura de atendimento de urgências e emergências
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 17.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Municipal de Saúde e Coordenadoria Regional de Saúde
Escopo: Viabilizar aumento da infraestrutura para atendimento de urgências e emergências é uma importante medida para reduzir o número de óbitos na Região. Desta forma, este projeto estabelece ações concentradas no município de Santa Maria como forma de prestar um serviço regionalizado à maioria das cidades da Região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar e qualificar a estrutura de atendimento de urgências e emergências
Justificativa: Os atendimentos de urgências e emergências da Região são realizados, em grande maioria, pelos Hospitais municipais, entretanto, pelo fato de serem de pequeno porte, não dispõem de infraestrutura para muitas demandas. Diante disso, inúmeros casos são encaminhados ao município de Santa Maria, para serem atendidos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que atualmente é custeada somente pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, e no Hospital Universitário, que não dá conta do volume de atendimentos juntamente com as questões de alta complexidade. Dessa forma, este projeto se justifica com o intuito de viabilizar novas estruturas de atendimento regional, transformando a atual UPA em uma unidade de atendimento regional e os Pronto Atendimentos em UPAs, melhorando assim o atendimento de alta complexidade para o Hospital universitário.
Beneficiários: População do Corede Central
Resultados pretendidos:

Curto prazo: aumentar a disponibilidade de estruturas para urgências e emergências
 Médio prazo: reduzir a mortalidade com assistência rápida e resolutiva
 Longo prazo: melhorar a qualidade de vida da população

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região

Diretriz: Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Transformar a UPA 3 (Santa Maria) em UPA Ampliada (Regional)

Meta: Tornar porta de entrada para as demandas das cidades da Região Central, melhorando o acesso à Alta Complexidade do SUS - HUSM

Prazo: 36 meses

Produto 2: Transformar o PA do Patronato de Santa Maria em UPA 2

Meta: Atender a demanda de Santa Maria de forma a liberar a UPA (Santa Maria) para atendimento regional

Prazo: 36 meses

Produto 3: Transformar o PA da Tancredo Neves de Santa Maria em UPA 1

Meta: Atender a demanda de Santa Maria de forma a liberar a UPA (Santa Maria) para atendimento regional

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Saúde, Coordenadoria Regional de Saúde

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde do Estado, Ministério da Saúde

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 17.000.000,00

Fontes de recursos: Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde do Estado, Ministério da Saúde

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 17.000.000,00

Despesas Correntes: R\$

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 8.000.000,00

Produto 2: R\$ 5.000.000,00

Produto 3: R\$ 4.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X							
Produto 2		X	X	X						
Produto 3			X	X	X					

Projeto 5:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar e consolidar o tempo integral na Educação Básica
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 11.300.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: 8ª Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação
Escopo: Este projeto estabelece medidas para viabilizar estruturas, equipamentos e profissionais para o desenvolvimento de atividades em turno oposto nas escolas de educação básica, reduzindo os índices de analfabetismo, evasão escolar, distorção idade-série.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implementar o tempo integral nas escolas de educação básica do Corede Central
Justificativa: Os índices educacionais analisados no Diagnóstico do Planejamento Estratégico revelaram um quadro que merece muita atenção. O índice de analfabetismo do Corede Central é o maior entre os Coredes da Região Funcional. O número de matrículas do ensino fundamental, médio e EJA caiu significativamente entre os anos de 2010 e 2015, demonstrando claramente a descontinuidade na escala de formação dos jovens. O mesmo ocorre com os índices do IDEB nos anos finais, que apremem desempenho muito abaixo dos anos iniciais e com o percentual de pessoas por grupo de estudo, no qual a região possui mais de 50% das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Diante de tais indicadores, este projeto se justifica pela necessidade de permanência do jovem na escola em turno integral, para estimular a formação e o desenvolvimento de atividades complementares à sua formação.
Beneficiários: Alunos das escolas de educação básica
Resultados pretendidos: Curto prazo: aumentar o tempo de permanência dos jovens na escola Médio prazo: reduzir os índices de analfabetismo, evasão escolar e distorção idade-série Longo prazo: melhorar a educação e a formação formal dos jovens
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região <u>Diretriz:</u> Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, reduzindo o nível de analfabetismo, a evasão escolar, a distorção idade-série.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Qualificação de professores
Meta: Capacitar os professores para desenvolvimento de atividades complementares em turno oposto
Prazo: 24 meses
Produto 2: Equipamentos e estruturas

Meta: Adequação das estruturas físicas e aquisição de equipamentos para desenvolvimento metodológico Prazo: 24 meses
Produto 3: Recreio Orientado Meta: Execução de oficinas, brincadeiras, esportes nos intervalos de aulas Prazo: 12 meses
Produto 4: Realização de Oficinas Meta: Execução de oficinas de culinária, gastronomia, artesanato, pintura, desenho, etc. Prazo: 12 meses
Produto 5: Turno oposto (manutenção e horas professor) Meta: Implementar o turno oposto em todas as escolas de educação básica do Corede Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria de Educação do RS e MEC
Organizações parceiras: AMCENTRO, Corede e CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 11.300.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Educação do RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 2.000.000,00
Despesas Correntes: R\$ 9.300.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 300.000,00 Produto 2: R\$ 1.000.000,00 Produto 3: R\$ 0,00 Produto 4: R\$ 0,00 Produto 5: R\$ 10.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2	X	X								
Produto 3			X							
Produto 4			X							
Produto 5			X	X	X					

Projeto 6:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Atendimentos de baixa e média complexidades nos hospitais de menor porte na Região
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Coordenadoria Regional de Saúde
Escopo: Uma das alternativas para melhorar os atendimentos em saúde na Região é proporcionando acesso às demandas nos hospitais de menor porte instalados fora do município de Santa Maria. Para isso, torna-se importante qualificar e capacitar estas estruturas para as demandas de baixa e média complexidade por meio da aquisição de equipamentos e contratação de profissionais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar e capacitar os hospitais da região com mais de 30 leitos para atender as demandas de média complexidade
Justificativa: Sob o ponto de vista da saúde, a região do Corede Central é atendida em grande parte pelos serviços disponíveis no município de Santa Maria, o qual dispõe de um hemocentro regional, sete hospitais, sendo um universitário e um de caridade, mais de 50 clínicas e ambulatórios especializados e em torno de 500 consultórios médicos que atuam nas mais variadas áreas da saúde. Além de Santa Maria, os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Júlio de Castilhos, Pinhal Grande, São Pedro do Sul e Tupanciretã também possuem hospital para atendimento local e microrregional com estruturas e profissionais para baixas complexidades. Em alguns casos há a falta de equipamentos básicos para o atendimento à população, fazendo com que os pacientes sejam encaminhados para a UPA e para o Hospital Universitário de Santa Maria. Este procedimento gera custos aos municípios menores com transporte de pessoas e acúmulos de atendimentos nas unidades de saúde em Santa Maria. Neste sentido, este projeto visa estimular a qualificação e capacitação dos hospitais de pequeno porte para as demandas de baixa e média complexidades, para que os atendimentos sejam realizados nos municípios, melhorando e facilitando o acesso à população.
Beneficiários: População do Corede Central
Resultados pretendidos: Curto prazo: aumentar a resolutividade local, fortalecendo a permanência das pessoas nos municípios Médio prazo: evitar encaminhamentos de pacientes de média e baixa complexidade para centros de referências Longo prazo: melhorar a qualidade de vida da população
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região <u>Diretriz:</u> Regionalização da saúde para atender as demandas com a complementariedade de especialidades entre os municípios da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Equipar os hospitais da Região para melhorar a resolutividade em seus processos assistenciais

Meta: Aquisição de equipamentos básicos: eletrocardiograma, monitores cardíacos, desfibriladores, aspiradores, cautérios, focos cirúrgicos.

Prazo: 36 meses

Produto 2: Ampliar a disponibilidade de profissionais qualificados nestes municípios

Meta: Contratação de médicos, enfermeiros, psicólogos para aumentar a resolutividade dos atendimentos nos hospitais da Região

Prazo: 24 meses

Produto 3: Articular com a Secretaria de Saúde do Estado a concessão de incentivos econômicos para estimular os atendimentos nos hospitais de menor porte

Meta: Viabilizar os atendimentos nos hospitais de menor porte com incentivos para baixa e média complexidades

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Saúde, Coordenadoria Regional de Saúde

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Coordenadoria Regional de Saúde, Secretaria de Saúde do Estado, Ministério da Saúde

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00

Fontes de recursos: Secretaria de Saúde do Estado e Ministério da Saúde

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 25.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 10.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 25.000.000,00

Produto 2: R\$ 10.000.000,00

Produto 3: R\$ 0,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X						
Produto 2		X	X							
Produto 3	X	X	X							

Projeto 7:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estímulo ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo nos jovens
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.600.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Educação, 8ª CRE e Secretarias Municipais de Educação
Escopo: Promover atividades de estímulo ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo nas escolas dos meios urbano e rural, como forma de reduzir o êxodo rural, a migração populacional, por meio da qualificação dos jovens para geração de novas oportunidades de trabalho e aumento da renda média na Região.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Inserir atividades de estímulo ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo na grade curricular das escolas municipais e estaduais dos meios urbano e rural.
Justificativa: O diagnóstico do planejamento estratégico regional revelou um quadro preocupante em relação ao êxodo rural, especialmente dos pequenos municípios, em direção à Santa Maria e a outras Regiões, em busca de oportunidades de trabalho e aumento da renda. Este efeito migratório gera prejuízo aos municípios pela redução populacional, diminuindo a participação nos repasses de recursos federais e restringindo a capacidade da formação de novos empreendedores, seja pela sucessão familiar ou pelo empreendedorismo nato de cada cidadão. Um dos motivos mais salientes para a migração da população refere-se à renda média nos municípios menos que apresenta índices baixos. Excetuam-se deste cenário os municípios de Santa Maria e Itaara, nos quais residem pessoas com rendas médias e altas obtidas a partir de empregos públicos estaduais e federais, distorcendo muitas vezes a realidade da Região. Diante dessa realidade, este projeto visa sensibilizar e capacitar os jovens para o empreendedorismo, a partir das oportunidades regionais existentes.
Beneficiários: Estudantes do ensino fundamental, básico e médio.
Resultados pretendidos: Curto prazo: ter pelo menos uma atividade de estímulo ao empreendedorismo, ao associativismo e ao cooperativismo em cada escola dos municípios da Região Médio prazo: diminuição do êxodo escolar Longo prazo: diminuição do êxodo rural e do êxodo regional, melhoria do desempenho escolar e aumento da atividade econômica
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região. <u>Diretriz:</u> Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, reduzindo o nível de analfabetismo, a evasão escolar, a distorção idade-série.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Definir proposta metodológica para as escolas da Região Meta: Realizar dois seminário para estabelecer as atividades a serem aplicadas pelas escolas Prazo: 12 meses

Produto 2: Adequação de estruturas e aquisição de equipamentos
Meta: Aquisição de equipamentos e adequações físicas nas escolas
Prazo: 18 meses

Produto 3: Encontros microrregionais e regionais
Meta: Realizar no mínimo 1 encontro microrregional e 1 encontro regional com entre as escolas da região para troca de experiências e revisão metodológica
Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretaria Estadual de Educação, 8ª CRE, Secretarias Municipais de Educação

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Educação, 8ª CRE, Secretarias Municipais de Educação e MEC

Organizações parceiras: Universidades e EMATER

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.600.000,00

Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 1.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 600.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 1.000.000,00

Produto 3: R\$ 500.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X								
Produto 2		X	X							
Produto 3		X	X	X						

Projeto 8:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Aumentar o número de leitos SUS com resolutividade de acordo com as especialidades

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 66.000.000,00

Duração do projeto: 72 meses

Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Saúde e Coordenadoria Regional de Saúde

Escopo: Este projeto visa ampliar o número de leitos de alta complexidade, de acordo com as especialidades necessárias à região, por meio da implementação de

novas UTIs e abertura de novas unidades de atendimento, evitando assim a falta de leitos e de atendimento.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Viabilizar novas estruturas para aumentar o número de leitos SUS com resolutividade de acordo com as especialidades

Justificativa: O número de leitos SUS disponíveis na região atende as demandas de baixa e média complexidades, especialmente nos hospitais instalados em municípios de pequeno porte. Entretanto, devido ao encaminhamento da maioria das demandas de alta complexidade ao município de Santa Maria, principalmente para o Hospital Universitário, constata-se falta de leitos para especialidade dessa natureza. As alternativas que se mostram viáveis são a ampliação de leitos na Casa de Saúde com implementação de UTI, a abertura do Hospital Regional, o qual terá 40% dos seus leitos SUS e a viabilização do Hospital São Francisco que está em fase de projetos pelo Centro Universitário Franciscano, tornando um hospital-escola.

Diante disso, este projeto prevê ações e recursos para viabilizar novas estruturas para aumentar o número de leitos SUS com resolutividade.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: reduzir o prazo de espera para as assistências médicas

Médio prazo: transformar a região em referência na saúde

Longo prazo:

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região

Diretriz: Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Abertura do Hospital Regional – Leitos SUS em 40%

Meta: Articular com as instituições hospitalares já selecionadas para abertura imediata do Hospital

Prazo: 12 meses

Produto 2: Implementação de UTIs na Casa de Saúde com leitos SUS

Meta 1: uma UTI adulto

Mata 2: uma UTI neonatal

Prazo: 36 meses

Produto 3: Definição e aquisição de área para construção do Hospital São Francisco em Santa Maria

Meta: Estudo de viabilidade locacional concluído

Prazo: 12 meses

Produto 4: Elaboração e aprovação de projetos

Meta: Projetos construtivos concluídos e aprovados

Prazo: 24 meses

Produto 5: Licenciamento

Meta: Licenças ambientais emitidas para obra

Prazo: 18 meses

Produto 6: Execução da Obra

Meta: Hospital Construído

Prazo: 24 meses

Produto 7: Equipamentos

Meta: Aquisição e instalação de todos os equipamentos para viabilizar o funcionamento do Hospital

Prazo: 18 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Prefeitos Municipais, Secretários Municipais de Saúde, Coordenadoria Regional de Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e Centro Universitário Franciscano

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Coordenadoria Regional de Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e Ministério da Saúde

Organizações parceiras: Investidores privados

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 66.000.000,00

Fontes de recursos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Saúde do Estado, Ministério da Saúde e investimentos privados

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 66.000.000,00

Despesas Correntes: R\$

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 0,00

Produto 2: R\$ 7.000.000,00

Produto 3: R\$ 2.500.000,00

Produto 4: R\$ 1.000.000,00

Produto 5: R\$ 500.000,00

Produto 6: R\$ 35.000.000,00

Produto 7: R\$ 20.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2	X	X	X							
Produto 3	X									
Produto 4		X	X							
Produto 5		X	X							
Produto 6				X	X					
Produto 7					X	X				

Projeto 9:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Projetos de extensão universitária em todos os Municípios do Corede

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Secretaria do Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia; Secretaria Estadual de Educação, FAPERGS.
Escopo: Este projeto busca ampliar a realização de projetos de extensão universitária a todos os municípios do Corede, como instrumento de apoio para implementação de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social da Região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Realizar projetos de extensão universitária em todos os Municípios do Corede Central, de acordo com as características e necessidades de cada localidade.

Justificativa: Este projeto se justifica, uma vez que a Região Central dispõe de um elevado número de instituições de ensino superior, as quais possuem corpo técnico, laboratórios, recursos e conhecimento para auxiliar os Municípios da Região na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

Tais instituições têm a obrigatoriedade de destinar 10% da carga horária dos cursos de graduação para serem efetivados com ações de extensão. Dessa forma haverá uma significativa disponibilidade de estudantes para a realização de projetos de extensão. Contudo, esses projetos precisam atingir a comunidade com máximo de eficácia e eficiência possíveis de modo a propiciar o desenvolvimento social da Região Central do RS.

Beneficiários: Toda a população da Região do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: Ampliar o número de projetos de extensão universitária na Região

Médio prazo: Qualificar o processo de extensão universitária, tornando os projetos mais efetivos às realidades locais.

Longo prazo: Melhorar a qualidade de vida da população, por meio do desenvolvimento socioeconômico regional.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região

Diretriz: Ampliar a integração universidade-comunidade.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudo de demandas

Meta: Elaborar estudo com as demandas de projetos para os Municípios e as disponibilidades a serem atendidas pelas Instituições de Ensino Superior

Prazo: 12 meses

Produto 2: Realização de convênios

Meta: Firmar convênio com todos os Municípios para realização dos projetos de extensão universitária, considerando as demandas mapeadas no estudo

Prazo: 12 meses

Produto 3: Execução dos projetos de extensão universitária

Meta: Realizar no mínimo 1 projeto de extensão nas áreas mapeadas pelo Estudo de Demandas em cada Municípios

Prazo: 48 meses

Produto 4: Seminário Regional

Meta: Realização de uma edição anual de Seminário com todos os Municípios da Região para troca de experiências e avaliação metodológica

Prazo: 48 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: UFSM, UNIFRA, ULBRA, FAPAS, FISMA, Prefeituras Municipais, Coordenadoria Regional de Educação

Órgãos Públicos Envolvidos: Coordenadoria Regional de Saúde, Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias de Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente do Estado e Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: AMCENTRO, Corede

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00

Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$

Despesas Correntes: R\$ 8.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 200.000,00

Produto 2: R\$ 0,00

Produto 3: R\$ 7.000.000,00

Produto 4: R\$ 800.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2		X								
Produto 3		X	X	X	X					
Produto 4		X	X	X	X					

Projeto 10:**1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Estimular novos polos de ensino superior nos municípios da região

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Educação

Escopo: Este projeto visa estimular a criação de novos polos de ensino superior na Região, como forma de ampliar o acesso da população e o índice de pessoas com este nível de graduação, contribuindo assim com a melhoria deste indicador que se mostrou bastante baixo no Diagnóstico Técnico da Região Central.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aumentar o índice da população com ensino superior completo na Região do Corede Central
Justificativa: A qualificação formal é cada vez mais necessária para garantir a empregabilidade das pessoas e, também, sua capacidade de geração de emprego e renda. O diagnóstico realizado no Planejamento Estratégico apontou o êxodo da região como um dos principais problemas da região. Os municípios que conseguiram estancar a migração das pessoas para outras cidades e/ou regiões são, justamente, aqueles que implantaram Polos EAD. Embora nos polos EAD ocorra a afluência de pessoas de outras cidades e regiões, sabe-se que o maior número de matriculados é da região e, principalmente, do município onde o Polo está localizado Neste sentido, este projeto visa facilitar o acesso da população regional à educação de ensino superior.
Beneficiários: População do Corede Central
Resultados pretendidos: Curto prazo: implantação de 5 novos Polos EAD Médio prazo: Aumento da qualificação profissional dos moradores da Região do Corede Central Longo prazo: Aumento da fixação das pessoas na região
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região <u>Diretriz:</u> Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento para novos Polos EAD na Região

Meta: Realizar levantamento para identificar Municípios com potencial para instalação de novos Pólos de EAD

Prazo: 18 meses

Produto 2: Implantação e manutenção de novos Polos EAD

Meta: Implantação de 5 novos Polos EAD

Prazo: 48 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretaria Estadual de Educação, 8ª CRE, Secretarias Municipais de Educação

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Educação, 8ª CRE, Secretarias Municipais de Educação

Organizações parceiras: Universidade

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros: Realização de Convênio com Universidades

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00

Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 200.000,00
Despesas Correntes: R\$ 3.800.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 200.000,00 Produto 2: R\$ 3.800.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X	X	X					

Projeto 11:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementar a pedagogia de alternância
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 850.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação
Escopo: A necessidade de contemplar as atividades da família junto às atividades educacionais é de extrema relevância para o contexto regional, que tem como característica econômica a agropecuária. Neste sentido, implementar a pedagogia de alternância apresentar-se como uma opção para envolver os jovens na escola e na propriedade rural das famílias.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implementar a pedagogia de alternância nas escolas de ensino básico e fundamental.
Justificativa: A característica agropecuária da região ainda preserva boa parte de seus moradores na zona rural dos municípios. Em alguns casos, mesmo não residindo mais na zona rural, há a manutenção das propriedades rurais como fonte de recursos para manter a família. De acordo com os indicadores apresentados no Diagnóstico do Planejamento Estratégico, a Região apresenta uma evasão populacional significativa, especialmente dos municípios menores, que possuem a maior parte da população com residência na área rural. Pelos relatos colhidos nas reuniões de planejamento, esta migração populacional ocorre, em grande parte, pelos jovens que saem para estudar e não retornam para dar continuidade na propriedade da família. Neste sentido, este projeto visa, em especial, a implementação da pedagogia de alternância, como forma de utilizar as estruturas já disponíveis nas escolas municipais e estaduais para tratar também dos temas que envolvem as características microrregionais. Além disso, o modelo metodológico contemplará atividades na escola e nas propriedades, inserindo a escola nas atividades da família e vice-versa.
Beneficiários: Alunos das escolas de ensino básico e fundamental.
Resultados pretendidos: Curto prazo: desenvolver atividades alternando a pedagogia de sala de aula com atividades na família Médio prazo: capacitar os alunos com atividades complementares

Longo prazo: diminuir o êxodo rural

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região

Diretriz: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, reduzindo o nível de analfabetismo, a evasão escolar, a distorção idade-série,

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Capacitar professores e diretores para utilização de um novo modelo pedagógico

Meta: Capacitação realizada em pelo menos 38 escolas

Prazo: 18 meses

Produto 2: Implantação de oficinas e atividades complementares na escola

Meta: Oficinas e atividades em desenvolvimento

Prazo: 18 meses

Produto 3: Encontros microrregionais

Meta: Realização de encontros microrregionais de alunos e professores para troca de experiências

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Educação do Estado

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC, Cooperativas, Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 850.000,00

Fontes de recursos: Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Educação do RS

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos: R\$ 200.000,00

Despesas Correntes: R\$ 650.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 300.000,00

Produto 2: R\$ 500.000,00

Produto 3: R\$ 50.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2			X	X						

Produto 3			X	X						
-----------	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--

Projeto 12:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ressocialização de apenados e dependentes químicos
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Coordenadoria Regional de Educação
Escopo: Viabilizar medidas de ressocialização para apenados e dependentes químicos por meio da capacitação, da oferta de trabalho e de condições dignas para manutenção financeira fora do crime, reduzindo os índices de criminalidade e de uso de drogas.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dar condições de ressocialização social para privados de liberdade, egressos do sistema penal e dependentes químicos.
Justificativa: O consumo e o tráfico de drogas são tidos como os maiores motivadores para a ocorrência dos crimes de roubos, furtos, assassinatos e homicídios, os quais são passíveis de prisão. A falta de segurança nos presídios permite que os apenados instituem um “Estado paralelo”, no qual comandam diversos tipos de crimes em todo o País. Os presos, à medida em que são alojados com nos presídios formam “uma escola do crime”, levando à reincidência, a maioria dos que são absolvidos. Assim, é necessário investir maciçamente em programas que proporcionem o reingresso desses apenados à sociedade, através de acesso à educação básica e profissionalizante. Deste modo, terão condições de competir no mercado de trabalho, de se sustentar e prover condições dignas para si e, quando for o caso, para suas famílias. Mesmo durante o período em que o apenado estiver cumprindo pena, quando possível é necessário que o mesmo trabalhe, para que exerça atividades que proporcionem valor à sociedade e permita que ele interaja com ela, de modo a se inserir e se reincluir. Entretanto, esse trabalho precisa ser fiscalizado. Ainda se faz necessário o apoio da iniciativa privada, em parceria com o poder público, no sentido de proporcionar aos apenados, opções de trabalho. Nesse contexto, projetos relacionados ao fomento de cursos profissionalizantes como, por exemplo, de pintor, garçom, marcenaria, cozinha, entre outros que proporcionem aos apenados uma opção de trabalho, podem se constituir como alternativa para trabalhar a inserção dessas pessoas em sociedade e atraí-las para novas formas de convívio e interação.
Beneficiários: Apenados e dependentes químicos dos presídios e das casas de recuperação instaladas no Corede Central
Resultados pretendidos: Curto prazo: inserção de apenados e dependentes químicos no mercado de trabalho Médio prazo: redução nos crimes cometidos por reincidência Longo prazo: redução no uso de drogas e nos índices de criminalidade
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região. <u>Diretriz:</u> Desenvolver projetos e ações que visem a redução da pobreza, a inclusão e a assistência social.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implantação do Protocolo de Ação Conjunta (PAC) nas cidades que sediam presídios no Corede Central

Meta: Implantação do PAC

Prazo: 18 meses

Produto 2: Capacitações para apenados e dependentes químicos

Meta: Realização de cursos profissionalizantes

Prazo: 36 meses

Produto 3: Formação de parcerias com empresas e instituições para inserção no mercado de trabalho

Meta: Termo de adesão formalizado com empresas e instituições

Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Coordenadoria Regional de Educação, Comando Regional da Brigada Militar, Delegacia Regional da Polícia Civil, Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública do RS, Prefeituras Municipais, Brigada Militar, Polícia Civil e Susepe

Organizações parceiras: Empresas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00

Fontes de recursos: Fundo Estadual de Segurança Pública

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos: R\$ 600.000,00

Despesas Correntes: R\$

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 0,00

Produto 2: R\$ 600.000,00

Produto 3: R\$ 0,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X	X					
Produto 3			X							

8.3 ESTRATÉGIA: AMPLIAR E QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA REGIONAL**Projeto 1:**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Acesso asfáltico aos municípios
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 226.700.000,00
Duração do projeto: 84 meses
Responsável pela implementação: DAER
Escopo: Qualificar a mobilidade regional, por meio da pavimentação dos acessos aos municípios de Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra, melhorando o deslocamento de pessoas, a movimentação de cargas e a interligação dos municípios com os demais pontos da Região e do Estado.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Pavimentar os acessos aos municípios de Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra.
Justificativa: A Região Central é reconhecida pela sua localização privilegiada no Estado, uma vez que por ela passam e milhares de veículos de passeio e de carga com diferentes destinos do Estado e fora dele. O Corede Central é importante ponto de ligação entre o chamado arco de fronteira, a capital do Estado e o Porto do Rio Grande, através das rodovias BR-287, BR-158 e BR-392, que convergem para Santa Maria. Os trechos ao sul de Santa Maria, das estradas BR-392 e BR-158, fazem a ligação do Corede com a BR-290, que atravessa o Estado no sentido oeste-leste. O trecho ao norte de Santa Maria da BR-158 faz a ligação do Corede com Cruz Alta e Palmeira das Missões, seguindo em direção à BR-386. Entretanto, mesmo com todas as possibilidades de ligação às principais rodovias Estaduais e Federais, verifica-se ainda que cinco municípios do Corede Central, atualmente, não possuem acesso asfáltico: Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra. Esta ausência de infraestrutura logística dificulta sobremaneira o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, aumentando as distâncias entre os núcleos urbanos da Região e desses com os centros regionais de maior porte, como Santa Maria. Diante disso, o presente projeto aborda a necessidade da instalação de acessos asfálticos aos municípios citados, como importante aspecto na melhoria da qualidade de vida das pessoas que necessitam destes trajetos para moradia, trabalho ou turismo regional.
Beneficiários: População do Corede Central, especialmente dos municípios de Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra.
Resultados pretendidos: Curto prazo: melhoria das condições de trafegabilidade nos municípios da Região; Médio prazo: redução de acidentes, de prejuízos com escoamento da produção e aumento de turistas à Região; Longo prazo: melhoria da qualidade de vida e permanência dos jovens no campo.
Alinhamento Estratégico: Estratégia: Ampliar e qualificar a infraestrutura regional Diretriz: Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Conclusão do acesso asfáltico à Ivorá, via BR 158
Meta: Pavimentação de 4 km
Prazo: 10 meses

Produto 2		X	X	X						
Produto 3		X	X	X						
Produto 4	X									
Produto 5			X	X	X	X	X			
Produto 6			X	X	X	X				
Produto 7			X	X	X	X				

Projeto 2:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recuperação e melhoria de estradas vicinais
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 125.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação:
Escopo: Recuperação e qualificação das estradas vicinais dos Municípios, com aquisição de máquinas e equipamentos para as Patrulhas Agrícolas e licenciamento de novas jazidas para realizar os serviços de nivelamento e empedramento de vias, abertura de valas, instalação de bueiros e canalização da drenagem pluvial.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de máquinas e equipamentos e licenciamento de novas jazidas para recuperar e qualificar as estradas municipais com nivelamento, empedramento, abertura de valas, instalação de bueiros e canalização pluvial.
Justificativa: A maioria dos municípios (11) da Região Central apresenta população superior à 50% com domicílio na zona rural, utilizando estradas de terra que necessitam de manutenção frequente, devido às intempéries e da formação montanhosa em diversas partes dos municípios. Além disso, outra característica regional é a produção agropecuária de grande escala nos municípios de Pinhal Grande, Tupaciretã, Júlio de Castilhos, Jari e Quevedos e de pequenas propriedades nos demais municípios. Em ambos os casos, há a utilização das estradas vicinais para transporte de insumos até as propriedades rurais e de animais, grãos e outras culturas até as cooperativas, abatedouros, feiras, mercados, supermercados e clientes finais. Diante dessa necessidade, este projeto aborda a necessidade de aplicação de recursos na manutenção e qualificação de estradas vicinais nos municípios.
Beneficiários: População do Corede Central, especialmente a residente na zona rural dos municípios.
Resultados pretendidos: Curto prazo: manutenção das estradas vicinais Médio prazo: qualificação das estradas vicinais com investimentos em drenagem, empedramento e nivelamento Longo prazo: melhoria das condições para mobilidade de pessoas e de cargas
Alinhamento Estratégico: Estratégia: Ampliar e qualificar a infraestrutura regional Diretriz: Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Melhorias das estradas vicinais
Meta: Nivelamento, empedramento e instalação de drenagem (bueiros e tubulação)
Prazo: 60 meses
Produto 2: Patrulhas agrícolas

Meta: Aquisição de moto niveladoras, rolos compactadores, retroescavadeiras e caçambas para as patrulhas agrícolas

Prazo: 24 meses

Produto 3: Licenciamento de jazidas

Meta: Licenciamento de novas jazidas em todos os municípios para atender as demandas de empedramento

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Agricultura e Obras

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Obras do Estado, FEPAM e Governo Federal

Organizações parceiras: AMCENTRO e CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 125.000.000,00

Fontes de recursos: Orçamentos públicos federais, estaduais e municipais

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:

Investimentos: R\$ 120.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 5.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 70.000.000,00

Produto 2: R\$ 50.000.000,00

Produto 3: R\$ 5.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X	X					
Produto 2	X	X								
Produto 3		X	X							

Projeto 3:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Universalizar o acesso à internet e telefonia móvel

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 20.500.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação:

Escopo: Realizar estudo para mapeamento da infraestrutura e dos “pontos cegos” para os serviços de internet e telefonia móvel na região, bem como, reivindicar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar e qualificar a disponibilidade dos serviços de telefonia móvel e de acesso à internet em todos os municípios do Corede.

Justificativa: Não há como se pensar em desenvolvimento regional sem que a população tenha serviços básicos de qualidade, como o acesso a tecnologia da informação.

As comunicações do Corede Central, de acordo com o Censo 2010, apontam para 37,8% dos domicílios com acesso à internet e 89,5% com celulares. As médias estaduais são de 33,9%, e 90,7%. No meio rural, toda a faixa a oeste da Região tem atendimentos muito baixos de telefonia fixa, com menos de cinco telefones por 100 domicílios.

Problemas básicos, como a dificuldade do produtor rural em emitir nota fiscal eletrônica por não ter acesso a redes de internet com qualidade trancam o desenvolvimento e desaquece a economia local. Empresas de médio/grande porte localizadas em municípios de pequeno porte também sofrem pela ineficiência de serviços.

O fortalecimento das redes físicas para melhoria do acesso à telefonia móvel e a internet são fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: mapeamento das necessidades de investimentos para melhoria dos serviços prestados

Médio prazo: estruturação dos locais sem acesso ou com deficiência de acesso à internet e telefonia móvel

Longo prazo: melhorar os serviços prestados, eliminando os pontos sem acesso à internet, bem como, qualificando os pontos com deficiência de acesso.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Ampliar e qualificar a infraestrutura regional

Diretriz: Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento de deficiências

Meta: Estudo com mapeamento completo dos “pontos cegos”, deficiências de infraestrutura e com as medidas a serem implementadas para melhoria dos serviços

Prazo: 18 meses

Produto 2: Reivindicação de melhorias

Meta: Articulação com as concessionárias operadoras dos serviços para viabilizar os investimentos necessários

Prazo: 12 meses

Produto 3: Execução dos investimentos necessários para melhorias na disponibilidade de acesso à internet e telefonia celular

Meta: Investimentos realizados

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Prefeituras Municipais, Anatel e empresas fornecedoras de serviço

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais AMCENTRO E CIRC

Organizações parceiras:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 20.500.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações, Secretaria e Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado e investimentos privados.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 20.500.000,00
Despesas Correntes: R\$
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 500.000,00 Produto 2: R\$ 0,00 Produto 3: R\$ 20.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X								
Produto 3			X	X	X					

Projeto 4:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Coleta, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 57.000.000,00
Duração do projeto: 84 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais e CIRC
Escopo: Viabilizar alternativas para reduzir custos com a coleta e tratamento do lixo nos municípios, bem como melhorar o reaproveitamento do lixo por meio da reciclagem, da geração de adubo orgânico, da geração de energia e de outros subprodutos a partir dos resíduos sólidos. Além disso, este projeto também visa reduzir a carga de resíduos sólidos depositada em aterros e lixões.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Reduzir os gastos públicos com a coleta e o tratamento do lixo, bem como viabilizar alternativas de reaproveitamento do mesmo na geração de subprodutos que possam ser reutilizados na região.
Justificativa: Em relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do Corede é de 73,54%, abaixo das taxas médias do Estado e do Brasil. As taxas municipais desse Corede possuem valores que variam entre 24,94% (Jari) e 97,90% (Santa Maria), condição que evidencia a necessidade de orientar ações para atingir a universalização desse serviço, principalmente nas áreas consideradas de difícil acesso. A gestão dos resíduos sólidos costuma ser um problema para os pequenos municípios, principalmente no que tange ao manejo e à disposição final. Assim, deve-se registrar que todos os municípios do Corede Central participam do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado (CIRC). A sede do Consórcio

está localizada em Santa Maria, para onde os resíduos são transportados e têm a sua disposição final.

A coleta seletiva domiciliar ocorre em quatro dos dezenove municípios do Corede, condição que auxilia na diminuição dos volumes destinados aos aterros sanitários e aterros controlados. Segundo a PNSB, em 2008, Ivorá, Nova Palma, Santa Maria e Toropi já realizavam a coleta seletiva. É importante ressaltar que persistem ainda, em quase todos os municípios, práticas inadequadas na destinação do lixo.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: reduzir os gastos públicos com a coleta e tratamento dos resíduos sólidos;

Médio prazo: gerar subprodutos com o reaproveitamento dos resíduos sólidos;

Longo prazo: reduzir a carga de resíduos sólidos despejados no meio ambiente;

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Ampliar e qualificar a infraestrutura regional

Diretriz: Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudo de viabilidade técnica para usina de beneficiamento dos resíduos sólidos

Meta: Estudo realizado com alternativas que atendam a realidade regional

Prazo: 12 meses

Produto 2: Audiências Públicas

Meta: Realização de audiências públicas para escolha e homologação do local de implantação da usina (Lei Federal 10.257/01)

Prazo: 12 meses

Produto 3: Viabilização de local para instalação de usina de beneficiamento dos resíduos sólidos

Meta: Local escolhido e licenciado à instalação da usina

Prazo: 36 meses

Produto 4: Acordo regional entre municípios

Meta: Acordo firmado com compromissos entre os municípios e benefícios para a comunidade

Prazo: 12 meses

Produto 5: Instalação da usina de beneficiamento dos resíduos sólidos

Meta: Usina instalada e em funcionamento

Prazo: 24 meses

Produto 6: Campanhas de divulgação e conscientização

Meta: Realização de campanhas em todos os municípios sobre a importância da correta destinação dos resíduos sólidos e o reaproveitamento dos mesmos.

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Prefeituras Municipais, FEPAM e potenciais investidores

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, FEPAM, AMCENTRO, CIRC

Organizações parceiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Instituto Federal Farroupilha (IFF), potenciais investidores.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 57.000.000,00
Fontes de recursos: Orçamentos Públicos Federal, Estadual e Municipais e recursos de investidores privados
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 56.000.000,00
Despesas Correntes: R\$ 1.000.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.400.000,00
Produto 2: R\$ 100.000,00
Produto 3: R\$ 2.500.000,00
Produto 4: R\$ 0,00
Produto 5: R\$ 50.000.000,00
Produto 6: R\$ 2.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2		X								
Produto 3			X	X	X					
Produto 4			X							
Produto 5						X	X			
Produto 6							X			

Projeto 5:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Saneamento básico regional
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais
Escopo: Implantação e execução dos planos municipais de Saneamento Básico nos municípios da Região

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implantar as leis municipais de saneamento básico em todas cidades da Região Central
Justificativa: O tema do saneamento deve ser foco de políticas públicas abrangentes e eficazes, não somente de planos, mas de execução de projetos e ações que deem conta da melhoria da qualidade de vida da população. Este amplia a visão e a relação sociedade e meio ambiente. Em relação ao saneamento básico, sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Na Região, os serviços de água e esgoto são

prestados pela Corsan em treze dos dezenove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Santa Maria, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã. Em cinco municípios, os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas: Dilermando de Aguiar, Jari, Pinhal Grande, Quevedos e São João do Polêsine. Santa Maria é o único município do COREDE com esgoto tratado atingindo o percentual de 76%. Os demais municípios não contam com esgoto tratado ou não apresentaram informação.

Nessa perspectiva, os planos de saneamento municipais, se constituem em uma ferramenta de vital importância para que seja possível realizar ações de forma conjunta e organizada, que contemplem as necessidades de toda a população em se tratar de saneamento básico. Com a publicação da Lei nº 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2014, a Prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico.

O saneamento básico foi definido pela Lei nº 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativo aos processos de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: elaborar os Planos de Saneamento Básico em todos os municípios

Médio prazo: implantar os Planos de Saneamento Básico em todos os municípios

Longo prazo: reduzir a incidência de doenças relacionadas ao consumo de água e melhorar a qualidade da água dos rios e arroios e solo

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Ampliar e qualificar a infraestrutura regional

Diretriz: Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Leis municipais para regulamentar o saneamento básico

Meta: Legislação aprovada e em vigor nos 19 Municípios da Região

Prazo: 48 meses

Produto 2: Execução dos Planos de Saneamento Básico

Meta: Todos os municípios com os Planos de Saneamento Básico implementados

Prazo: 120 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Prefeituras Municipais, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, CIRC e AMCENTRO

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Prefeituras Municipais, CIRC e AMCENTRO

Organizações parceiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Comitê Regional de Bacia

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Sim

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000.000,00

Fontes de recursos: Orçamentos públicos federais, estaduais e municipais,

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 180.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 20.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 0,00

Produto 2: R\$ 200.000.000,00 (6 municípios x 15.000.000,00) + (12 municípios x 5.000.000,00) + (1 município x 50.000.000,00)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Produto 1	X	X	X	X						
Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Projeto 6:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Ampliar e qualificar a distribuição da energia elétrica

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais

Escopo: Este projeto visa desenvolver um plano de investimentos para o fornecimento de energia elétrica, a ser apresentado para as concessionárias operadoras, como instrumento de reivindicação às limitações atualmente encontradas para o desenvolvimento socioeconômico da Região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Desenvolver um plano de investimentos para ampliar e qualificar o fornecimento de energia elétrica na Região, considerando as demandas atuais e futuras.

Justificativa: De acordo com o Balanço Energético 2013 da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), o Corede Central posiciona-se em décimo primeiro lugar entre os Cordes do Estado relativamente ao consumo de energia, que é de 766.273.760 kWh, o que representa 2,8% do total. Dezenove municípios compõem esse Corede, sendo que apenas Santa Maria é responsável por dois terços do seu consumo energético, com 68% do total, seguido por Agudo (7,8%) e Faxinal do Soturno (6,3%).

Os municípios são atendidos em sua maior parte pela empresa AES Sul, enquanto uma pequena parte é servida pela empresa Rio Grande Energia S.A. (RGE) e, de acordo com o estudo Rumos 2015, em 2004, havia linhas de média e baixa transmissão cortando a Região, que atendiam satisfatoriamente o baixo consumo registrado na mesma.

Mesmo assim, pelo presente estudo, o município de Santa Maria concentra gargalos em transmissão energética, assim como as áreas rurais de todos os municípios, que em sua maioria são desprovidas de redes trifásicas de abastecimento, prejudicando a instalação de equipamentos para armazenagem e beneficiamento

da produção agropecuária.
Beneficiários: População do Corede Central
Resultados pretendidos: Curto prazo: eliminar problemas estruturais da rede elétrica. Médio prazo: melhorar a prestação de serviços aos consumidores. Longo prazo: fornecer energia de qualidade e sem ineficiência a população.
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Ampliar e qualificar a infraestrutura regional <u>Diretriz:</u> Qualificar a distribuição da energia elétrica.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Plano de investimentos para ampliar e qualificar o fornecimento de energia Meta: Plano de investimentos elaborado, considerando as atuais e futuras da Região. Prazo: 18 meses
Produto 2: Audiências Públicas com a comunidade e concessionárias Meta: Realizar audiências públicas nas 3 microrregiões para validar e consolidar o plano de investimentos Prazo: 12 meses
Produto 3: Articulação com concessionárias Meta: Articulação com as concessionárias para realização dos investimentos necessários Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretaria de Minas e Energia, Prefeituras Municipais, CIRC e AMCENTRO
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Minas e Energia, Prefeituras Municipais, AGERGS, CIRC
Organizações parceiras: Concessionárias de energia elétrica

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Minas e Energia e Concessionárias de Energia Elétrica
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: R\$ 450.000,00
Despesas Correntes: R\$ 50,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 500.000,00 Produto 2: R\$ 0,00 Produto 3: R\$ 0,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2			X							
Produto 3			X	X						

Projeto 7:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Duplicação asfáltica à região metropolitana
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação:
Escopo: Realizar articulação junto ao Governo Federal e Estadual para elaboração de um projeto executivo de duplicação rodoviária via BR-290 ou BR-287 com a Região Metropolitana, facilitando o acesso da Região Central e Fronteira Oeste à Capital do Estado.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Articular com o Governo Estadual e Federal para elaboração de um projeto executivo de duplicação rodoviária da Região Central com a Região Metropolitana, via BR-290 ou BR-287.
Justificativa: O Corede Central concentra 3,6% da população do Estado e apresenta uma rede urbana relativamente dispersa, na qual a Capital Regional (Santa Maria) concentra 66% da população. A circulação de mercadorias utiliza os modais rodo, ferro e aeroviário, e a circulação de passageiros utiliza as redes rodoviária e aérea. Considerando-se o modal rodoviário, o Corede é importante ponto de ligação entre o chamado arco de fronteira, a capital do Estado e o Porto do Rio Grande, através das rodovias BR-287, BR-158 e BR-392, que convergem para Santa Maria. Os trechos ao sul de Santa Maria, das estradas BR-392 e BR-158, fazem a ligação do Corede com a BR-290, que atravessa o Estado no sentido oeste-leste. O trecho ao norte de Santa Maria da BR-158 faz a ligação do Corede com Cruz Alta e Palmeira das Missões, seguindo em direção à BR-386. Segundo o estudo Rumos 2015, o modal rodoviário de cargas transporta os produtos das lavouras do norte e do oeste do Estado e concentra boa parte das mesmas nos terminais ferroviários. No Corede, o transporte rodoviário de cargas locais está articulado ao modal ferroviário através dos entroncamentos da América Latina Logística (ALL) localizados nos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria. Às cargas locais somam-se os volumes já embarcados nos demais entroncamentos rodoferroviários oriundos de outras regiões do Estado, seguindo em direção a Uruguaiana, ou à capital do Estado, ou ainda ao Porto do Rio Grande. Pelas rodovias que cortam a região também circulam milhares de turistas com destino aos países vizinhos, bem como, no fluxo contrário, dos mesmos em direção à região metropolitana e até outros Estados. Neste sentido, pela significativa posição geográfica, a Região Central possui um importante papel de ligação entre as diversas regiões do Estado, tanto para movimentação de cargas, como de pessoas.
Beneficiários: População do Corede Central
Resultados pretendidos: Curto prazo: reduzir o tempo de deslocamento entre as duas regiões;

Médio prazo: reduzir o número de acidentes de trânsito com rodovias em melhores condições de trafegabilidade

Longo prazo: facilitar a logística de pessoas e de cargas

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Ampliar e qualificar a infraestrutura regional

Diretriz: Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Articulação política

Meta: Articulação das regiões Central e Fronteira Oeste com representantes do Governo Estadual e Federal contratação do projeto executivo

Prazo: 18 meses

Produto 2: Contratação de estudo técnico

Meta: Estudo técnico contratado e realizado indicando as melhores alternativas para duplicação rodoviária da Região Central com a Região Metropolitana

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Prefeitos Municipais, AMCENTRO, CIRC e Corede

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Planejamento do Estado, Ministério dos Transportes, DNIT

Organizações parceiras:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00

Fontes de recursos: DNIT e Ministério dos Transportes

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 4.000.000,00

Despesas Correntes: R\$

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 0,00

Produto 2: R\$ 4.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X						

8.4 ESTRATÉGIA: GERAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO EMPREENDEDORISMO, À AGREGAÇÃO DE VALOR E AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO

Projeto 1:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Regularização fundiária no meio rural
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 13.500.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
Escopo: Regularizar os imóveis rurais, possibilitando e demarcação legal da posse do imóvel e sua individualização, facilitando o acesso há políticas públicas, tais como Pronaf, Minha Casa Minha Vida, Previdência Social, Bloco de Produtor gerando renda e impostos e fortalecendo a sucessão rural.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Regularizar os Imóveis Rurais na Agricultura Familiar através de Georreferenciamento, a fim de possibilitar a individualização dos imóveis junto aos Cartórios de Registros, INCRA e Receita Federal.
Justificativa: No trabalho do dia dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, tem se identificado que mais de 90% das propriedades rurais encontram-se em condomínio, no qual os agricultores possuem o imóvel, mas não detém, legalmente, os limites da demarcação territorial da propriedade. Este fato tem apresentado grandes transtornos aos agricultores familiares, limitando-os do acesso às políticas públicas e até gerando conflitos entre herdeiros e lindeiros. A individualização dos imóveis não tem ocorrido principalmente devido os custos com medição e também com a burocracia para extinguir o condomínio, já que é necessária a anuência dos condôminos para que a parcela seja individualizada. Por exigência do INCRA e da Receita Federal os imóveis rurais devem ser individualizados ou cadastrados no condômino, ou seja, se uma matrícula possui 100 hectares dividida com 20 proprietários dentro do condomínio, o INCRA emitirá apenas um certificado de Imóvel Rural para os 100 hectares. Da mesma forma, a Receita Federal, para fins de Declaração de Imposto Territorial, emitirá apenas um Número do Imóvel na Receita Federal - NIRF, fazendo com que todos os condôminos fiquem atrelados a apenas uma única inscrição. A individualização do Imóvel permite maior autonomia ao agricultor, favorece a sucessão familiar e o acesso aos direitos básicos dos agricultores.
Beneficiários: Agricultores familiares possuidores de Imóveis de até 4 módulos fiscais, que possuem área em condomínio.
Resultados pretendidos: Curto prazo: individualização dos imóveis rurais. Médio prazo: facilitar o acesso dos agricultores às políticas públicas Longo prazo: aumentar o número de unidades produtivas e estimular a sucessão familiar.
Alinhamento Estratégico: <u>Estratégia:</u> Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção <u>Diretriz:</u> Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Georreferenciamento das propriedades rurais em condomínio. Meta: Realizar medição e mapeamento em 2.000 propriedades rurais com uso de georreferenciamento. Prazo: 24 meses

<p>Produto 2: Escritura Pública Meta: Realizar a Escritura Pública de localização e demarcação das propriedades rurais demarcadas. Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Matrícula dos imóveis Meta: Obter a matrícula dos imóveis demarcados junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 4: Cadastros legais Meta 1: Realizar o cadastro dos Imóvel junto ao INCRA através da UMC (Unidade Municipal de Cadastro). Meta 2: Realizar o cadastro junto á Receita Federal para gerar a NIRF para fins de Imposto Territorial Rural. Prazo: 24 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Astresma, ARCA
Órgãos Públicos Envolvidos: Cartórios, Tabelionatos, Unidade Municipal de Cadastro do Incra, Receita Federal.
Organizações parceiras: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 13.500.000,00
Fontes de recursos: Orçamento Federal, Estadual e recursos dos agricultores beneficiários
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 13.000.000,00
Despesas Correntes: R\$ 500.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 10.000.000,00 Produto 2: R\$ 1.500.000,00 Produto 3: R\$ 1.500.000,00 Produto 4: R\$ 500.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X							
Produto 3			X	X						
Produto 4				X	X					

Projeto 2:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Água como fator de desenvolvimento
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 32.984.000,00
Duração do projeto: 72 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente.
Escopo: Construir micro açudes, barragens e cisternas para atender as demandas de água no meio rural, visando potencializar o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar a disponibilidade de água para atender às demandas de produção e de abastecimento das propriedades rurais.

Justificativa: O desenvolvimento das atividades de fruticultura, olericultura, bovino de leite, piscicultura e outros são altamente dependentes da disponibilidade de água.

Beneficiários: Produtores rurais dos municípios do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: ampliar e potencializar áreas de produção, regularizar a oferta de produtos e diversificar a oferta de produtos na nossa região.

Médio prazo: aumentar a produção a produtividade e a renda da agropecuária;

Longo prazo: tornar e ou manter as propriedades econômica e ambientalmente viáveis, evitando o êxodo rural.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção

Diretriz: Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Projetos de licenciamento ambiental e topográfico para reforma e construção de depósitos de água.

Meta: 1330 projetos elaborados

Prazo: 60 meses

Produto 2: Construção de açudes, barragens e cisternas

Meta: 1330 projetos implantados

Prazo: 60 meses

Produto 3: Projeto de licenciamento ambiental, topográfico e cálculos para implantação de sistemas de irrigação.

Meta: 1330 projetos

Prazo: 60 meses

Produto 4: Implantação de projetos de irrigação

Meta: 1330 projetos

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e EMATER.

Órgãos Públicos Envolvidos: FEPAM, Secretarias Municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e EMATER.

Organizações parceiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Instituto Federal Farroupilha (IFF), Associação de Municípios da Região Centro (AMCENTRO), Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, SENAR, SEBRAE, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 32.984.000,00

Fontes de recursos: Orçamento Federal, Estadual e Municipal e os beneficiários

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 31.255.000,00

Despesas Correntes: R\$ 1.729.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 798.000,00

Produto 2: R\$ 19.950.000,00

Produto 3: R\$ 931.000,00

Produto 4: R\$ 11.305.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X	X					
Produto 2		X	X	X	X	X				
Produto 3	X	X	X	X	X					
Produto 4		X	X	X	X	X				

Projeto 3:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Qualificar a infraestrutura e os profissionais para o desenvolvimento turístico regional

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 4.300.000,00

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Turismo

Escopo: Captar recursos e investimentos para qualificar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade turística na Região Central, por meio da melhoria na sinalização, nos pórticos, monumentos, museus, praças, acessos aos pontos turísticos, entre outros. Junto a isto, qualificar os profissionais e operadores do trade turístico para o desenvolvimento turístico com capacitações, oficinas, rodadas de negócio, viagens técnicas e seminários.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar a geração de empregos e renda na região com a exploração turística dos municípios.

Justificativa: De acordo com os dados levantados no Diagnóstico do Planejamento Estratégico Regional, o setor de comércio e serviços apresenta o maior número de empreendimentos instalados nos municípios da Região, especialmente em Santa Maria, que atua como uma capital regional para os demais municípios em serviços essenciais, tais como educação, saúde, segurança pública, além de entretenimento. Ainda, segundo o Diagnóstico, a Região possui como característica a preservação de recursos e belezas naturais que, pela formação geomorfológica regional, torna-se uma opção de lazer e turismo rural e de aventura.

Além disso, a diversidade cultural da Região produz um volume significativo de opções para festas, eventos, culinárias e atrações culturais que movimentam o comércio e os serviços dos municípios da região.

Neste sentido, este projeto se justifica com o propósito de qualificar a infraestrutura voltada ao turismo, bem como os profissionais atuantes no trade turístico.

Beneficiários: Empreendedores e profissionais do trade turístico.

Resultados pretendidos:

Curto prazo: qualificar a infraestrutura e os profissionais para o turismo

Médio prazo: ampliar o número de turistas na região

Longo prazo: aumentar a geração de empregos e renda, a partir da atividade turística na região

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção.

Diretriz: Viabilizar investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Inventário turístico regional

Meta: Ter um inventário turístico de cada município

Prazo: 24 meses

Produto 2: Qualificação de pontos turísticos

Meta: Qualificar os acessos e os pontos turísticos mapeados nos inventários turísticos

Prazo: 24 meses

Produto 3: Ampliar e qualificar a sinalização turística

Meta: Instalação de placas em rodovias, estradas e pontos turísticos

Prazo: 12 meses

Produto 4: Qualificação dos profissionais do trade turístico

Meta: Realização de capacitações com todos os profissionais envolvidos no trade turístico da região

Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Turismo

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Turismo e Ministério do Turismo

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC, Condesus

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.300.000,00
Fontes de recursos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Turismo e Ministério do Turismo
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 4.000.000,00
Despesas Correntes: R\$ 300.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 1.000.000,00 Produto 2: R\$ 2.000.000,00 Produto 3: R\$ 800.000,00 Produto 4: R\$ 500.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X						
Produto 3			X	X						
Produto 4		X	X							

Projeto 4:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Industrialização e desenvolvimento de serviços nas cadeias potenciais na região
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.600.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais e Corede
Escopo: Estimular a industrialização e o desenvolvimento de serviços nas cadeias potenciais mapeadas no Planejamento Estratégico do Corede Central

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar o número de investimentos e empreendimentos industriais e de serviços na região
Justificativa: O VAB do setor industrial do Corede Central tem a maior representatividade na construção civil, com 38,4%, na indústria de transformação, com 36,8%, e na produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública (SIUP), com 23,4%. A indústria de transformação do Corede responde por apenas 0,9% do total do Estado. A fabricação de produtos alimentícios responde por 60,82% do VAB da indústria de transformação, principalmente na moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais e no abate e fabricação de produtos de carne. Com 17,70%, a fabricação de bebidas vem a seguir. Outros segmentos não alcançam 10%. De acordo com estimativa baseada no número de estabelecimentos industriais com vínculo ativo, em 2011 a região possuía 785 estabelecimentos industriais e em 2014

764. O município de Santa Maria abriga 67,6% do total de estabelecimentos. Os esforços para a consolidação de Santa Maria como polo industrial resultaram no crescimento da participação do município no produto industrial do Estado de 0,41%, em 1990, para 0,94% em 2006. Essa participação alcançou 1,09% em 2012. O mesmo se refere ao número de empregados na indústria de transformação, que aumentou 157% entre 1995 e 2012, enquanto no Estado o aumento foi de 43,1%. No VAB do setor de serviços, a administração pública representa 28,7% do total, seguida pelo comércio e serviços de manutenção e reparação, com 21,6%. O município de Santa Maria se destaca em todos os segmentos dos serviços, alcançando 93,6% do total do Corede.

Por conta dos dados e informações apresentados, justifica-se a elaboração de um projeto focado na industrialização e desenvolvimento de serviços em cadeias potenciais, diversificando a atuação destes setores e, ao mesmo tempo, complementando a economia local.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: ter áreas disponíveis para instalação de empreendimentos

Médio prazo: ampliar o número de investimentos e empreendimentos instalados na região

Longo prazo: aumentar a geração de empregos e renda

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção

Diretriz: Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Viabilizar áreas e infraestrutura básica para instalação de empreendimentos industriais e de serviços nos municípios da Região

Meta: Áreas e infraestrutura concluídas

Prazo: 36 meses

Produto 2: Implementar políticas públicas de incentivo aos empreendimentos industriais e de serviços nos municípios

Meta: Leis de incentivo aprovadas, sancionadas e em vigor em todos os municípios da região

Prazo: 12 meses

Produto 3: Captação de investimentos e empreendimentos para a região

Meta: Escritório de captação de investimentos e empreendimentos (Sala do Investidor) junto ao Corede implementado e em funcionamento

Prazo: 24 meses

Produto 3: Capacitações e desenvolvimento de novos negócios

Meta: Seminários regionais e estaduais com rodadas de negócios

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Corede, Sebrae, Prefeituras Municipais

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Organizações parceiras:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.600.000,00
Fontes de recursos: Sebrae, Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 7.100.000,00
Despesas Correntes: R\$ 500.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 7.000.000,00 Produto 2: R\$ 0,00 Produto 3: R\$ 300.000,00 Produto 4: R\$ 300.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X						
Produto 2		X								
Produto 3			X	X						
Produto 4	X	X								

Projeto 5:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Desburocratizar o registro e licenciamento de negócios
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Sebrae
Escopo: Agilizar e desburocratizar os processos que envolvem o registro e licenciamento de negócios na região

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Reduzir o número de etapas e o tempo médio para registro e licenciamento de negócios na região
Justificativa: De acordo com o projeto <i>Global Entrepreneurship Monitor (GEM)</i> , em geral os brasileiros são favoráveis à atividade empreendedora e tem uma visão positiva a respeito dos indivíduos envolvidos com negócios próprios. Isto pode ser constatado pelo fato de que, em 2015, entre 70% e 80% dos brasileiros concordaram que abrir um negócio próprio é uma opção desejável de carreira. Especialistas entrevistados no mesmo estudo apontaram alguns limitantes à atividade empreendedora, dentre os quais, as políticas públicas respondem por 54% das opiniões, sendo o excesso de burocracia para abertura, funcionamento e encerramento dos negócios o ponto principal dessa questão. Soma-se ao mesmo tema a alta carga tributária e a complexidade da legislação brasileira, que aumentam o custo da operação e tornam os negócios menos competitivos.

O cenário burocrático para a abertura de uma empresa, e depois a obtenção de todas as licenças e pagamento de tributos para que o negócio possa funcionar regularmente, é um dos principais entraves que fazem com que o empreendedor deixe sua ideia no papel.

No Brasil, diversos avanços legais já ocorreram com o objetivo de reduzir o tempo médio de registro e legalização de empresas, em especial das micro e pequenas empresas, que representam mais de 99% das empresas do país. O Art. 179 da Constituição Federal/88 estabeleceu tratamento jurídico, diferenciado, favorecido e de incentivo assegurado para as micro e pequenas empresas. Esta legislação foi ampliada com a publicação da Lei Complementar Federal 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Além disso, em 2007, o Governo Federal publicou a Lei 11.598/2007, a qual deu origem à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), com o propósito de integrar todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, alteração e baixa de empresas. De acordo com Brasil (2015), somente cinco Estados estão com os processos integrados e outros quatro estão na fase de integração dos processos, sendo o Rio Grande do Sul (RS) um desses Estados.

Beneficiários: Empreendedores e contadores do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: aumentar o número de estabelecimentos formais na região

Médio prazo: reduzir o tempo médio para registro e licenciamento de negócios

Longo prazo: estimular o empreendedorismo, a geração de renda e empregos

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção

Diretriz: Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Ampliar os serviços do Escritório Regional da Junta Comercial do RS em Santa Maria

Meta: Processos de registro de empresas Individuais e Sociedades sendo despachados regionalmente

Prazo: 12 meses

Produto 2: Qualificar agentes municipais para implementar a REDESIMPLES

Meta: Agentes municipais qualificados em todos os municípios

Prazo: 18 meses

Produto 3: Estruturar a Sala do Empreendedor nos municípios da região

Meta: Sala do Empreendedor implementada e em funcionamento em 10 municípios da região

Prazo: 24 meses

Produto 4: Seminário Estadual de Agentes Municipais para o Desenvolvimento

Meta: Seminário realizado na Região Central

Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Sebrae e Corede

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Famurs, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC e Fórum Estadual de Secretários e Dirigentes de Desenvolvimento Econômico

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00

Fontes de recursos: Sebrae, Prefeituras Municipais, CIRC e AMCENTRO

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:

Investimentos: R\$ 500.000,00

Despesas Correntes: R\$ 300.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 100.000,00

Produto 3: R\$ 500.000,00

Produto 4: R\$ 100.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2	X	X								
Produto 3		X	X							
Produto 4		X								

Projeto 6:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Estimular a agroindustrialização da produção regional

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.700.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura.

Escopo: Ampliar a oferta de produtos agroindustrializados, por meio da formalização e capacitação dos empreendimentos transformadores da produção primária, criando alternativa de comercialização da produção primária em âmbito local e regional.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Formalizar e capacitar empreendimentos agroindustriais, visando abastecimento local e regional, permitindo alternativa para comercialização da matéria-prima, gerando emprego e renda para as famílias rurais.

Justificativa: O modelo de agroindustrialização descentralizada de pequeno porte, de característica de economia familiar, é tida como uma das alternativas capazes de impulsionar a geração de novos postos de trabalho, verticalização da produção, ocupação de novos espaços e nichos de mercado com produtos especiais, típicos e diferenciados, respeitando o meio ambiente, as culturas regionais e as tradições locais, com forte carga de componentes étnico-culturais. Também é mola propulsora e importante forma de inclusão social e econômica dos agricultores.

A industrialização da produção da agricultura familiar, destacadamente, compõe o cenário como opção de diversificação nas cadeias de suprimentos, como fator agregante nos processos produtivos, na busca do fortalecimento das ações de permanência do homem no campo com suas atividades agrícolas, garantidas pela sucessão familiar com renda e qualidade de vida.

Beneficiários: Agricultores do Corede Central que produzem matéria-prima e a processam em suas agroindústrias ou e através de suas organizações.

Resultados pretendidos:

Curto prazo: aumentar o número de agroindústrias legalizadas na região;

Médio prazo: qualificar a produção, gestão e comercialização das agroindústrias, organizando cadeias de comercialização para venda dos produtos processados, tanto no mercado formal quanto institucional;

Longo prazo: reduzir a evasão rural com aumento de renda para os produtores.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção

Diretriz: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais, fortalecendo as iniciativas cooperativistas e associativas existentes na região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Formalização e licenciamento das agroindústrias

Meta: Adequar os empreendimentos regionais quanto às normas de vigilância sanitária, ambiental e tributária, passando das atuais 40 legalizadas para 120 legalizadas, sendo que atualmente existem 137 empreendimentos no Corede Central cadastrados no PEAFA.

Prazo: 48 meses

Produto 2: Capacitação técnica para produção

Meta: Capacitar os empreendimentos em Boas Práticas de Fabricação e processamento de alimentos para 120 agroindústrias.

Prazo: 24 meses

Produto 3: Capacitação gerencial dos empreendimentos

Meta: Capacitar os empreendimentos para o uso de ferramentas gerenciais e gestão contábil das 120 agroindústrias.

Prazo: 36 meses

Produto 4: Comercialização da produção regional

Meta: Ampliar a comercialização da produção regional entre os municípios através das organizações cooperativas e associativas e participação efetiva no mercado institucional e formal, prevendo espaço para logística e comercialização.

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Agricultura e EMATER

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Agricultura, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e EMATER.

Organizações parceiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Instituto Federal Farroupilha (IFF), Associação de Municípios da Região Centro (AMCENTRO), Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, SENAR, SEBRAE, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.700.000,00

Fontes de recursos: Orçamento Federal, Estadual, Municipal e recurso dos beneficiários

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 1.500.000,00

Despesas Correntes: R\$ 1.200.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 200.000,00

Produto 2: R\$ 250.000,00

Produto 3: R\$ 250.000,00

Produto 4: R\$ 2.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X						
Produto 2	X	X								
Produto 3		X	X							
Produto 4	X	X	X	X	X					

Projeto 7:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fomento e organização das atividades de fruticultura e olericultura.

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 5.105.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura.

Escopo: Fomentar e organizar as diversas cadeias produtivas das atividades de fruticultura e olericultura.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Estimular a produção de hortaliças e frutas com a finalidade de abastecer parte do mercado regional, bem como, oportunizar a entrada de novos produtores, principalmente jovens em atividades de boa lucratividade e penosidade laboral reduzida.

Justificativa: Em função de mais de 90% da frutas e verduras consumidas no Corede Central serem adquiridas de fora da região, causando evasão de divisas, e

por outro lado, uma boa oportunidade de geração de trabalho e renda para os agricultores.

Beneficiários: Olericultores e fruticultores da Região do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: Aumentar a produção de frutas e verduras na nossa região

Médio prazo: Ampliar e organizar a comercialização da produção.

Longo prazo: Tornar e ou manter as propriedades econômica e ambientalmente viáveis, evitando o êxodo rural.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção

Diretriz: Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Plasticultura

Meta: Cobertura plástica em 10 hectares

Custo: R\$ 1.960.000,00

Prazo: 60 meses

Produto 2: Infraestrutura para armazenamento e transporte.

Meta: Aquisição de 3 câmaras com temperatura controlada, 1 câmara climatizadora para produtores de banana, 3 pequenos caminhões refrigerados e 1000 caixas plásticas

Prazo: 60 meses

Produto 3: Cultivo em Hidroponia.

Meta: 2 hectares

Prazo: 60 meses

Produto 4: Cultivo em Substrato

Meta: 2 hectares

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Agricultura, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e EMATER.

Organizações parceiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Instituto Federal Farroupilha (IFF), Associação de Municípios da Região Centro (AMCENTRO), Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, SENAR, SEBRAE, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 5.105.000,00

Fontes de recursos: Orçamento Federal, Estadual e Municipal e recursos dos beneficiários.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 4.800.000,00
Despesas Correntes: R\$ 305.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 1.960.000,00 Produto 2: R\$ 585.000,00 Produto 3: R\$ 1.600.000,00 Produto 4: R\$ 960.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X	X					
Produto 2	X	X	X	X	X					
Produto 3	X	X	X	X	X					
Produto 4	X	X	X	X	X					

Projeto 8:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementar e integrar os modais de transporte regionais
Localização: Corede Central
Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais
Escopo: Este projeto visa ampliar a integração dos modais de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo, com investimentos públicos e privados para instalação de estruturas e empreendimentos de armazenagem, distribuição e transporte de cargas em Municípios da Região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Captar investimentos públicos e privados para instalação de estruturas e empreendimentos que possam atuar de maneira integrada na armazenagem, distribuição e transporte de cargas.
Justificativa: A região central cumpriu historicamente o papel de um polo articulador de economias da Campanha e da Fronteira Oeste com as demais regiões do Estado e do País, beneficiando-se com o comércio de gado e outros produtos primários oriundos dessa região. Esta característica foi explorada em função da localização central no Estado, pela qual passam importantes rodovias. Considerando-se o modal rodoviário, o Corede Central é importante ponto de ligação entre o chamado arco de fronteira, a capital do Estado e o Porto do Rio Grande, através das rodovias BR-287, BR-158 e BR-392, que convergem para Santa Maria. Os trechos ao sul de Santa Maria, das estradas BR-392 e BR-158, fazem a ligação do Corede com a BR-290, que atravessa o Estado no sentido oeste-leste. O trecho ao norte de Santa Maria da BR-158 faz a ligação do Corede Central com Cruz Alta e Palmeira das Missões, seguindo em direção à BR-386. Segundo o estudo Rumos 2015, o modal rodoviário de cargas transporta os produtos das lavouras do norte e do oeste do Estado e concentra boa parte das mesmas nos terminais ferroviários. No Corede, o transporte rodoviário de cargas locais está articulado ao modal ferroviário através dos entroncamentos da América Latina Logística (ALL) localizados nos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria. Às cargas locais somam-se os volumes já embarcados nos demais

entroncamentos rodoferroviários oriundos de outras regiões do Estado, seguindo em direção a Uruguaiana, ou à capital do Estado, ou ainda ao Porto do Rio Grande. De acordo com o estudo Rumos 2015, a concentração de cargas nos três terminais ferroviários da região é considerada média, e o terminal de Santa Maria é uma das quatro unidades principais da ALL no RS. No entanto, sabe-se que o modal ferroviário opera com ociosidade em todo o Estado e vem perdendo lugar para o transporte rodoviário, embora o trecho ferroviário Cruz Alta-Tupanciretã-Júlio de Castilhos-Santa Maria seja utilizado com regularidade.

O modal aéreo conta com o aeroporto com a maior extensão de pista do Estado – o Aeroporto Civil e Militar de Santa Maria – que não possui terminais de carga, sendo principalmente usado para fins militares. O Aeroporto dispõe de voos comerciais regulares para Porto Alegre.

Diante da localização central no Estado e da disponibilidade de três modais de transporte no Município de Santa Maria, este projeto visa ampliar os investimentos e empreendimentos públicos e privados que potencializem a integração dos mesmos no transporte de carga.

Beneficiários: Empreendedores do Corede Central e de regiões vizinhas.

Resultados pretendidos:

Curto prazo: instalação de novos empreendimentos da cadeia logística na região

Médio prazo: maior integração dos modais disponíveis

Longo prazo: geração de empregos e renda a partir da cadeia logística na região

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção.

Diretriz: Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudo de viabilidade técnica

Meta: Estudo contratado para mapear as principais oportunidades de investimentos e empreendimentos da cadeia logística

Prazo: 18 meses

Produto 2: Captação de investimentos e empreendimentos

Meta: Captação e instalação de 5 novos empreendimentos para integrar a cadeia logística regional

Prazo: 60 meses

Produto 3: Incentivos fiscais

Meta: Regulamentar a concessão de incentivos fiscais para empreendimentos da cadeia logística

Prazo: 12 meses

Produto 4: Ampliação do Aeroporto de Santa Maria

Meta: Construção de um terminal para instalação de operadores de cargas e ampliação do terminal de passageiros

Prazo: 48 meses

Produto 5: Construção de um terminal rodoviário em Santa Maria

Meta: Construção de um terminal rodoviário na BR-392 para centralização de cargas e despacho antecipado em direção ao Porto de Rio Grande

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Universidade Federal de Santa Maria, Corede e CIRC

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Ministério dos Transportes, ANTT

Organizações parceiras: AMCENTRO, CIRC

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Sim

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 35.000.000,00

Fontes de recursos: Prefeituras Municipais, Ministério dos Transportes, ANTT

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 34.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 1.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 1.000.000,00

Produto 2: R\$ 9.000.000,00

Produto 3: R\$ 0,00

Produto 4: R\$ 10.000.000,00

Produto 5: R\$ 15.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2		X	X	X	X	X				
Produto 3			X							
Produto 4			X	X	X	X				
Produto 5		X	X	X						

Projeto 9:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Intensificar as ações de transferência de tecnologia das Universidades com as empresas da região

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 47.000.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Polo de Modernização Tecnológica da Região Central

Escopo: Este projeto visa ampliar a interação Universidade-Empresa, por meio do fortalecimento do Polo de Modernização Tecnológica para desenvolvimento dos projetos de pesquisa, implantação e consolidação de espaços para incubação de empresas de base tecnológica, promovendo com a competitividade das empresas da Região, por meio da inovação.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecimento do Polo de Modernização Tecnológica da Região Central e implantação e consolidação de espaços para incubação de empresas de base tecnológica na Região.

Justificativa:

Este projeto se justifica para a Região como um importante instrumento para desenvolvimento de pesquisas aplicadas à realidade regional voltado ao incremento da atividade produtiva, a partir do desenvolvimento de pesquisas elaboradas conjuntamente às empresas.

A importância de se estimular a transferência de tecnologia, a inovação e dos ambientes inovadores, justifica-se pela inovação ser um fator chave para o desenvolvimento econômico. Para isso, é de extrema importância o apoio as ações de transferência de tecnologia do Polo de Modernização Tecnológica e aos ambientes de inovação parques tecnológicos, incubadoras da Região.

Com isto, busca-se estimular a inovação por meio do desenvolvimento de tecnologias adequadas para aumentar a competitividade das empresas da Região, por meio, da integração sistêmica entre Instituições de Ensino Superior (IES) e setores produtivos, financiando e prestando suporte técnico a projetos de naturezas distintas.

Assim, busca-se fomentar o desenvolvimento técnico-científico, a inovação e o empreendedorismo de forma a aproximar as instituições de ciência e tecnologia das empresas, da criação de empresas de base tecnológica e do estímulo aos arranjos locais de maior potencial econômico, impulsionando o desenvolvimento regional de forma contínua e sustentável.

Beneficiários: Polo de Modernização Tecnológica da Região Central; Incubadoras de Base Tecnológica; Arranjos Produtivos Locais; Empresas Inovadoras da Região

Resultados pretendidos:

Curto prazo: aumentar o número de projetos de pesquisa para as empresas da Região;

Médio prazo: aumentar a competitividade e o número de empresas de base tecnológica e/ou inovadoras na Região;

Longo prazo: incrementar o desenvolvimento socioeconômico regional.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção.

Diretriz: Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estímulo do Polo de Modernização Tecnológica da Região Central

Meta: Aparelhamento dos laboratórios com interação com o setor produtivo.

Prazo: 48 meses

Produto 2: Implantação e consolidação dos habitats de inovação da Região Central

Meta: 100 espaços para incubação de Empresas de Base Tecnológica na Região Central

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Polo de Modernização Tecnológica da Região Central

Órgãos Públicos Envolvidos: Universidades e Institutos de Ensino Superior; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Organizações parceiras: AMCENTRO, COREDE CENTRAL, Instituições de Ensino Superior e de Ensino Técnico e Tecnológico

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: não

Licença Ambiental: sim

Licitação: sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 47.000.000,00

Fontes de recursos: Secretaria do Desenvolvimento Ciência e Tecnologia

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 45.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 2.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 26.000.000,00

Produto 2: R\$ 21.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X	X					
Produto 2	X	X	X	X	X					

Projeto 10:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Organizar e formalizar um APL de turismo na região

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.400.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Turismo

Escopo: Organizar a atuação e o funcionamento do trade turístico na região, por meio de ações articuladas entre entidades, empreendedores, profissionais, órgãos públicos e instituições de ensino superior, visando ampliar a representação do turismo na economia regional.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Organizar e formalizar um Arranjo Produtivo Local de Turismo, a partir da articulação entre entidades, empreendedores, profissionais, órgãos públicos e instituições de ensino superior.

Justificativa: A organização do trade turístico regional é peça fundamental para o desenvolvimento do segmento na economia regional. De acordo com os dados levantados no Diagnóstico do Planejamento Estratégico Regional, a Região Central possui um número significativo de entidades representativas da região e de setores, entretanto, constatou-se que a articulação entre as mesmas não ocorre de maneira significativa, prejudicando os possíveis resultados que poderiam ser obtidos a partir dos empreendimentos, dos projetos e das ações coletivas a serem realizadas na Região.

À exemplo disso, este projeto visa articular o trade turístico com entidades, órgãos públicos e instituições de ensino superior visando atuar de maneira articulada em busca do desenvolvimento comum para a região. Desta forma, a criação de uma agência de desenvolvimento apresenta-se como uma proposta para executar esta atividade e desenvolver o segmento com um todo na Região.

Beneficiários: Empreendedores e profissionais do trade turístico regional.

Resultados pretendidos:

Curto prazo: melhorar a articulação dos atores envolvidos no trade turístico regional

Médio prazo: aumentar a representação do turismo na economia regional

Longo prazo: ampliar a geração de renda e empregos na região

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção.

Diretriz: Viabilizar investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Convention & Visitor Bureau da Região Central

Meta: Instalação e manutenção de uma agência para o desenvolvimento do turismo regional

Prazo: 60 meses

Produto 2: Articulação regional

Meta: Articulação dos atores turísticos regionais para realização de ações conjuntas

Prazo: 24 meses

Produto 3: Elaboração do Planejamento Regional

Meta: Elaborar o Plano Estratégico para o Turismo da Região, considerando a atuação dos diversos atores atuantes no Trade Turístico

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Turismo, AMCENTRO, CIRC

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Turismo, Ministério do Turismo

Organizações parceiras:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.400.000,00

Fontes de recursos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Turismo, Ministério do Turismo e empreendedores

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 400.000,00

Despesas Correntes: R\$ 1.000.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 1.000.000,00

Produto 2: R\$ 200.000,00

Produto 3: R\$ 200.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X	X					
Produto 2	X	X	X	X	X					
Produto 3	X	X								

Projeto 11:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Qualificação técnica e gerencial para unidades de produção familiar

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.440.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura

Escopo: Promover a gestão ambiental, social e econômica nas unidades de produção familiar, visando desenvolvimento sustentável, por meio da incorporação da gestão integral da propriedade rural.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Capacitar agricultores familiares em gestão socioeconômica e ambiental dos seus estabelecimentos rurais.

Justificativa: A grande maioria das unidades de produção familiar não faz gestão dos seus recursos sejam socioeconômicos ou ambientais, as tomadas de decisão são feitas de maneira empírica sem maiores critérios ou embasamento técnico.

Beneficiários: Produtores rurais dos municípios do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto prazo: agricultores sensibilizados pelo tema da gestão rural.

Médio prazo: melhorar a gestão e a renda das unidades de produção familiar.

Longo prazo: reduzir o êxodo rural e garantir a sucessão na propriedade.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção

Diretriz: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Diagnóstico, elaboração do plano de desenvolvimento da unidade de produção e acompanhamento da execução.

Meta: 1000 propriedades

Prazo: 48 meses

Produto 2: Unidades de referência técnica

Meta: 38 unidades

Prazo: 48 meses

Produto 3: Capacitação técnica de agricultores familiares em gestão rural.

Meta: 1000 agricultores

Prazo: 48 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Agricultura e EMATER

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Agricultura, EMATER, Secretaria de Desenvolvimento Rural
Organizações parceiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Instituto Federal Farroupilha (IFF), Associação de Municípios da Região Centro (AMCENTRO), Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, SENAR, SEBRAE, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.440.000,00

Fontes de recursos: Orçamento Federal, Estadual, Municipal e beneficiários.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 200.000,00

Despesas Correntes: R\$ 2.240.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 2.000.000,00

Produto 2: R\$ 190.000,00

Produto 3: R\$ 250.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X						
Produto 2		X	X	X	X					
Produto 3		X	X	X	X					

8.5 ESTRATÉGIA: INTEGRAR AS AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Projeto 1:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Estruturar a governança regional

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Corede Central

Escopo: Organizar e estruturar a governança regional, tornando a Região Central mais representativa nas diversas instâncias decisórias, bem como, articulada em prol do desenvolvimento regional.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Mapear e estruturar a governança regional, por meio da realização de capacitações, seminários e reuniões setoriais para atuação coordenada, articulada e representativa para realização de projetos de desenvolvimento regional.

Justificativa:

O ambiente institucional da Região Centro apresenta uma quantidade expressiva de instituições com atuação local, regional, estadual e nacional, sendo fortemente influenciado pelo município de Santa Maria, pois concentra a maioria das instituições públicas e privadas com atuação não só na região, como no Estado e no País. Os demais municípios da região apresentam instituições que na maioria dos casos possui uma atuação local.

De maneira ampla o que se constata regionalmente é a dificuldade de estabelecer planos e ações coordenadas entre instituições e, principalmente, entre os municípios da região. Isto retrai o desenvolvimento local e regional, pois a falta de projetos regionais também prejudica a captação de recursos para que possíveis ações possam ser realizadas regionalmente ou microrregionalmente.

No âmbito dos municípios, algumas iniciativas, especialmente na Quarta Colônia, conseguem promover projetos de desenvolvimento regionais. Isto ocorre em virtude da atuação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus), que abrange nove municípios. Também, há iniciativas por intermédio da Associação de Municípios da Região Centro e do Consórcio Intermunicipal da Região Centro (CIRC), entretanto, na maioria dos casos as ações atendem questões emergenciais dos municípios não possuem um olhar para toda a Região Central.

Desta forma, justifica-se um projeto com vistas a articular as diferentes lideranças e instituições para estruturar a governança regional.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto Prazo: ampliar a participação e o engajamento de lideranças no processo de desenvolvimento regional

Médio Prazo: melhorar a articulação e a atuação regional entre lideranças e instituições

Longo Prazo: agir de forma conjunta e uníssona quando se tratando dos objetivos do desenvolvimento regional.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional

Diretriz: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aproximar as diferentes lideranças locais e regionais e estabelecer uma agenda de compromisso com o desenvolvimento regional

Meta: Realizar o Programa LIDER na Região Central

Prazo: 24 meses

Produto 2: Capacitar as lideranças para os temas de desenvolvimento regional, formação de lideranças e elaboração de projetos

Meta: Realizar no mínimo duas capacitações para cada tema apresentado envolvendo a participação de lideranças de todos os Municípios

Prazo: 24 meses

Produto 3: Manter atuação estruturada, organizada e articulada da governança regional

Meta 1: Realizar no mínimo uma reunião mensal com grupos setoriais das lideranças para acompanhamento da execução dos projetos de desenvolvimento regional

Meta 2: Realizar no mínimo uma Assembléia Geral, coordenada pelo Corede Central, para tratar dos temas de Desenvolvimento Regional e estimular a atuação articuladas das diferentes lideranças.

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Corede Central, AMCENTRO, CIRC

Órgãos Públicos Envolvidos: Corede Central, AMCENTRO, CIRC, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado

Organizações parceiras: Agências de Desenvolvimento, Instituições de Ensino Superior, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado, Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00

Fontes de recursos: Orçamentos públicos, financiamentos privados e editais

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos: R\$ 100.000,00

Despesas Correntes: R\$ 500.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 200.000,00

Produto 3: R\$ 300.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2	X	X	X	X	X					
Produto 3		X	X							

Projeto 2:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Uniformizar as diversas regionalizações existentes na Região Central

Localização: Corede Central

Valor total estimado do projeto: R\$ 0,00

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: Corede Central

Escopo: Este projeto visa sensibilizar e mobilizar o Governo Estadual para repensar as diversas regionalizações existentes na Região Central, de forma a criar um critério único de divisão territorial para todos os Órgãos Estaduais, reduzindo a fragmentação de ações dos mesmos e fortalecendo o desenvolvimento de forma conjunta da unicidade regional.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Sensibilizar e mobilizar o Governo Estadual para estabelecer um critério único de divisão territorial da Região Central para atuação de todos os Órgãos Governamentais.
Justificativa: O desenvolvimento regional está relacionado diretamente à ação das instituições e entidades organizadas que trabalham em prol do crescimento regional. É evidente e necessário que exista uma integração das ações destas organizações para que se obtenha a continuidade do crescimento até então notado. Entretanto, ao longo dos anos, ocorreram subdivisões da região em microrregiões, especialmente pelos órgãos públicos, prejudicando o desenvolvimento plural e coletivo da Região Central. A unificação dessas regionalizações permite aproximar as instituições, melhorando as relações entre as mesmas e unindo forças em busca de objetivos comuns para a resolução de problemas sociais. Desenvolver ações que promovam a aproximação das partes e destas microrregiões traz soma de forças e potencializa o desenvolvimento.
Beneficiários: População do Corede Central
Resultados pretendidos: Curto Prazo: aproximar as instituições regionalizadas Médio Prazo: unificar a divisão territorial das diversas regionalizações Longo Prazo: agir de forma conjunta e uníssonas quando se tratando dos objetivos do desenvolvimento regional.
Alinhamento Estratégico: Estratégia: Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional Diretriz: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Articulação política para a unificação territorial da Região Meta: Firmar uma articulação das lideranças regionais com os representantes da Região no Governo do Estado para encaminhar a solicitação de unificação territorial Prazo: 12 meses
Produto 2: Articulação com o Fórum dos Coredes Meta: Inserir o tema da unificação territorial das regiões na pauta de demandas do Fórum dos Coredes Prazo: 18 meses
Produto 3: Realizar as alterações legais Meta: Realizar as alterações legais necessárias para regulamentar a nova divisão territorial a todos os Órgãos do Estado Prazo: 18 meses
Produto 4: Readequação dos bancos de dados digitais Meta: Readequar os bancos de dados digitais aos novos critérios de regionalização Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Corede Central, AMCENTRO, CIRC, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado
Órgãos Públicos Envolvidos: Corede Central, AMCENTRO, CIRC, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado
Organizações parceiras:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: -
Despesas Correntes: R\$ 100.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 0,00 Produto 2: R\$ 0,00 Produto 3: R\$ 50.000,00 Produto 4: R\$ 50.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2	X	X								
Produto 3		X	X							
Produto 4			X							

Projeto 3:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Centro Administrativo e de Atendimento Unificado do Governo do Estado
Localização: Santa Maria
Valor total estimado do projeto: R\$ 45.000.000,00
Duração do projeto: 72 meses
Responsável pela implementação: Corede
Escopo: Este projeto visa criar um Centro Administrativo e de Atendimento Unificado do Governo do Estado em Santa Maria, para instalar em local único o atendimento dos principais Órgãos Públicos estaduais com atuação na Região, reduzindo custos com aluguéis e otimizando o atendimento à população em geral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Centralizar o atendimento dos órgãos públicos instalados em Santa Maria com a implementação do Centro Administrativo e de Atendimento Unificado do Governo do Estado
Justificativa: O município de Santa Maria, pela sua localização central do Estado e pelo seu porte populacional, concentra um número significativo de órgãos representativos da atuação do Governo do Estado, das áreas da saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, desenvolvimento rural, entre outros. Tais órgãos, em sua maioria,

possuem atuação em todo o Corede Central e nos Coredes vizinhos, alcançando inclusive a região fronteira do RS.

Entretanto, o que se constata é a fragmentação da instalação dos mesmos, sendo que muitos não possuem estrutura adequada e geram elevados custos com aluguéis e manutenção de salas inapropriadas para tais atividades.

A centralização do atendimento pela maioria dos órgãos facilitará o acesso para os usuários de toda a região, uma vez que o mesmo poderá ser instalado em áreas no entorno de Santa Maria, próximo às rodovias que circundam a cidade.

Beneficiários: População do Corede Central

Resultados pretendidos:

Curto Prazo: reduzir custos com aluguéis e manutenção de estruturas inadequadas

Médio Prazo: qualificar o atendimento à população e aos Municípios da região

Longo Prazo: ampliar o número de instituições e órgãos públicos instalados em Santa Maria

Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional

Diretriz: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudo de viabilidade técnica e financeira

Meta: Estudo de viabilidade de implementação do Centro Administrativo e de Atendimento Unificado do Governo do Estado concluído.

Prazo: 18 meses

Produto 2: Definição de área e desapropriação

Meta: Definição do local para viabilizar a construção e realização da desapropriação

Prazo: 18 meses

Produto 3: Elaboração dos projetos

Meta: Realização dos projetos construtivos e aprovação dos mesmos

Prazo: 24 meses

Produto 4: Licenciamentos

Meta: Obtenção dos licenciamentos ambientais necessários à construção

Prazo: 18 meses

Produto 5: Construção do Centro de Administrativo de Atendimento Unificado do Governo do Estado

Meta: Construção concluída

Prazo: 36 meses

Produto 6: Aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliário para viabilizar o funcionamento

Meta: Aquisição de computadores, impressoras, móveis e utensílios

Prazo: 18 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Corede Central, Secretarias de Planejamento, Fazenda, Casa Civil do Governo do Estado

Órgãos Públicos Envolvidos: Corede Central, AMCENTRO, CIRC, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado, Secretarias de Planejamento, Fazenda, Casa Civil do Governo do Estado

Organizações parceiras:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 45.000.000,00
Fontes de recursos: Orçamento público do Estado
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: R\$ 43.000.000,00
Despesas Correntes: R\$ 2.000.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.000.000,00
Produto 2: R\$ 4.500.000,00
Produto 3: R\$ 1.500.000,00
Produto 4: R\$ 1.000.000,00
Produto 5: R\$ 30.000.000,00
Produto 6: R\$ 7.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X						
Produto 3				X	X					
Produto 4				X	X					
Produto 5					X	X	X			
Produto 6							X			

9 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O processo de implementação e gestão do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional pressupõe que o mesmo ocorra de forma harmônica e sustentável, a partir da construção e fortalecimento da governança regional que emerge da participação cidadã e da construção do capital social. Diante disso, é importante que, na prática, exista a união de forças para estabelecer redes de relacionamento efetivas entre os diversos meios sociais, econômicos, ambientais e políticos, perpassando a atuação de organizações não-governamentais, grupos comunitários, empresários instituições científicas e o Estado, que, neste processo, desempenha papel fundamental como indutor de uma parte das transformações necessárias à Região.

As instituições vinculadas ao planejamento na Região Central são todas as previstas estatutariamente, mas, muito além destas, todo o cidadão que quiser e tiver interesse na participação. Assim, estarão envolvidos no processo de gestão do plano, a diretoria do Conselho, o Conselho de Representantes, as Comissões Setoriais, os Comudes, os prefeitos municipais, vereadores, representantes de entidades locais e regionais e todos os membros da Assembleia Regional.

A partir disso, estabelece-se a seguinte conformação para a implementação e gestão do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional:

O Corede Central, por sua função representativa e articuladora da Região Central, deve atuar como principal mediador do processo de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2030. Além disso, estará sob sua guarda o monitoramento da implementação dos projetos.

As entidades vinculadas e atuantes no Plano, são os atores que, organizados em Comissões Setoriais, tornam-se responsáveis por buscar as diversas formas e condições para que sejam executados os projetos propostos no Plano. As Comissões Setoriais são formadas por representantes das entidades públicas e privadas, técnicos e especialistas nas seguintes áreas: educação, saúde e bem-estar, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento econômico, infraestrutura e gestão pública.

As Comissões Setoriais farão parte da estrutura estatutária do Corede Central, juntamente com as demais existentes. Por meio desta estrutura, o Corede fornecerá apoio logístico, técnico de apoio para que as Comissões possam articular as ações necessárias à execução dos projetos.

Além disso, o Corede pode articular junto à Associação dos Municípios da Região Centro (AMCENTRO) e às demais lideranças regionais, para a criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional, a qual atuará como um órgão executor das decisões regionais com capacidade para captação de recursos, contratação e operacionalização de projetos. Assim, as Comissões Setoriais juntamente com a Agência de Desenvolvimento poderão atuar, coordenadamente, na articulação, execução e gestão de projetos para a Região Central.

A proposta de gestão e implementação do Plano aqui apresentada necessitará de muito empenho e dedicação das lideranças e de uma estrutura de apoio condizente, uma vez que sem isto, todo o trabalho não passará do planejamento para uma realidade efetiva.

10 CONCLUSÃO

O Planejamento Estratégico do Corede Central teve como foco principal revisar e reestabelecer o conjunto de prioridades para o desenvolvimento regional nas mais diversas áreas, tornando-se a manifestação plural da comunidade, traduzida em referenciais e diretrizes estratégicas e numa carteira de projetos a serem executados pelas instituições públicas e privadas da região.

A construção deste trabalho estabeleceu uma interlocução com a comunidade regional, por meio de reuniões microrregionais e regionais, nas quais foram apresentadas informações e coletadas sugestões para o desenvolvimento da região. Tais encontros tiveram não somente a intenção de abrir um canal de comunicação, como também, de articular as lideranças locais e regionais para o estabelecimento de um propósito comum, o qual ficou representado na Visão de Futuro para 2030.

O diagnóstico regional evidenciou alguns problemas e que necessitarão de ações efetivas visando reduzir o êxodo rural e a evasão populacional, aumentar a permanência dos jovens na escola, regionalizar o atendimento à saúde, qualificar a estrutura de trabalho dos órgãos de segurança pública para combate à criminalidade, melhorar a infraestrutura regional saneamento básico, de telecomunicações, de distribuição de energia elétrica e de acesso aos municípios.

Por outro lado, constatou-se também que a Região possui potencialidades econômicas a serem melhor exploradas para aumentar a renda e gerar novos postos de trabalho. Neste âmbito destaca-se a localização privilegiada no centro do Estado, na qual a Região pode se beneficiar tornando-se um pólo logístico, interligando o arco de fronteira com a região metropolitana, assim como a região da produção com o Porto de Rio Grande. Além disso, a Região tem potencial no agronegócio, tanto para diversificação de culturas, aproveitando os mercados tradicionais e institucionais, quanto para industrialização do que atualmente se comercializa *in natura*. Não se pode deixar de fora também o imenso capital intelectual concentrado nas Universidades como alternativa para desenvolvimento de novas tecnologias e estímulo ao empreendedorismo, a partir dos centros de pesquisa, das incubadoras e parques tecnológicos.

Diante de tais desafios, o Plano Estratégico do Corede Central apresenta-se como o fio condutor na articulação de esforços das lideranças e das instituições, públicas e privadas, para execução da carteira de projetos estabelecida neste documento. Para isto, será necessário um esforço coletivo organizado para captação de recursos e gestão do Plano, de modo que o mesmo avance do campo das ideias para uma realidade efetiva, elevando os padrões de qualidade de vida da população regional.

Por fim, reafirma-se novamente a importância dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, como mecanismos institucionais de organização das bases territoriais. É por meio de tais iniciativas que ocorre a valorização dos programas de administração regionalizada, na qual a comunidade tem um instrumento efetivo para manifestação e organização das prioridades regionais e, também, de articulação institucional da Região.

Este trabalho de planejamento não é uma norma legal, mas sim um contrato político e social e, assim sendo, sua execução compete àquelas partes que têm competência ou capacidade para fazê-lo, pois sendo construído com a participação da comunidade regional, será de grande valia para a definição de novos caminhos e, principalmente, para consolidar o desenvolvimento da Região.

ANEXOS



Figura 1: Reunião final de elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central. Período 201-2030. Data: 13 de março de 2017.



Figura 2: Reunião final de elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central. Período 201-2030. Data: 13 de março de 2017.

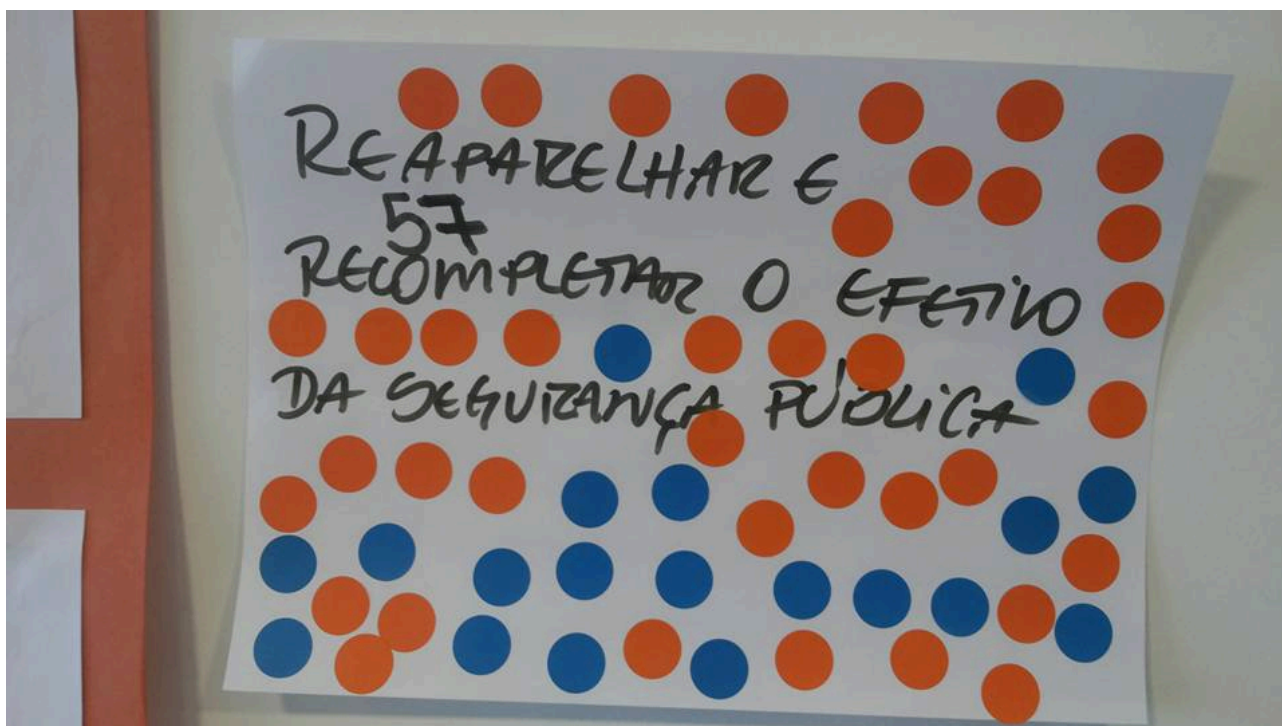


Figura 3: Demanda mais votada na reunião final de elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central. Período 201-2030. Data: 13 de março de 2017.



Figura 4: Reunião temática de meio ambiente para elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central. Período 201-2030. Data: 06 de março de 2017.



Figura 5: Reunião temática de saúde para elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central. Período 201-2030. Data: 01 de março de 2017.



Figura 6: Reunião temática de saúde para elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central. Período 201-2030. Data: 01 de março de 2017.

REFERENCIAL

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS. Registros de desastres naturais por tipo de evento (1991 – 2010). Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Atlas%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 01 de jul. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Consulta Indicadores de Desenvolvimento Humano (2013). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acesso em: 22 de jul. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Dados e Mapas. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados>. Acesso em: 19 de jul. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Dados Abertos. Disponível em: <http://dados.fee.tche.br>. Acesso em: 18 de jul. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Perfil Tributário Municípios e COREDEs. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/perfil-tributario/serie-historica>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010, características da população e domicílios. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010, características do entorno dos municípios. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária e Lavoura Permanente. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Perfil do Município. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 19 de jul. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Informações de Saúde. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 08 de ago. 2016.

Perfil Socioeconômico do COREDE Central. Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental). Porto Alegre, 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Consultas Temáticas Bolsa Família. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 18 de jul. 2016.

QUEDU.ORG. Índice de desenvolvimento da educação básica (2011 – 2013). Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade>. Acesso em: 22 de jul. 2016.

RETRATO DA VIOLÊNCIA.ORG. Retrato da Violência Contra a Mulher no RS. Disponível em: <http://retratodaviolencia.org/RS/#santa-maria>. Acesso em: 23 de jul. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. Perfil das Cidades Gaúchas. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades>. Acesso em: 01 de ago. 2016.